

IBERÊ LUIZ DI TIZIO

SANTO ANDRÉ. A CAUSA TOPONÍMICA NA DENOMINAÇÃO  
DOS SEUS BAIRROS

Tese apresentada à Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
da Universidade de São Paulo para  
obtenção do título de Doutor em  
Semiótica e Lingüística Geral.

Orientadora: Profa. Dra. Maria  
Vicentina de Paula do Amaral Dick

São Paulo

2009

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Iberê Luiz Di Tizio.

**Santo André. A causa toponímica na denominação dos seus bairros.**

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Área de Concentração: Semiótica e Linguística Geral.

Aprovada em \_\_\_\_\_.

### Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

*À minha esposa Ideli,  
minha eterna namorada,  
incansável incentivadora e  
sócia majoritária de todos os meus méritos.*

## Agradecimentos

Este trabalho deve muito a algumas pessoas e instituições, por diferentes razões, e eu gostaria de agradecer especialmente:

Aos meus pais, *in memoriam*, pelo amor e carinho de uma vida inteira. O meu muito obrigado a minha mulher Ideli, que, com sua presença constante, é a motivadora e a incentivadora do meu sucesso. Aos meus filhos Imara e Iberê Jr., pela compreensão e estímulo. Aos meus netos Enzo e Zion, meus amores.

Agradeço a minha orientadora Prof. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, pela dedicação, paciência e sugestões, sem as quais este trabalho seria impossível.

À Prof<sup>a</sup> Dra. Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos, que me orientou no Mestrado e que sempre me incentivou com suas sugestões e confiança no meu trabalho.

Meus especiais agradecimentos à Prof. Dra. Maria Aparecida Barbosa que me ofereceu, durante o Exame de Qualificação e durante as suas aulas, muitas sugestões e críticas fundamentais ao desenvolvimento do meu tema.

Devo agradecimentos também ao Prof. Dr. Manuel Mourivaldo Santiago Almeida por suas sugestões e críticas no desenvolvimento deste trabalho.

Não posso deixar de mencionar as longas e proveitosas reuniões com o saudoso historiador e companheiro de Rotary, Paschoalino Assunção.

Ao amigo, professor e arquivo vivo da história andreense, meu grande incentivador Nelson Zanoti, que me recebeu inúmeras vezes com todo carinho e paciência.

À Renata Lira Cordeiro, pela ajuda na confecção do Abstract, e à Alessandra Martins Antunes, do Résumé.

À Patrícia de Jesus Carvalhinhos, amiga que me levou para a USP e me apresentou a Toponímia.

À amiga Prof<sup>a</sup> Dra. Alessandra Martins Antunes, um agradecimento muito especial pela ajuda nos levantamentos efetuados junto às bibliotecas e museus e cujos conhecimentos e sugestões foram essenciais no desenvolvimento e na revisão deste trabalho.

Agradeço também a todos os funcionários da Biblioteca do Museu de São André que me auxiliaram durante a pesquisa, colocando à disposição mapas e as atas da Câmara de São Bernardo de incalculável valor histórico. A todo pessoal das bibliotecas do Museu Paulista e Central da FFCH-USP, que facilitaram a pesquisa em seu acervo.

Não posso deixar de mencionar todos os funcionários da Biblioteca Jacob Daghljan, do Centro Universitário da Fundação Santo André, que colocaram à minha disposição farto material sobre o patrimônio histórico e cultural da cidade de Santo André e que muito me auxiliaram na composição do *corpus* da Tese.

À minha companheira do Rotary Clube de Santo André Alvorada, Lenice Mateus de Oliveira, por abrir caminhos junto a Prefeitura Municipal de Santo André.

Ao Pessoal da Prefeitura Municipal de Santo André, por colocar à disposição volumoso material de importância fundamental para pesquisa.

Ao Diário do Grande ABC, por facilitar a pesquisa em seus arquivos e do extinto jornal News Seller.

Aos historiadores Ademir Médici e Wanderley dos Santos, cujos livros e reportagens foram de inestimável valia.

Meu muito obrigado a todos os que de maneira direta ou indireta contribuíram para a confecção desta Tese.

*Contar a história da cidade passa pelo desejo de valorização da cidadania.*

Prefeito Celso Daniel

## Resumo

DI TIZIO, I. L. **Santo André. A causa toponímica na denominação dos seus bairros**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009.

No início do desenvolvimento de Santo André, as terras do bairro da Estação, atual centro de Santo André, tinham valor baixo por ser um local sem interesse comercial, distante dos povoados já estabelecidos. Este fator motivou a São Paulo Railway (SPR) na sua escolha para a instalação da estação da Vila de São Bernardo em 1867. Ao mesmo tempo, este local interligava três pólos em incipiente crescimento na época – São Bernardo, Mogi das Cruzes e a região a sul da atual zona leste de São Paulo. Isso incentivou indústrias a adquirirem terras para a construção de suas fábricas, o que gerou a necessidade de prover local para a residência dos operários. Coube aos proprietários o loteamento de parte de suas terras para abrigar os recém-chegados nas proximidades destas fábricas. Além das dificuldades próprias à incipiente industrialização nos últimos anos do século XIX e primeiros do XX, a resistência de proprietários rurais da região em vender suas propriedades ou parte delas, retardou a abertura de bairros. Um número significativo de loteamentos passa a ser aberto na década de 1920, inclusive para a formação de bairros de alto padrão. A demanda por áreas residenciais com a chegada de outras indústrias a Santo André pressionou o estabelecimento de loteamentos. Técnicas para o convencimento dos proprietários foram utilizadas por empresas loteadoras: perpetuar o nome dos donos das terras nos topônimos criados. A homenagem aos proprietários e aos loteadores ou a membros de suas famílias manteve-se como tendência até meados do século XX. Neste período, verificam-se mudanças no perfil dos novos moradores da região, especialmente composto por migrantes provenientes de outras cidades do ABC e cidades brasileiras, e a especulação imobiliária impondo novas tendências de engendramento de topônimos em paralelo a homenagens de familiares. Na presente Tese, apresentaremos e analisaremos os nomes destes loteamentos que deram origem a oitenta e oito bairros de Santo André, agrupando-os a partir das causas toponímicas.

Palavras-chave: Atlas das Cidades; causa toponímica; Santo André.

## **Abstract**

DI TIZIO, I. L. **Santo André. The toponimic cause in the denomination of its quarters.** Thesis (Doutorado) – College of Philosophy, Letters and Human Sciences, São Paulo, 2009.

At the beginning of the development do Santo André the lands of the quarter of the Station had low value for being a place without commercial interest, distant of the established towns. This motivated São Paulo Railway (SPR) in its choice for the installation of the station of Vila de São Bernardo in 1867. At the same time, this place connected three growing regions at that time – São Bernardo, Mogi das Cruzes and the south side of the current east place of São Paulo. That stimulated industries to acquire lands to construct its plants, which generated the need to provide place for the residence of the laborers. The land division had to be done by the proprietors, so the just-fond ones had a place to live near the plants. Beyond the difficulties of the incipient industrialization in the late years of the XIX century and the early XX, the resistance of agricultural proprietors of the region in selling their properties or part of them, delayed the opening of the quarters. A significant number of land divisions begins to be opened in the 1920's, including the high standard quarters. The demand for residential areas with the arrival of other industries to Santo André pressured the establishment of land divisions. Techniques for the persuasion of the proprietors had been used by the land division companies: to perpetuate the name of the owners of lands on the place names raised. The homage to the proprietors and the land divisors or their family members was a trend until middle of XX century. In this period, changes in the profile of the new inhabitants of the region, especially compose by migrants from other cities of the ABC and Brazilian cities, and the speculation imposing new trends of formation of place names whith homages of familiar. In the present Thesis, we will present and analyze the names of these land divisions that had given to origin the eighty and eight quarters of Saint Andres, having grouped them from the toponimic causes.

Key Words: Atlas das Cidades; toponimic causes; Santo André.



## Résumé

DI TIZIO, I. L. **Santo André. La cause toponimique dans la dénomination de leurs quartiers.** Thèse (Doutorado) - Faculté de Philosophie, Lettres et Sciences Humaines, São Paulo, 2009.

Dans le début du développement de Santo André, les terres du bairro da Estação, actuel centre de Santo André, avaient peu valeur pour être un lieu sans intérêt commercial, éloigné des villes déjà établies. Ceci a motivé à São Paulo Railway (SPR) dans son choix pour l'installation de l'estação da Vila de São Bernardo, en 1867. En même temps, ce lieu interconnectait trois pôles dans naissante croissance à l'époque – São Bernardo, Mogi das Cruzes et la région au sud de l'actuelle zona leste de São Paulo. Cela a stimulé des industries à acquérir des terres pour la construction de leurs usines, ce qui a produit la nécessité de pourvoir lieu pour la résidence des travailleurs. Il a fallu que les propriétaires lotissaient partie de leurs terres pour recevoir les nouveaux habitants dans les proximités de ces usines. Les difficultés de la naissante industrialisation ces dernières années du siècle XIX et premiers du XX et la résistance de propriétaires de la région à vendre leurs propriétés ou partie d'elles ont retardé l'ouverture de quartiers. Un nombre significatif de lotissements passe à être ouvert dans la décennie de 1920, de même pour la formation de quartiers de luxe. L'exigence par des secteurs résidentiels avec l'arrivée d'autres industries à Santo André a fait pression l'établissement de lotissements. Des techniques pour convaincre les propriétaires ont été utilisées par des associations de lotissement: perpétuer le nom des propriétaires des terres en les noms de lieux créés. L'hommage aux propriétaires et lotisseurs ou à membres de leurs familles s'est maintenu tendance jusqu'à des milieux du siècle XX. Dans cette période, le profil des nouveaux habitants de la région a changé, spécialement composé de migrants provenant d'autres villes de l'ABC et de villes brésiliennes, et de la spéculation immobilier en imposant de nouvelles tendances de formation de noms de lieux en parallèle à des hommages de parents. Dans cette Thèse, on présentera et analysera les noms de ces lotissements qui ont donné origine à quatre-vingts et huit quartiers de Santo André, en les regroupant à partir des causes toponimique.

Mots-clé: Atlas das Cidades; cause toponimique; Santo André.

## Sumário

|  |            |
|--|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>13</b>  |
| <b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....   | <b>18</b>  |
| <b>3 METODOLOGIA</b> .....   | <b>35</b>  |
| <b>4 O NOME SANTO ANDRÉ DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XX</b> .....   | <b>45</b>  |
| 4.1 A SANTO ANDRÉ DO SÉCULO XVI .....  | 45         |
| 4.1.1 A vila de Santo André da Borda do Campo .....  | 60         |
| 4.2 DE BAIRRO RURAL A MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ .....   | 71         |
| 4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS .....  | 79         |
| <b>5 TERMO GENÉRICO OU TERMO ESPECÍFICO. O PRIMEIRO FORMANTE DOS NOMES DOS AGLOMERADOS HUMANOS</b> ..... | <b>82</b>  |
| 5.1 TERMO GEOGRÁFICO E TERMO ESPECÍFICO .....  | 82         |
| 5.2 URBANIZAÇÃO DE SANTO ANDRÉ E CATEGORIA DOS BAIRROS .....   | 89         |
| 5.2.1 Vila .....   | 91         |
| 5.2.2 Jardim .....   | 95         |
| 5.2.3 Parque .....   | 99         |
| 5.2.4 Condomínio, Sítio e Cidade .....   | 99         |
| 5.3 CONCLUSÕES PARCIAIS .....  | 100        |
| <b>6 OS NOMES DESCRITIVOS E OS FORMADOS POR TRANSLAÇÃO TOPONÍMICA</b> .....                              | <b>103</b> |
| 6.1 OS NOMES DESCRITIVOS .....   | 103        |
| 6.1.1 Vila Metalúrgica (ficha 01) .....  | 103        |
| 6.1.2 Várzea do Tamanduateí (ficha 23) .....   | 104        |
| 6.1.3 Campestre (ficha 24) .....   | 105        |
| 6.1.4 Jardim (ficha 32) .....  | 106        |
| 6.1.5 Centro (ficha 33) .....  | 107        |
| 6.1.6 Jardim Bela Vista (ficha 35) .....   | 108        |
| 6.1.7 Pinheirinho (ficha 41) .....   | 109        |
| 6.1.8 Casa Branca (ficha 47) .....   | 109        |
| 6.1.9 Jardim Oriental (ficha 50) .....   | 110        |
| 6.1.10 Jardim do Estádio (ficha 63) .....  | 110        |
| 6.1.11 Condomínio Maracanã (ficha 82) .....  | 111        |

|  |            |
|--|------------|
| 6.2 OS NOMES FORMADOS POR TRANSLAÇÃO TOPONÍMICA .....                    | 111        |
| 6.2.1 Jardim Utinga (ficha 03) .....                                     | 112        |
| 6.2.2 Parque Oratório (ficha 08) e Parque Novo Oratório (ficha 09) ..... | 113        |
| 6.2.3 Jardim Itapoan (ficha 11) .....                                    | 114        |
| 6.2.4 Santa Teresinha (ficha 13) .....                                   | 114        |
| 6.2.5 Bangu (ficha 14) .....   | 115        |
| 6.2.6 Parque Jaçatuba (ficha 17) .....                                   | 116        |
| 6.2.7 Parque Capuava (ficha 22) .....                                    | 117        |
| 6.2.8 Vila Floresta (ficha 38) .....                                     | 118        |
| 6.2.9 Paraíso (ficha 45) .....   | 119        |
| 6.2.10 Silveira (ficha 57) .....   | 119        |
| 6.2.11 Vila Vitória (ficha 61) .....                                     | 120        |
| 6.2.12 Jardim Guarará (ficha 67) .....                                   | 120        |
| 6.2.13 Sítio dos Vianas (ficha 68) .....                                 | 121        |
| 6.2.14 Vila Humaitá (ficha 75) .....                                     | 122        |
| 6.2.15 Vila Suíça (ficha 80) .....                                       | 122        |
| 6.2.16 Jardim Santo André (ficha 81) .....                               | 123        |
| 6.3 CONCLUSÕES PARCIAIS .....  | 123        |
| <b>7 AS HOMENAGENS E AUTO-HOMENAGENS .....</b>                           | <b>126</b> |
| 7.1 AUTO-HOMENAGEM OU HOMENAGEM AO PROPRIETÁRIO / LOTEADOR .....         | 127        |
| 7.1.1 Vila Camilópolis (ficha 02) .....                                  | 127        |
| 7.1.2 Vila Francisco Matarazzo (ficha 07) .....                          | 128        |
| 7.1.3 Parque Erasmo Assunção (ficha 18) .....                            | 128        |
| 7.1.4 Vila Aquilino (ficha 27) .....                                     | 129        |
| 7.1.5 Vila Bastos (ficha 34) .....                                       | 129        |
| 7.1.6 Vila Scarpelli (ficha 40) .....                                    | 130        |
| 7.1.7 Vila Assunção (ficha 46) .....                                     | 130        |
| 7.1.8 Vila Homero Thon (ficha 58) .....                                  | 131        |
| 7.1.9 Vila Pires (ficha 60) .....  | 132        |
| 7.1.10 Vila Junqueira (ficha 62) .....                                   | 133        |
| 7.1.11 Cata Preta (ficha 72) .....                                       | 133        |
| 7.1.12 Parque Gerassi (ficha 85) .....                                   | 134        |

|  |            |
|--|------------|
| 7.1.13 Jardim Marek (ficha 86) .....                                   | 134        |
| 7.2 HOMENAGEM A PARENTES DO PROPRIETÁRIO/LOTEADOR .....                | 134        |
| 7.2.1 Vila Lucinda (ficha 06) .....                                    | 134        |
| 7.2.2 Jardim Ana Maria (ficha 12) .....                                | 135        |
| 7.2.3 Jardim Rina (ficha 20) .....                                     | 136        |
| 7.2.4 Jardim Alzira Franco (ficha 21) .....                            | 136        |
| 7.2.5 Vila Guiomar (ficha 30) .....                                    | 137        |
| 7.2.6 Vila Alice (ficha 36) .....                                      | 137        |
| 7.2.7 Vila Gilda (ficha 42) .....                                      | 138        |
| 7.2.8 Jardim Stela (ficha 43) .....                                    | 138        |
| 7.2.9 Vila Alzira (ficha 48) .....                                     | 139        |
| 7.2.10 Jardim Cristiane (ficha 49) .....                               | 139        |
| 7.2.11 Jardim Milena (ficha 51) .....                                  | 140        |
| 7.2.12 Vila Linda (ficha 54) .....                                     | 140        |
| 7.2.13 Vila Marina (ficha 55) .....                                    | 141        |
| 7.2.14 Vila Helena (ficha 56) .....                                    | 141        |
| 7.2.15 Vila América (ficha 59) .....                                   | 142        |
| 7.2.16 Vila Luzita (ficha 66) .....                                    | 143        |
| 7.2.17 Jardim Irene (ficha 69) .....                                   | 144        |
| 7.2.18 Vila Lutécia (ficha 79) .....                                   | 144        |
| 7.3 CONCLUSÕES PARCIAIS .....  | 145        |
| <b>8 NOMES SEM RELAÇÃO PROPRIAMENTE DITA COM A REGIÃO ...</b>          | <b>147</b> |
| 8.1 TRADIÇÃO E NACIONALISMO .....                                      | 147        |
| 8.1.1 Parque João Ramalho (ficha 19) e Vila João Ramalho (ficha 70) .. | 148        |
| 8.1.2 Parque Marajoara (ficha 73) .....                                | 148        |
| 8.1.3 Vila Guarani (ficha 74) .....                                    | 149        |
| 8.1.4 Vila Progresso (ficha 77) .....                                  | 149        |
| 8.1.5 Vila Tibiriçá (ficha 78) .....                                   | 149        |
| 8.1.6 Vila Guaraciaba (ficha 83) .....                                 | 149        |
| 8.2 OS NOMES RELIGIOSOS .....  | 150        |
| 8.2.1 Jardim Santo Antônio (ficha 04) .....                            | 150        |
| 8.2.2 Jardim Santo Alberto (ficha 10) .....                            | 151        |
| 8.2.3 Santa Maria (ficha 25) .....                                     | 152        |

|  |            |
|--|------------|
| 8.2.4 Jardim Bom Pastor (ficha 39) .....                   | 152        |
| 8.2.5 Jardim Santa Cristina (ficha 64) .....               | 153        |
| 8.2.6 Jardim Teles de Menezes (ficha 65) .....             | 153        |
| 8.2.7 Jardim Santo Antônio de Pádua (ficha 87) .....       | 153        |
| 8.2.8 Cidade São Jorge (ficha 88) .....                    | 154        |
| 8.3 HOMENAGENS A PERSONALIDADES PÚBLICAS E A ANIMAIS ..... | 154        |
| 8.3.1 Vila Curuçá (ficha 16) .....                         | 155        |
| 8.3.2 Vila Príncipe de Gales (ficha 26) .....              | 156        |
| 8.3.3 Vila Sacadura Cabral (ficha 28) .....                | 157        |
| 8.4 NOMES QUE SE REMETEM A BOAS CARACTERÍSTICAS .....      | 157        |
| 8.4.1 Jardim das Maravilhas (ficha 05) .....               | 158        |
| 8.4.2 Jardim Alvorada (ficha 53) .....                     | 159        |
| 8.5 HOMENAGEM À DIVERSIDADE CULTURAL E COROTOPÔNIMOS ..... | 159        |
| 8.5.1 Parque das Nações (ficha 15) .....                   | 159        |
| 8.5.2 Vila Palmares (ficha 29) .....                       | 160        |
| 8.5.3 Vila Alpina (ficha 31) .....                         | 160        |
| 8.5.4 Vila Valparaíso (ficha 37) .....                     | 161        |
| 8.5.5 Jardim Jamaica (ficha 44) .....                      | 161        |
| 8.5.6 Jardim Las Vegas (ficha 52) .....                    | 161        |
| 8.5.7 Jardim Vila Rica (ficha 71) .....                    | 162        |
| 8.5.8 Jardim Ipanema (ficha 76) .....                      | 163        |
| 8.5.9 Centreville (ficha 84) .....                         | 163        |
| 8.6 CONCLUSÕES PARCIAIS .....                              | 164        |
| <b>9 CONCLUSÃO .....</b>                                   | <b>166</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>                                  | <b>173</b> |

## 1 Introdução

A Toponímia, ramo das ciências onomásticas que estuda os nomes próprios de lugares, tem se apresentado atualmente como um campo rico para pesquisas lingüísticas e para a recuperação da memória de grupos humanos. Cabe ao pesquisador reconstruir a toponímia das localidades e revelar as motivações e as causas que levaram a formação destes nomes, relacionando-as às circunstâncias de formação dos aglomerados humanos e às alterações ocorridas na região ao longo dos anos.

Neste sentido, os topônimos, além de distinguirem, identificam os elementos, quer humanos, quer físicos da paisagem, e também se constituem como verdadeiros testemunhos históricos das comunidades, registrando fatos e ocorrências de momentos distintos da vida de uma população, razão que nos permite afirmar que o nome adquire um valor que transcende ao próprio ato da nomeação.

Como observa Dick (1990, 22),

se a toponímia de uma região pode ser considerada como a crônica de um povo, registrando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo configura-se como o instrumento dessa projeção temporal.

Ao considerar a toponímia como a crônica de um povo, esta, em uma análise mais profunda de seus objetivos, ganha uma dimensão maior do que uma mera investigação dos designativos geográficos em sua bipartição física e humana. A nomenclatura de um espaço geográfico conserva aspectos culturais, sociais e indicativos da mentalidade do homem, em sua época e tempo, expostos às condições ambientais que o próprio espaço geográfico lhe oferece e que podem condicionar a percepção da realidade (DICK: 1992, 119). Ao mesmo tempo, essa percepção da realidade pode condicionar a nomeação de um elemento da paisagem, uma vez que o homem primeiramente

percebe e conhece, para só então nomear o referente (BLIKSTEIN: 1990, 39).

O ato de nomeação, por outro lado, pode sofrer influência de elementos extralingüísticos. Sapir (1969, 45) argumenta que é no léxico de uma língua que mais nitidamente reflete-se o ambiente físico e social, mas esclarece que o ambiente físico só se reflete na língua na medida em que forças sociais atuarem sobre ele.

A investigação toponímica, assim, torna-se relevante por possibilitar o levantamento de informações, se não em sua totalidade, pelo menos em parte, de aspectos sócio-histórico-culturais de um grupo alocado em um determinado espaço geográfico, bem como da língua falada nessa região, pois,

é pela junção de várias condicionantes lingüísticas ou de diversos dialetos e falares presentes em um determinado território, *que se estrutura o léxico regional*, considerando não só as tendências normalizadoras da língua-padrão como presença de minorias étnicas ainda participativas ou, mesmo, como dado documental, porque já extintas. *A Toponímia*, principalmente *serve-se dessas circunstâncias de base*, equivalente ou próxima de um substrato vocabular, *para aí deitar suas raízes*, aproveitando-se do material lingüístico que mais se adequa a configuração dos conceitos que deve transmitir. Uma nomenclatura local, ou uma cadeia onomástica que interage com vários segmentos culturais, num aparato semiótico de relações e procedências diversas, constitui, realmente, uma base de pesquisa lingüística altamente produtiva (grifos nossos). (DICK: 1999, 120)

Neste sentido, entendendo que a toponímia, como um recorte do léxico de uma língua, pode revelar aspectos da realidade sócio-histórico-culturais de um grupo, buscou-se investigar os nomes dos aglomerados urbanos do município de Santo André e, a partir deles, reconstituir as feições características do local, sejam as de ordem física sejam as de natureza socioculturais, ao longo dos anos.

Vale registrar que a região, embora historicamente remonte aos anos 1500, permaneceu sem referências históricas de 1560 até 1867, quando da instalação da estrada de ferro São Paulo Railway, ano em que teve início a efetiva ocupação do território por meio da abertura de loteamentos. Atualmente, contudo, os limites dos antigos lotes encontram-se encobertos pela ocupação maciça da região e pela divisão oficial de bairros do município de Santo André.

Considerou-se, neste caso, a hipótese de que fatores extralingüísticos, tais como particularidades culturais, sociais, geográficas e históricas, estejam refletidos e preservados na nomenclatura dos aglomerados urbanos formados em poucas décadas.

A opção por este recorte deve-se, em primeiro lugar, pelo interesse em investigar como o homem, alocado neste ambiente físico, tendo ao seu dispor vários nomes disponíveis na língua, nomeou os aglomerados urbanos. Em segundo lugar, pela contribuição que os resultados dessa pesquisa poderá fornecer, como registro científico da toponímia da localidade, para o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo – ATESP – e o Atlas Toponímico das Cidades, ambos os projetos coordenados por Dick.

A realização desta pesquisa toponímica tem por base, principalmente, os pressupostos teóricos contidos em Dick (1996; 1992; 1990), para investigar a natureza semântica e lingüística dos topônimos. Assim, fixou-se como objetivo principal estudar os nomes dos bairros da cidade de Santo André, evidenciando suas causas toponímicas. Esquemáticamente, foram considerados como objetivos específicos:

- a. levantar os nomes dos aglomerados humanos de Santo André, desde a sua fundação, em 1867, até o ano 2006.
- b. estudar os topônimos e agrupá-los por data de nomeação.
- c. classificar os topônimos por motivo e origem lingüística.



d. levantar as causas denominativas dos nomes e relacioná-las à data da nomeação.

e. verificar quais fatos extralingüísticos – questões sociais, políticas e ideológicas – deixaram marcas diretamente na formação dos nomes destes aglomerados humanos.

Convém notar que esta pesquisa não tem a pretensão de ser exaustiva e contemplar todos os topônimos da região estudada, visto que foram necessários recortes para a viabilização do projeto. Assim, a presente tese se justifica como uma pesquisa lingüística que visa elaborar um inventário toponímico de nomes de bairros do município de Santo André e que, através da análise onomástica, dará sua quota de contribuição para consolidar e, até mesmo, se possível, resgatar parte da cultura regional e, conseqüentemente, colaborar de forma significativa com o sucesso do Projeto Atlas das Cidades e do Projeto Atlas Toponímico do Estado de São Paulo.

Com base neste cenário, foram elaboradas a Fundamentação Teórica, para a apresentação das teorias que antecedem e que norteiam este estudo, e a Metodologia adotada para o levantamento e a análise do *corpus*, as quais são seguidas pela apresentação de cinco capítulos de discussão propriamente dita do tema.

No capítulo “O nome de Santo André do século XVI ao século XX”, revela-se que a capitania de São Vicente no século XVI englobava as terras do atual Grande ABC paulista. A retrospectiva histórica do ABC paulista permite uma visão da região de 1500 até meados do século XVI, mostrando a importância de João Ramalho, povoador europeu em terras sul-americanas para a colonização portuguesa do Brasil, e o processo que levou a mudança da vila para São Paulo. A criação do núcleo Bairro da Estação ocorreu apenas cerca de trezentos anos depois, com a implantação da São Paulo Railway (SPR) em 1867, quando foi erguida a estação de São Bernardo no cruzamento da estrada de ferro com o caminho do Pilar, que a ligava ao centro da vila

de São Bernardo e a Mogi das Cruzes, e da estrada do Oratório, que a ligava a São Paulo. A evolução política, com a criação do distrito de Santo André em 1910, por sua vez, baseou-se em uma suposta relação com o povoado ramalhense.

No capítulo “Termo genérico ou termo específico. O primeiro formante dos nomes dos aglomerados humanos”, estudou-se o primeiro elemento que compõe o nomes da maior parte dos bairros de Santo André: vila, parque, jardim, condomínio, sítio e cidade. A época de atribuição do topônimo e a localização foram analisadas a fim de depreender os motivos que levaram a incorporação destes elementos ao topônimo.

Em “Os nomes descritivos e os formados por translação toponímica”, apresentam-se os nomes que descrevem a paisagem, sejam físicos ou estabelecidos pelo homem, e aqueles que já se encontravam na região, denominando outros elementos.

No penúltimo capítulo, “As homenagens e auto-homenagens”, foram analisados apenas os topônimos que revelem homenagem a indivíduos ligados afetivamente ao proprietário ou loteador ou auto-homenagem. A data de realização do loteamento e a sua localização são confrontadas com estas duas causas de formação de um número significativos de topônimos em Santo André.

No capítulo final “Nomes sem relação propriamente dita com a região”, revelam-se cinco diferentes causas denominativas de topônimos sem relação direta com a comunidade.

Estes cinco capítulos de análise do corpus são seguidos por conclusões parciais, as quais são retomadas e confrontadas na conclusão final da Tese. Mapas foram elaborados para indicar a localização dos bairros cujos nomes são estudados. Optou-se pela apresentação destes mapas ao longo dos capítulos a fim de facilitar o acompanhamento do processo de formação dos nomes em Santo André.

## 2 Fundamentação Teórica

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004), em seu dicionário, define Onomástica como o “estudo e a investigação da etimologia, transformação, morfologia etc., dos nomes próprios de pessoas e lugares”, sendo a Toponímia o “estudo lingüístico ou histórico das origens dos nomes dos lugares”.

Segundo Houaiss (2007), Onomástica é a “ciência que se ocupa do estudo lingüístico dos nomes próprios”. Neste caso, várias subdivisões são atribuídas a este campo do conhecimento humano, como a antroponímia, a astronímia, a mitonímia, a toponímia etc.

Já em Michaelis (2004), Onomástica é definida como o “conjunto ou relação de antropônimos e topônimos de uma língua”, ou ainda “estudos explicativos dos nomes próprios”.

Estas três definições revelam diferentes maneiras de entender o objetivo dos estudos onomásticos. No primeiro caso, entendem-se os nomes como temática de estudos filológicos, e o *onoma* é analisado a partir de sua etimologia. No segundo caso, como temática de estudos lingüísticos, o *onoma* é visto especialmente pelo seu potencial de guardar informações acerca daquele que o engendrou. O último dicionário relacionado apresenta uma restrição ao campo de estudos onomásticos, que abarcariam apenas estudos de nomes de lugares e de pessoas, e estes estudos voltados à elucidação do significado destes nomes.

Etimologicamente, Onomástica é um substantivo feminino derivado do adjetivo grego *onomastikós*, *ê,ón* > *hé onomastiké* “a arte de denominar”. A Antroponímia, derivada do grego *ánthopos* (homem) mais o sufixo grego – *onoma*, constitui-se no ramo da Onomástica que se ocupa do estudo dos nomes próprios de pessoas (HOUAISS: 2007). E a Toponímia, vocábulo de origem grega formado pelo radical *tópos*

(lugar) mais o sufixo *onoma* (nome) (FERREIRA: 2004), tem por estudo os nomes de lugares. Houaiss (2007), além de indicar como a área de estudos, “parte da Onomatologia”, define a palavra toponímia como a “designação dos lugares pelos seus nomes”.

De fato, topônimos são engendrados desde os primórdios da civilização, pois surge com a necessidade dos primeiros grupamentos humanos de identificar e nomear as regiões. Desde o início dos tempos o homem nomeia os lugares por onde passa ou se fixa como símbolo da posse desse lugar. Conforme nos ensina Dick (1990, 5),

a nomeação dos lugares sempre foi atividade exercida pelo homem, desde os primeiros tempos alcançados pela memória. Obras antigas da história e da civilização mundiais colocam essa prática como costumeira.

Observa-se em muitos versículos do Antigo Testamento, que recua às brumas da história a tendência dos homens para emprestar o seu nome à terra possuída e cultivada. Quando não era o próprio possessor a fazê-lo, o vizinho tomava a iniciativa, pois era esta a forma usual para identificar, perante outrem, a propriedade nomeada (FERNANDES: 1997).

Encontramos na própria Bíblia cristã uma grande variedade dos mais antigos topônimos e antropônimos conhecidos pelo homem. Logo no início do primeiro livro (o Gênesis), identifica-se um jardim conhecido como “Éden”, que, em hebraico (*Gan Eden*, גן עדן), quer dizer “Jardim das Delícias ou Paraíso Terrestre”.

No Éden, precisamente no centro do jardim, onde estava a Árvore da Vida, encontrava-se a nascente de um rio que se dividia em quatro braços e se espalhavam nas quatro direções do jardim. O nome do primeiro é “Pison”, rio que rodeia toda a região de Havilá. O nome do segundo rio é “Ghion”, o qual rodeia toda a terra de Cuche. O nome do terceiro é o “Tigre” e corre ao oriente da Assíria. O quarto rio é o “Eufrates”. Esses nomes formam lexemas antroponímicos.

Na antiga Roma, até finais da República, usava-se o gentílico para indicar o parentesco com uma certa *gens*. Este antigo adjetivo – terminado em *-ius*, *-ia*, *-ium* (masculino, feminino e neutro) ou, mais raramente, em *-enus* –, que passou a integrar o antropônimo romano (que incluía o prenome ou nome individual, o referido gentílico e o cognome, podendo ainda ter um ou mais sobrenomes, os chamados "agnomes"), servia para identificar bens, obras ou atos do respectivo proprietário ou agente.

Na Hispânia, talvez entre os séculos V-VI, no período suevo-visigótico, começa a generalizar-se o uso do genitivo simples para denominar um prédio segundo o nome do seu proprietário. Trata-se de uma particularidade peninsular que desprezou a utilização do sufixo com valor topográfico (*ibidem*).

Já como temática de reflexões, os filósofos gregos discutiam o ato de denominar no que concerne à relação semântica que liga a palavra às coisas. Existiam duas correntes que o explicavam de diferentes modos: os naturalistas, que consideravam os termos imutáveis, fora do próprio homem; e os convencionalistas, que o entendiam como um acordo tácito, um contrato social entre os homens.

Estas reflexões ainda hoje integram os estudos acerca dos nomes. Como dito anteriormente, parte dos pesquisadores entende os nomes como registro de antigas línguas que, potencialmente, sobrevivem mesmo diante de grandes invasões. Esta perspectiva filológica dá início aos primeiros estudos toponímicos sistematizados, na segunda metade do século XIX, na França.

Auguste Lagnon fundou, tanto na *École Pratique Hautes-Études*, como no *Collège de France*, uma cadeira especial de estudos toponímicos. Em 1878, foi publicada, em Paris, a sua obra *Geographie de la Gaule au seizième siècle*, que foi a obra padrão para a época. Destacam-se também os trabalhos de Quicherat, especialmente *De la formation française des anciens noms de lieu*, publicado em Paris, em

1867, uma das primeiras bases para a toponímia (CARDOSO: 1961, 309-10).

Os alunos de Lognon, com base em um curso por ele ministrado, publicaram, após a sua morte, a obra denominada *Les noms de lieux de la France*, considerada como clássica. Essa obra passa a orientar as pesquisas toponímicas posteriormente desenvolvidas. Dentre elas, destacam-se os estudos de Albert Dauzat (1922) que, retomando estudos onomásticos de Longnon (1912), realizou uma pesquisa pormenorizada a respeito da formação dos nomes de lugares da França, dividindo-os em categorias de nomes de acordo com causas históricas.

Os resultados desses estudos estão registrados no livro *Les Noms de Lieux Origine et Evolution*, obra que apresentou uma forma mais sistematizada de pesquisa na área traçando normas a serem seguidas por aqueles que se propusessem a esse tipo de investigação (DICK, 1992: 2).

Nessa obra, Dauzat demonstra preocupação com o estudo da etimologia e a reconstituição histórica de cada topônimo investigado. Tratou, também, do esvaziamento semântico inerente a um grande número de topônimos, dada a própria dicotomia que assegura a evolução da linguagem – conservadorismo/ mudança –, expressa em termos de fatores estáticos e dinâmicos da linguagem.

Este fenômeno, denominado por Dauzat (1922) como *fossilização do topônimo*, é entendido como o momento em que tanto a língua oral muda, como o meio ambiente se transforma, mas o nome conserva-se no terreno. Provavelmente o referencial físico primeiro elucidaria o significado do nome, mas este referencial pode ter deixado de existir ou a deturpação a qual o nome é exposto dificulta e até mesmo inviabiliza a sua reconstrução etimológica.

O toponimista francês Charles Rostaing (1969, 13), em sua obra *Les noms de Lieux*, faz referência ao fato de que nem sempre é possível ao pesquisador inferir a motivação do denominador:

Tout nom de lieu a une signification mais cette signification a pu, pour deverses raisons, n'être plus perceptible pour les habitants. Parfois le mot s'est cristallisé et on ne l'a plus compris... Parfois par une partie de ses elements il se rapprochait d'un mot don't le sens était connu et consciemment (si l'on avait le sentiment d'une mauvaise prononciation ou d'une "faute") ou inconsciemment, on a corrigé le mot et on l'a inséré dans une série où il n'avait que faire: l'étymologie populaire ou attraction paronymique a alors agit.

O topônimo guarda, então, sob um invólucro aparentemente sem sentido (uma cadência de sons reconhecidos como sendo da língua, mas eventualmente desconhecidos no momento da decodificação), os semas ou unidades mínimas de significação que permitem a reconstrução etimológica.

Neste período, estudos toponímicos eram realizados por outros pesquisadores, em outros países. Na Inglaterra, podemos citar Zachirison, Allen Mawer e Patrik Weston Joyce, especialmente a obra *The Origin and History of Irish names of places*, publicada, em 1869, em Londres. Na Itália, a toponímia surge com *Di alcune forme de nomini della Itália superiore*, de Flechi, publicado em Turim, em 1871. Temos, também, na Bélgica, estudiosos da toponímia do escopo de Carnoy, Haust, Van de Wijer e Auguste Vincent, autor do trabalho, publicado em Bruxelas, em 1927, *Noms de lieux de la Belgique*.

Em Portugal, destaca-se o trabalho do filólogo José Leite de Vasconcelos, particularmente o seu livro *Opúsculos – Vol.III: Onomatologia*, publicado em 1931. Trata-se de uma obra pioneira, que apresenta considerável pesquisa sobre a onomástica portuguesa. Nessa obra o autor concebe a Toponímia como “estudo dos nomes de sítios,

povoações, nações, (...) rios, montes, vales, etc.", e estuda os topônimos com base nas diretrizes francesas: estudo da origem do nome classificado por línguas; estudo das transformações fonéticas e da formação gramatical do topônimo e divisão de categorias dos nomes segundo as causas que deram origem ao nome (VASCONCELOS, 1931: 3).

Este mesmo autor é responsável pela divisão dos estudos toponímicos em "três secções maiores: nomes de lugar, classificados por línguas; modos de formação toponímica; categorias de nomes, segundo as causas que lhes deram origem" (idem: 139). No primeiro grupo, os topônimos são classificados a partir de sua procedência lingüística: "pre-romanos, romanos, germânicos, arábicos, de procedência vária, e portugueses pròpriamente ditos" (ididem). No segundo, também denominado "gramática toponímica", classifica os nomes de lugar por: perda fonética, fonética sintática, elipse de um substantivo, presença ou omissão do artigo, junção de *de*, adjectivos que denotam epítetos, advérbios ou locuções adverbiais, genéticos medievais, emprêgo de nominativo, nomes no plural, sufixos, compostos e etimologia popular (idem: 149).

No último grupo, verifica-se uma tentativa de apresentar os topônimos por campos semânticos. Os nomes são subdivididos pelo Autor em nomes provenientes: "da hidrografia, construções hidráulicas, etc.", "da agricultura", "da meteorologia", "da caça", "de caminhos", "de campos", "da natureza do solo", "da configuração do terreno", "de rochas", "da fauna", "da flora", "de construção civis e religiosas", "da história", "da indústria", "de instituições sociais", "do lume", "da milícia", "de nomes próprios de pessoas e alcunhas", "de povoações ou arredores", "da religião e congêneres" e "de cemitérios" (idem: 149-51).

Estas pesquisas realizadas no continente europeu começam a conquistar o interesse e a dedicação de pesquisadores em vários países



e em várias áreas do conhecimento humano, como a Antropologia, a Cartografia, a Geografia, a História, a Lexicologia, a Lexicografia etc. Estes pesquisadores se dispuseram a seguir os caminhos inicialmente seguidos pelos primeiros mestres, e assim expandiram e aprofundaram esses conhecimentos de acordo com as características próprias das regiões e dos países estudados.

Existem na Dinamarca e na Holanda Comissões de Toponímia e, na Alemanha e na Suécia, além das Comissões, uma cadeira de estudos especializados sobre a toponímia, nas Universidades de Munich e de Upsala.

Diversos países do mundo têm seus centros organizadores de normas para a toponímia. Na França a relação de topônimos coletados é enviada para uma comissão que examina cada nome ortográfica e etimologicamente. Somente após estas análises é que esses nomes são liberados à produção cartográfica.

Nas Américas, destacam-se Estados Unidos e Canadá no que se refere aos estudos toponímicos. Nesses países as pesquisas, atualmente, são desenvolvidas por estudiosos da área toponomástica e de outras áreas (historiadores, geógrafos) e por órgãos especializados.

Nos Estados Unidos, o Board on Geographic Names (BGN), do Governo americano, fundado em 1890, é a comissão encarregada das pesquisas toponímicas. Este conselho tem por finalidade a uniformização da nomenclatura geográfica, e as normas da comissão orientam os nomes não apenas para os mapas, mas para os textos em geral.

Os resultados de pesquisas realizadas são divulgados na revista *Names*, publicação oficial da *American Name Society*, que tem como um de seus objetivos “o estudo da etimologia, origem, significado e aplicação de todas as categorias de nomes: geográfico, pessoal, científico, comercial e popular”. Essa revista conta com a colaboração

do renomado pesquisador George Rippey Stewart (1945) que, no seu clássico trabalho *Names on the Land, a study on the etymology of American place-names*, apresenta uma classificação para a toponímia, distribuindo os nomes em nove categorias, baseadas nos mecanismos da própria nomeação: "descriptive names, possessive names, incident names, commemorative names, euphemistic names, manufactured names, shift names, folk etymologies e mistke names" (DICK: 1992, 25).

O Canadá conta, desde 1966, com um "grupo de *Estudos de Coronímia e de Terminologia Geográfica*, associada ao Departamento de Geografia da Universidade Laval, Québec" (idem, 1990: 2). Na Venezuela podemos destacar o trabalho realizado por Adolfo Salazar-Quijada, *La toponímia en Venezuela*, publicado em Caracas em 1985. Nesta obra, o Autor apresenta o panorama histórico da Venezuela e revela a importância do signo lingüístico em função da toponímica, como "acervo científico e patrimonial de um país" e propõe um modelo taxionômico de classificação dos topônimos (GONSALVES: 2003, 19).

No Brasil, a Toponímia surgiu voltada à reconstituição de etimologias de palavras de língua indígena, como amparo de estudos históricos e geográficos. Isto se deve ao perfil dos topônimos brasileiros.

A carta de Pero Vaz Caminha ao Rei de Portugal, o mais minucioso e importante documento relacionado à viagem da esquadra de Cabral ao Brasil, contém informações e pormenores sobre a viagem de 1500, os episódios ocorridos durante a estada da expedição no Brasil, a fauna e a flora brasileira e os índios tupiniquim. Trata-se da primeira narrativa de outras tantas nas quais são registradas as impressões do europeu diante de terras e povos desconhecidos, os quais desejava conhecer para conseguir dominar (AMADO; FIGUEIREDO: 2001, 118-22).

Outro texto que revela esse interesse pela toponímia nacional é o *Diário da Navegação*, escrito pelo sargento-mor Teotônio José Juzarte. Nesta obra, o Autor descreve de maneira minuciosa o roteiro fluvial, a forma de navegar e as aventuras e desventuras da monção que partiu de Araritaguba, hoje Porto Feliz, às margens do rio Tietê, no dia 13 de abril de 1769, com destino à praça de Iguatemi, situada à margem esquerda do rio do mesmo nome, nas proximidades da atual cidade de Iguatemi no Mato Grosso do Sul. Juzarte (2000:12) revela os horrores, as pragas, o desconforto, a fome, a morte, o esperado e o inesperado das “estradas móveis”, em uma viagem que levou dois anos e dois meses, desde o início da expedição até o seu regresso em maio de 1771.

Esta obra é escrita por ordem de Dom Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus, que o escolhera para comandar a monção à Iguatemi, com a recomendação para que fizesse “um diário com a planta de todos os rios, todos os países e todas as cousas mais notáveis que se tiverem descobrido” (idem: 13).

Estas obras restringem-se, contudo, a relacionar os topônimos encontrados, grande parte deles de procedência indígena, e indicar a etimologia, muitas vezes equivocadas, destes nomes, com o objetivo de permitir aos viajantes identificarem os locais.

É destaque a obra de Teodoro Sampaio, como sendo uma obra clássica para a Toponímia brasileira. Nela consagrou-se como pioneiro nos estudos toponímicos e investigou a presença do tupi na nomeação dos topônimos brasileiros, cujos resultados foram publicados na obra *O Tupi na geografia nacional*, em 1901. Sampaio apresenta critérios para a formação de etimologias de procedência tupi, dentre os quais se destaca a preocupação com a reconstituição dos topônimos a partir do levantamento de documentos antigos.

Para esse estudioso do tupi, as investigações sobre os estudos etimológicos e históricos devem se constituir nas primeiras questões

para as quais se devem buscar elucidações, já que o topônimo, muitas vezes, pode refletir, em seu significado, características do ambiente em que está inserido (SAMPAIO: 1987, 174). Baseia-se na constatação do caráter descritivo de um grande número de nomes de origem indígena em relação às características do espaço geográfico que nomeia.

Em 1960, o Major Sebastião da Silva Furtado publica a obra *A Toponímia e a Cartografia*, a fim de colaborar na formação de técnicos em cartografia para o mapeamento das terras brasileiras, realizado pelo Exército. Nesta obra, é realizada uma reflexão acerca da estrutura dos topônimos:

O topônimo compõe-se duma parte genérica e doutra específica. Exemplos: Rio Amazonas, Rio Paraná, Serra Geral, Serra do Mar, Lagoa dos Patos, Lagoa Mirim, etc., nos quais rio, serra e lagoa constituem o *gênero geográfico*, ao qual corresponde o *têrmo geográfico*; e, Amazonas, Paraná, Geral, do Mar, dos Patos e Mirim, a parte específica, que precisa a espécie do lugar ou acidente nomeado. Uma – o gênero –, determina-o; a outra – a espécie –, qualifica-o. (FURTADO: 1960, 18)

Esta subdivisão deve-se a necessidade dos cartógrafos de anotarem, em geral, símbolos para a identificação daquilo que Furtado chama *gênero geográfico* e reservar a indicação no mapa da *espécie* do nome de lugar. Este Autor, contudo, não apresenta novas reflexões sobre os topônimos e apenas reproduz outros estudos realizados anteriormente. Apresenta, por exemplo, a partir da classificação de “causas que deram origem a nomes” de Leite de Vasconcelos, topônimos brasileiros (idem, 15-8). Além disso, leva à busca por topônimos de procedência tupi sem critérios científicos, ignorando as observações de Sampaio, e tenta construir etimologias de topônimos indígenas pela descrição dos elementos geográficos que nomeiam:

Como corruptela e interpretação deploráveis, Almeida [João Mendes de. *Dicionario Geographico da Provincia de São Paulo*, 1902] apresenta, entre muitos casos semelhantes, em São

Paulo, o topônimo *Matias Peres*, que designa uma das corredeiras do rio Tietê. Diz ele tratar-se duma corrupção de *Mbo-ti-yo-api-yéré*, alusivo a ondas e redemoinhos. (idem, 56)

Além do simples mapeamento de localidades, destaca-se o trabalho de Levy Cardoso pelo estudo da influência das línguas karib e arawak na toponímia da Amazônia. Estas pesquisas resultaram no livro *Toponímia Brasileira* (1961). Nesta obra, o pesquisador salienta que, por meio do estudo da toponímia de uma região, podem-se elucidar questões étnicas e lingüísticas como migrações indígenas e procedência das diversas famílias de línguas que habitaram determinado lugar (ibidem, 20).

Outra obra importante para os estudos toponímicos no Brasil é a *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira*, que sintetiza estudo desenvolvido por Carlos Drumond (1965), sobre os topônimos bororo da região Centro-Oeste. Esse pesquisador evidencia, também, a falta de sistematização metodológica para a pesquisa toponímica, acrescentando que trabalhos realizados sobre toponímia no Brasil, até então, tinham sido feitos mais a título de curiosidade ou para atestar a ocorrência de nomes de origem tupi na denominação geográfica brasileira (DICK: 1990, 4).

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, uma das pesquisadoras mais representativas no Brasil, contribuiu, com seus estudos, para modificar a feição indígena dos estudos toponímicos brasileiros. Em sua tese de doutorado, defendida em 1980, propôs princípios teóricos e modelos taxionômicos que aproximaram a Toponímia de outras ciências lingüísticas, como a Lexicologia e a Terminologia. Conforme Dick (1990: 5),

a nomeação dos lugares sempre foi atividade exercida pelo homem, desde os primeiros tempos alcançados pela memória humana. Obras antigas da história e da civilização mundiais colocam essa prática como costumeira, ainda que distinta, em

certos pontos, do processo denominativo vivido modernamente.

Camille Vallaux (1929), na primeira parte de sua obra *Les sciences géographiques*, de 1925, elegeu a toponímia como uma das partes mais atraentes da Geografia Descritiva, "a nomenclatura deveria ter precedência sobre qualquer outro procedimento", já que a "toponímia pode se constituir em um fio condutor de grande utilidade".

J. Romão da Silva (1965), na mesma perspectiva de Dick, ensina que a toponímia não é um elemento subsidiário da História, mas um apoio de inegável valor para a ciência geográfica. Datas e fatos são importantes para o conhecimento histórico, mas uma base nomenclatural é indispensável para o conhecimento geográfico. Apesar da inegável validade destas observações, o desenvolvimento de trabalhos que assumissem efetivamente esta postura só foram efetivamente realizados por Dick.

Seus estudos visam a uma sistematização metodológica para a orientação de pesquisas toponímicas. Dick (1990) apresenta princípios teóricos de investigação toponímica e discute dois planos de investigação, o diacrônico e o sincrônico, e considera que a investigação, na perspectiva do segundo plano, permite "o exame das séries motivadoras, que conduziram à elaboração das *taxes* toponímicas, vinculadas, de modo genérico, aos campos físico e antro-po-cultural". Além de formular uma terminologia técnica para a matéria, a Autora põe em destaque os principais motivos que comandam a organização da nomenclatura geográfica (DICK: 1990, 367).

Assim, no modelo proposto por Dick, o sintagma toponímico é entendido como a junção de um termo ou elemento genérico, relativo ao elemento geográfico, a um termo ou elemento específico, ou o topônimo propriamente dito, no qual podemos identificar a intenção do

denominador no ato da nomeação (ibidem, 10). Quanto à sua estrutura, os topônimos foram classificados segundo sua formação:

a) o topônimo ou o elemento específico simples: “aquele que se faz definir por um só formante seja substantivo ou adjetivo, de preferência, podendo, contudo, se apresentar também acompanhado de sufixações (diminutivas, aumentativas ou de outras procedências lingüísticas)”;

b) o topônimo composto ou elemento específico composto: “aquele que se apresenta com mais de um formador, de origens diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo, gerando, por isso, às vezes, formações inusitadas que, apenas a história local poderá elucidar, convenientemente”; e

c) o topônimo híbrido ou elemento específico híbrido: “como entendemos é aquele designativo que recebe em sua configuração elementos lingüísticos de diferentes procedências: a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou a indígena + portuguesa”. (ibidem, 13-14)

Destaca-se, como uma das maiores contribuições de Dick aos estudos toponímicos, o desenvolvimento de um modelo taxionômico, que revelam a *motivação toponímica*. Neste sentido, a toponímia passa a ser uma disciplina que busca a origem e a significação dos nomes de lugares. Além disto, o modelo taxionômico de Dick fornece ao pesquisador aspectos teórico-metodológicos voltados à realidade brasileira.

Dick (1990, 25), para elaborar seu modelo taxionômico, estudou os nove mecanismos de nomeação propostos por George Stewart, em 1954, e verificou que este modelo de classificação toponímica sugere um retorno à intenção de denominador no ato do batismo de um elemento geográfico; busca-se, neste caso, a *causa toponímica*. O enquadramento do nome em um destes mecanismos, portanto, tinha por base a história desse lugar, limitando o estudo. A Autora (idem: 1992, 25) também observa que a aplicabilidade da teoria de Stewart pode não atender a todos os sistemas onomásticos conhecidos, sendo,

portanto, necessária a elaboração de estudos localizados para identificar de causas toponímicas.

O primeiro modelo de classificação de Dick, de 1975, continha 19 (dezenove) taxes. Esse modelo foi reformulado posteriormente, pela própria autora, e publicado em 1990, contando com 27 (vinte e sete) taxes, das quais 11 (onze) se relacionavam ao ambiente físico e são denominadas "Taxionomias de natureza Física", e 16 (dezesesseis) estão ligadas às relações que envolvem o homem inserido em um grupo com seus aspectos sociais, culturais, denominadas "Taxionomias de natureza Antropocultural".

As taxionomias de Natureza Física estão assim distribuídas: **Astrotopônimos** – topônimos relativos aos corpos celestes, Ex: Estrela – AH/BA; **Cardinotopônimos** – relativos às posições geográficas, Ex: lagoa do Sul – AF/SC; **Cromotopônimos** – fazem referência às cores, Ex: rio Negro AF/AM; **Dimensiotopônimos** – fazem referência às características de dimensão do próprio acidente, Ex: serra Curta AF/BA; **Fitotopônimos** – topônimos relativos a nomes de vegetais, Ex: arroio Pinheiro AF/RS; **Geomorfotopônimos** – que fazem referência às formas topográficas, Ex: Monte Alto AH/SP; **Hidrotopônimos** – resultantes de acidentes hidrográficos em geral, Ex: serra das Águas AF/GO; **Litotopônimos** – nomes de ídole mineral, Ex: lagoa do Barro AF/BA; **Meteorotopônimos** – topônimos relativos a fenômenos meteorológicos, Ex: Ventania AH/SP; **Morfotopônimos** – topônimos que se referem a formas geométricas, Ex: Curva Grande AH/AM; **Zootopônimos** – topônimos de índole animal, Ex: rio do Boi AF/MG.

As Taxionomias de natureza Antropocultural são classificadas em: **Animotopônimos ou Nootopônimos** - são topônimos que se relacionam à vida psíquica e à cultura espiritual, Ex: rio Feio AF/SP; **Antropotopônimos** – topônimos que se referem a nomes próprios individuais, Ex: Fernão Velho AH/AL; **Axiotopônimos** – topônimos relativos a títulos e a dignidades de que se fazem acompanhar os nomes, Ex: Presidente



Prudente AH/SP; **Corotopônimos** – topônimos que recuperam nomes de cidades, de países, de regiões e de continentes, Ex: avenida Europa AH/SP; **Cronotopônimos** – topônimos que indicam tempo, Ex: rio Novo Mundo AF/GO; **Ecotopônimos** – topônimos relativos às habitações de um modo geral, Ex: Sobrado AH/BA; **Ergotopônimos** – topônimos que se referem a elementos da cultura material, Ex: Córrego da Flecha AF/MT; **Etnotopônimos** – topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas), Ex: Lagoa dos Bugres AF/MS; **Dirrematopônimos** – constituídos por frases ou enunciados lingüísticos, Ex: Deus me Livre AH/BA; **Hierotopônimos** – topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças, Ex: São Paulo AH/SP; **Historiotopônimos** – topônimos que se referem a movimentos de cunho histórico-social e a seus membros, Ex: Inconfidência AH/RJ; **Hodotopônimos** – topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana, Ex: córrego do Atalho AF/GO; **Numerotopônimos** – topônimos relativos aos adjetivos numerais, Ex: cachoeira Três Irmãos AF/MT; **Poliotopônimos** – topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial, Ex: salto Colônia de Itapura; **Sociotopônimos** – topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro de uma comunidade (largo, páteo, praça), Ex: serra do Sapateiro AF/SP; **Somatotopônimos** – topônimos empregados em relação metafórica à partes do corpo humano ou animal, Ex: Pé de Galinha AH/BA. (DICK: 1990, 32-4).

Quanto às classificações focalizadas, podemos considerar que Dauzat (1922) realizou uma pesquisa pormenorizada acerca da formação dos nomes de lugares na França, dividindo-os em categorias de nomes de acordo com causas históricas. Os resultados desses estudos podem ser encontrados no livro *Les noms de Lieux Origine et Evolution* (DICK: 1990, 2). O objetivo primordial de suas pesquisas foi o estudo da etimologia e a reconstituição histórica dos topônimos investigados.

Podemos dizer que, sob o ponto de vista de reconstituir e descobrir o significado dos nomes próprios, o trabalho de José Leite de Vasconcelos se assemelha às diretrizes francesas: estudo da origem do nome classificado por línguas; estudo das transformações fonéticas e da formação gramatical do topônimo e divisão de categorias dos nomes segundo as causas que deram origem ao nome (VASCONCELOS: 1931, 3).

No modelo classificatório proposto por Dick para a perspectiva sincrônica, figuram o conteúdo lingüístico que se pode perceber nos topônimos, em primeiro lugar, e a intenção do denominador no ato da nomeação visando, por meio de uma investigação sem muito recuo ao passado histórico, em segundo lugar.

Isso não significa que a possibilidade de uma pesquisa mais pormenorizada para apreensão do significado seja descartada. As motivações toponímicas, os pressupostos semânticos que dão vida aos designativos geográficos, ganham destaque na perspectiva diacrônica de estudo toponímico, apresentada por Dick (1996) especialmente na sua tese de Livre-Docência.

Assim, as pesquisas de Dick dividem-se em ambas as perspectivas: sincrônica, com os projetos *ATB* (Atlas Toponímico do Brasil) e *ATESP* (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo), este último se caracteriza como uma variante regional do primeiro; e diacrônica, com os projetos *Caminho das águas, povos dos rios uma visão etnolinguística da toponímia brasileira*, que versa sobre hidrônimos, e *Atlas das Cidades*, que trata da toponímia urbana.

Na presente Tese, os topônimos foram inicialmente analisados segundo dois pontos de vista básicos: o aspecto taxionômico, já focalizado, e o aspecto lingüístico que absorve o campo etno-dialetológico e visa investigar estratos lingüísticos da linguagem falada, como as das camadas portuguesas, indígenas, africanas (DICK: 1996, 28-37).

Optou-se por organizá-los, contudo, para realização da análise do *corpus*, por causas toponímicas, já que se utilizaram fontes históricas como subsídio para o desenvolvimento da pesquisa e os mapeamentos como subsídio ao entendimento da dinâmica de formação dos nomes.

### 3 Metodologia

A elaboração deste trabalho foi baseada na sistemática metodológica e terminológica especializada apresentada nos Projetos ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo) e Atlas das Cidades, variante do primeiro, estabelecida por Dick (1996, 1992 e 1990). Nestes projetos, foram encontrados subsídios para o entendimento do processo de atribuição e de transformação dos nomes de lugares em áreas urbanas, numa perspectiva diacrônico-contrastiva.

Por meio da análise toponímica diacrônico-contrastiva, é possível atingir questões além do próprio ato de denominação e a identificação dos fatores que levaram à fixação de nomes. Pode-se também chegar ao entendimento da rotina dos aglomerados humanos, o seu papel frente a outros grupos e, inclusive, a função de indivíduos deste organismo social.

Como ensina Dick (1996, 12), em *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo*,

Sabe-se que a toponímia é a disciplina que caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço e tempo preciso, procurando relacionar um nome ao outro, de modo que, da distribuição conjunta, se infira um modelo onomástico dominante ou vários modelos simultâneos.

Para isto, contudo, é necessário reconstituir o processo onomasiológico dos nomes de lugar e recuperar, quando possível, a primeira enunciação que singularize o espaço até sua configuração como topônimo propriamente dito. Assim, a partir da recuperação das formas primitivas de indicar o espaço, das modificações na forma e no significado destes nomes, de substituições de certos designativos em

detrimento a outros, observa-se a maneira de pensar e de agir dos habitantes em determinada região e tempo.

Neste sentido, foi de fundamental importância a leitura do livro de Otaviano Gaiarsa (1968), *A Cidade que dormiu três séculos*, que trata da fundação da Santo André do século XVI, a transferência para São Paulo e a refundação do aglomerado humano em 1867. Essa leitura constituiu-se na origem do interesse pelo tema.

Relevantes também os depoimentos de Waldomiro de Sá (2003), em *A minha história de Santo André*, em que relata sua vivência e fatos de que foi testemunha em meados do século XX; bem como de diversos depoentes nos nove congressos de história do grande ABC, realizados entre 1990 a 2008, nos diversos municípios integrantes do Grande ABC. Esses depoimentos, impressões dos memorialistas, indicaram a rotina, os usos e costumes da população andreense à época.

As pesquisas de Arlete Assumpção Monteiro (1995), Marly Rodrigues (2001) e Wanderlei dos Santos (1992) tiveram especial contribuição no esclarecimento dos fatos ocorridos na ocupação dos espaços ao longo da estrada de ferro São Paulo Railway (SPR), depois estrada de ferro Santos a Jundiaí (EFSJ) e, hoje, Ferrovias Paulistas S/A (FEPASA). Esses trabalhos permitiram a caracterização das condições humanas (social, econômica, política e ideológica) e dos grupos lingüísticos/étnicos existentes no local, bem como das condições físicas (meteorológicas, hidrográficas e de relevo) da região.

Na presente Tese, para todos os efeitos e para a identificação dos nomes dos aglomerados humanos do município de Santo André, a partir de 1867 a 1970, trabalhou-se com o material existente no Museu de Santo André e na biblioteca do Centro Universitário de Santo André e disponibilizado pelos órgãos oficiais da Prefeitura Municipal de Santo André e da Prefeitura de São Bernardo do Campo.

A leitura e a análise preliminar dos materiais específicos citados foram fundamentais para que pudéssemos selecionar os mais expressivos para a investigação a que nos propusemos.

Destaca-se, neste sentido, as pesquisas desenvolvidas por Silvia Helena Passarelli. Em 1994, esta pesquisadora apresentou mapas de Parcelamentos de Santo André dos anos 1906, 1930, 1945, 1970, com escala de 1:20.000 e, por base cartográfica, o Levantamento Aerofotogramétrico de Santo André, de 1990 (escala 1:10.000). Nestes mapas, são apresentadas, nas respectivas épocas, os nomes dos bairros existentes e dos caminhos abertos em Santo André, constituindo-se uma importante fonte por ser a única a apresentar o posicionamento dos loteamentos ao longo dos anos.

Verifica-se, por exemplo, pelo mapa de 1906, que o bairro inicial da cidade, o bairro estação, era o único existente na primeira década do século XX e que três empresas pioneiras da cidade – Streiff, Kowarick e Ipiranguinha – já se encontravam na região nesta época. O resto da área era rural; infelizmente, não foram identificadas as propriedades.

Antes deste mapeamento, em 1993, Passarelli desenhara os mapas de Santo André de 1954, 1972 e 1990, em escala 1:50000, tendo os mapas do IBGE de 1984, de igual escala, por base cartográfica. Estes mapas, contudo, foram descartados, pois apresentavam foco nos galpões industriais e não nos bairros. Cotejaram-se, a estes dados, os nomes oficiais dos bairros de Santo André em 2006.

Da análise destes materiais, foram identificados os bairros, a época aproximada de sua instalação, os seus nomes, bem como foram traçados o perfil dos aglomerados humanos formados ao redor do bairro da Estação de São Bernardo e suas relações com regiões contíguas.

Notou-se que os aglomerados humanos em Santo André, como se verá no próximo capítulo, não surgiram espontaneamente, mas

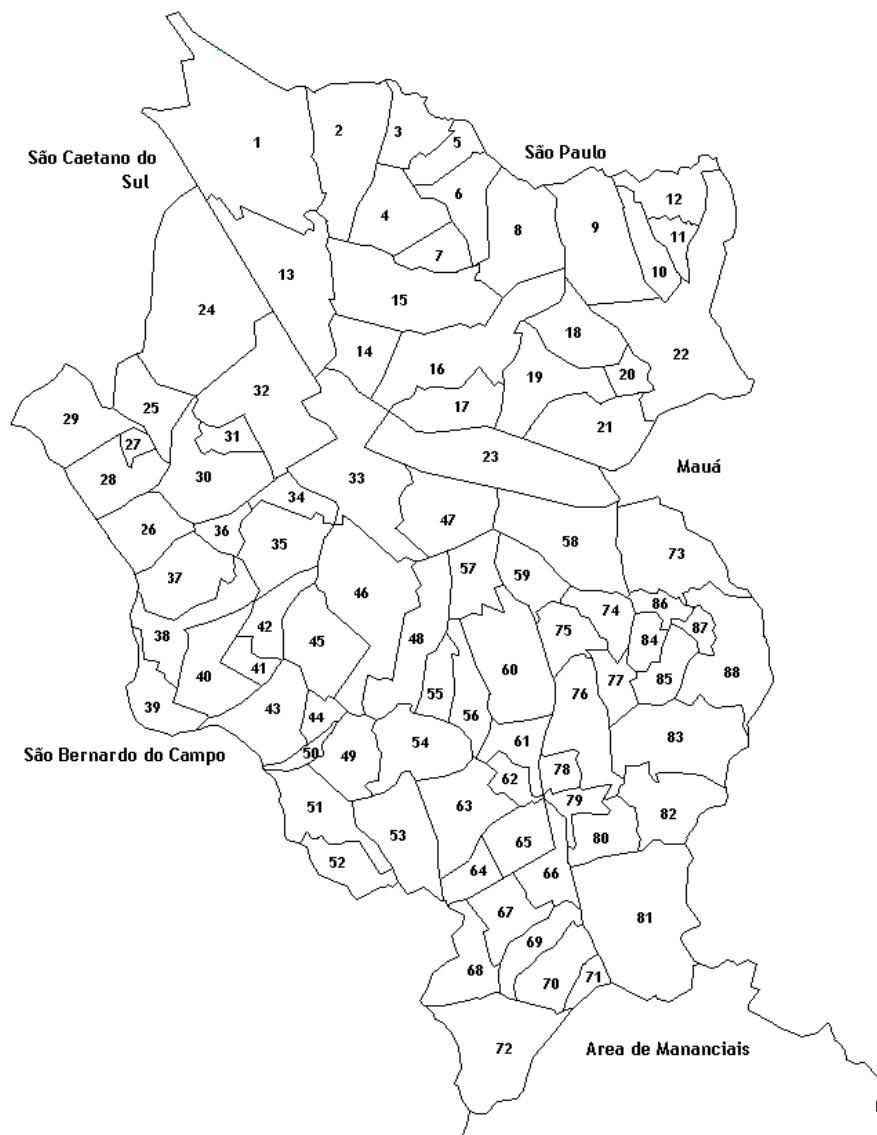
decorrem da necessidade de abrigar os trabalhadores que acorriam ao novo povoado em busca de trabalho. A origem, os costumes e valores dos proprietários e loteadores, contudo, explicam a maior parte das causas denominativas dos bairros de Santo André.

É natural que alguns dos topônimos encontrados no início do século XX fossem substituídos por outros nos anos seguintes, mas se verifica a tendência a manutenção destes nomes. Por outro lado, embora a urbanização da região tivesse por eixo norteador o traçado dos antigos caminhos e da SPR e cursos d'água conhecidos, isto não implicou na utilização de parcela significativa dos nomes anteriores.

A partir de 1990, o desaparecimento de topônimos registrados é decorrente da reunião ou divisão de bairros para efeito de organização administrativa do município, levando a englobar bairros próximos e com características parecidas. Estes bairros maiores formados aproveitam o nome de um de seus formadores.

Concluiu-se, então, a fase de levantamento dos nomes de aglomerados humanos urbanos com 172 denominações de loteamentos, dos quais, 116 permanecem ainda hoje. Os 28 bairros de área de mananciais de Santo André, contudo, apresentam perfil diverso aos 88 formados a partir de expansão do primitivo bairro Estação de São Bernardo.

Optou-se, portanto, pela exclusão destes nomes do acervo contemplado nesta pesquisa, e a indicação para futuros trabalhos a serem desenvolvidos. Um mapa foi elaborado, e cada bairro recebeu um número para a catalogação das informações coletas.



|     |                          |     |                               |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------|
| 1.  | Vila Metalúrgica         | 45. | Paraíso                       |
| 2.  | Vila Camilópolis         | 46. | Vila Assunção                 |
| 3.  | Jardim Utinga            | 47. | Casa Branca                   |
| 4.  | Jardim Santo Antônio     | 48. | Vila Alzira                   |
| 5.  | Jardim das Maravilhas    | 49. | Jardim Cristiane              |
| 6.  | Vila Lucinda             | 50. | Jardim Oriental               |
| 7.  | Vila Francisco Matarazzo | 51. | Jardim Milena                 |
| 8.  | Parque Oratório          | 52. | Jardim Las Vegas              |
| 9.  | Parque Novo Oratório     | 53. | Jardim Alvorada               |
| 10. | Jardim Santo Alberto     | 54. | Vila Linda                    |
| 11. | Jardim Itapoan           | 55. | Vila Marina                   |
| 12. | Jardim Ana Maria         | 56. | Vila Helena                   |
| 13. | Santa Teresinha          | 57. | Silveira                      |
| 14. | Bangu                    | 58. | Vila Homero Thon              |
| 15. | Parque das Nações        | 59. | Vila América                  |
| 16. | Vila Curuçá              | 60. | Vila Pires                    |
| 17. | Parque Jaçatuba          | 61. | Vila Vitória                  |
| 18. | Parque Erasmo Assunção   | 62. | Vila Junqueira                |
| 19. | Parque João Ramalho      | 63. | Jardim do Estádio             |
| 20. | Jardim Rina              | 64. | Jardim Santa Cristina         |
| 21. | Jardim Alzira Franco     | 65. | Jardim Teles de Menezes       |
| 22. | Parque Capuava           | 66. | Vila Luzita                   |
| 23. | Várzea do Tamanduateí    | 67. | Jardim Guarara                |
| 24. | Campestre                | 68. | Sítio dos Vianas              |
| 25. | Santa Maria              | 69. | Jardim Irene                  |
| 26. | Vila Príncipe de Gales   | 70. | Vila João Ramalho             |
| 27. | Vila Aquilino            | 71. | Jardim Vila Rica              |
| 28. | Vila Sacadura Cabral     | 72. | Cata Preta                    |
| 29. | Vila Palmares            | 73. | Parque Marajoara              |
| 30. | Vila Guiomar             | 74. | Vila Guarani                  |
| 31. | Vila Alpina              | 75. | Vila Humaitá                  |
| 32. | Jardim                   | 76. | Jardim Ipanema                |
| 33. | Centro                   | 77. | Vila Progresso                |
| 34. | Vila Bastos              | 78. | Vila Tibiriçá                 |
| 35. | Jardim Bela Vista        | 79. | Vila Lutécia                  |
| 36. | Vila Alice               | 80. | Vila Suíça                    |
| 37. | Vila Valparaíso          | 81. | Jardim Santo André            |
| 38. | Vila Floresta            | 82. | Condomínio Maracanã           |
| 39. | Jardim Bom Pastor        | 83. | Vila Guaraciaba               |
| 40. | Vila Scarpelli           | 84. | Centreville                   |
| 41. | Pinheirinho              | 85. | Parque Gerassi                |
| 42. | Vila Gilda               | 86. | Jardim Marek                  |
| 43. | Jardim Stela             | 87. | Jardim Santo Antônio de Pádua |
| 44. | Jardim Jamaica           | 88. | Cidade São Jorge              |

mapa 01. Bairros de Santo André



Passou-se, então, à busca das razões que levaram à atribuição destes nomes, ou seja, das causas denominativas. Esta pesquisa foi efetuada por meio de pesquisa bibliográfica, de estudos históricos e geográficos e de memorialistas. Damos ênfase, portanto, no caso de publicações atuais, aos relatos apresentados nos Congressos de História, pelos habitantes locais que forneceram histórias e memórias de infância e adolescência, como citado anteriormente.

Após a coleta do material nas fontes formais, passamos a busca de informações junto a pessoas da comunidade que, por serem historiadores, escritores e também por terem sido testemunhas e atores da história de Santo André, contribuíram de forma significativa. Foi o caso das diversas reuniões com o Professor Nelson Zanotti, primeiro diretor da primeira faculdade de Santo André e que conviveu com a família Murray, peça-chave para a doação dos terrenos do sítio Tangará para que fosse instalado o atual Centro Universitário Fundação Santo André. Realizamos também algumas reuniões com o saudoso historiador Paschoalino Assumpção, autor de livros sobre Santo André. Entrevistamos também membros da família de Erasmo Assumpção – Erasmo Teixeira de Assumpção Bisneto e Maria Regina Assumpção Arruda – que brincavam nas terras de Santo André e nos forneceram lembranças valiosas.

Pesquisamos também farto material do historiador Ademir Médici, em seus livros e artigos no Diário do Grande ABC, e dos pesquisadores Wanderley dos Santos e José de Sousa Martins.

A catalogação destas informações seguiu, conforme se afirmou anteriormente, foi amparada por pesquisas pioneiras realizadas no exterior e em vários estados brasileiros no que concerne à análise dos topônimos, como os manuais e os artigos publicados por Dauzat, Rostaing, Backheuser e Drumond.

Destaca-se, especialmente, a metodologia definida por Dick (1996; 1990). Assim, as fichas lexicográfico-toponímicas, também

chamadas fichas de extração terminológica, foram fundamentais para a organização das informações que compõem o *corpus* da Tese. Adotou-se, como base, o modelo concebido por Dick para o Projeto ATESP.

|   |
|---|
| Localização – Município: _____                |
| Topônimo: _____ A.G.: _____ Taxionomia: _____ |
| Etimologia: _____                             |
| _____   |
| Entrada Lexical: _____                        |
| _____   |
| Estrutura Morfológica: _____                  |
| _____   |
| Histórico: _____                              |
| _____   |
| Informações Enciclopédicas: _____             |
| _____   |
| Contexto: _____                               |
| _____   |
| Fonte: _____                                  |
| Pesquisador: _____ Revisor: _____             |
| Data de Coleta: _____                         |

ficha 01. Modelo elaborado por Dick (2004b, 130) para o Projeto ATESP.

São muitas as informações extraídas das diferentes fontes de consulta. Para tanto, adaptou-se este modelo de ficha terminológico-toponímica, cujo modelo é apresentado a seguir, a fim de fornecer os elementos necessários para a formação do saber-cognitivo da toponímia da região e possibilitar a comparação entre os proprietários e os referenciais indicados. Somam-se 88 fichas catalogadas, cada uma numerada a partir de mapeamento de Santo André apresentado (cf. mapa 01).

Santo André

Iberê Luiz Di Tizio

orientadora: Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick



|                     |                       |
|---------------------|-----------------------|
| topônimo            | elemento geográfico   |
|                     |                       |
| data do loteamento  | taxionomia            |
|                     |                       |
| origem lingüística  | estrutura morfológica |
|                     |                       |
| etimologia          |                       |
|                     |                       |
| entrada lexical     |                       |
|                     |                       |
| histórico           |                       |
|                     |                       |
| causa da designação |                       |
|                     |                       |

ficha 02. Modelo de ficha lexicográfico-toponímica adaptado.

Da análise das fichas, alguns grupos de causas denominativas foram verificados. O fato de a ocupação se dar de forma induzida e não espontânea, quer dizer, a ocupação resultante da necessidade de proporcionar local de moradia para os trabalhadores das indústrias que se estabeleciam no território, levou à criação de tendências denominativas.

Os topônimos formados revelam muito mais uma forma de conveniência do loteador ou do proprietário da terra do que uma manifestação natural do habitante local, até mesmo porque esse habitante ainda não tinha raízes com o ambiente, ao qual recém-chegava.

## Santo André

Iberê Luiz Di Tizio

orientadora: Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick

16

|  |                 |                       |                       |
|--|-----------------|-----------------------|-----------------------|
| topônimo   | Curuçá          | elemento geográfico   | bairro Vila           |
| ano do loteamento  | 1928            | taxionomia            | hierotopônimo         |
| origem lingüística   | Indígena - tupi | estrutura morfológica | simples - substantivo |
| etimologia   |                 |                       |                       |
| Curuçá - corruptela do português “cruz” que, em tupi, se pronunciava “curuzu”. (Sampaio: 1987)   |                 |                       |                       |
| entrada lexical  |                 |                       |                       |
| histórico  |                 |                       |                       |
| <p>Em 1915, Erasmo Teixeira Assunção, paulistano, comprou muitas terras em Santo André, tendo como sócio seu irmão Antonio Álvaro Assunção. Entre elas, comprou uma parte do sítio Jaçatuba. A outra parte foi adquirida por José Augusto Leite Franco, em 1922.</p> <p>O sítio Jaçatuba pertencia, em abril de 1856, a João José Barbosa Ortiz, que o herdara de seu pai, tenente Francisco Barbosa Ortiz.</p> <p>Curuçá era o nome do cavalo predileto do Dr. Erasmo Teixeira Assunção, que era grande apreciador e possuidor de cavalos. Ao lotear parte de suas terras em 1928, deu ao loteamento o nome de seu cavalo predileto, Jardim Curuçá, e às demais ruas da região o nome de seus outros cavalos. No loteamento foi reservada uma parte da chácara que hoje abriga o Parque Regional da Criança.</p> <p>Quando Erasmo Assunção se afastou da região por causa da crise imobiliária, decorrente da crise do café, as cocheiras dos seus famosos cavalos foram invadidas e serviram de morada par famílias de baixa renda. A partir do final dos anos 40 começam a chegar os primeiros nordestinos, atraídos pelas indústrias Rhodia, Kowarick e outras. (Medici: 1992, 41)</p> <p>1,42km<sup>2</sup> - População estimada: 13.577. (Santo André: 2007, 47)</p> |                 |                       |                       |
| designações anteriores   |                 |                       |                       |
| sítio Jaçatuba (integrava); Jardim Curuçá (loteamento).  |                 |                       |                       |
| causa da designação  |                 |                       |                       |
| Nome do cavalo predileto de Erasmo Teixeira Assunção.  |                 |                       |                       |

ficha 03. Modelo de ficha preenchida.

As fontes cartográficas, por sua vez, permitiram visualizar as áreas analisadas, e percebeu-se que, inversamente às tendências de nomeação dos bairros, as incorporações e divisões de bairros realizadas nos últimos anos foram em benefício da reestruturação administrativa do município.

O cruzamento das fontes bibliográficas forneceu os elementos necessários para a construção do texto onomástico pela articulação dos topônimos identificados. Os elementos coletados permitem a reconstrução do processo gerativo do nome e a sua ligação com fatores que o determinam dentro dos seus contextos de enunciação original, evidenciando, assim, as diferentes tendências analisadas.

## **4 O nome Santo André do século XVI ao século XX**

O município de Santo André no estado de São Paulo, desde a sua fundação, sempre teve uma posição geopolítica e econômica de grande importância para o país, sendo atualmente um dos mais importantes municípios do estado. Em 2006, revela-se 100% urbanizado, responsável por 1,8% da arrecadação estadual de impostos, 1,6% de sua população e com 142.001 postos de trabalho.

No início do século XX, momento das primeiras tentativas de emancipação, Santo André torna-se pólo aglutinador de pessoas oriundas de todos os estados do Brasil e também de muitos países estrangeiros, e isso, de certa forma, se reflete na toponímia da região. Paralelamente, fala-se em relação direta destas terras com a aldeia de João Ramalho, figura mítica da história do Brasil.

Neste capítulo, serão apresentadas informações sobre este povoamento quinhentista e os acontecimentos que envolvem a criação do atual município de Santo André.

### **4.1 A Santo André do século XVI**

Em 1532, quando Martim Afonso de Souza fundeou em São Vicente, encontrou João Ramalho que já vivia naquelas plagas com sua mulher (a índia Bartira, filha de Tibiriçá) e seus filhos: André Ramalho, Joana Ramalho, Margarida Ramalho, Victório Ramalho, António de Macedo, Marcos Ramalho, Jordão Ramalho e Antonia Quaresma, aos quais Almeida Prado acrescenta Francisco e Isabel.

Pouco se sabe ao certo sobre a origem de João Ramalho. Um documento da Chancelaria de Dom João II revela que tinha patente de escudeiro e, portanto, pertencia à base da nobreza portuguesa:

Dom Joham etcotra a vos nosso Corregedor na Comarca damtre Tejo e hodiãna e a todollos outros juizes e justiças officiaes e personas a que esta nossa Carta ou Trellado della em puprica forma fecto per autorydade de justiça for mostrada fazemos saber que por quanto Joham Ramalho escudeiro criado da Rainha minha Senhora j Madre cuja alma Deos aja e nosa lamça da ordenaçam das duas mill lanças esta prestes përa nos servir com Cavallo e armas quamdo quer no sseu sérico for necessaryo. Tempo por bem etcotra em forma dada em Santarém a tres dias do mes dabril Álvaro Barroso a fez anno de myll quatrocentos oitenta e sete. (SANTOS: 1992, 39)

Anos depois, João Ramalho fundou a Vila de Santo André da Borda do Campo, localizada serra acima do ancoradouro de São Vicente, nos campos de Piratininga. Amigo e genro de Tibiriçá<sup>1</sup>, ele usufruía poder e prestígio entre os indígenas (MADRE DE DEUS: 1920, 132). Questionam-se, contudo, o momento e a condição em que João Ramalho teria chegado ao Brasil.

A presença de europeus em terras brasileiras é uma constante desde os primeiros anos do século XVI. Após Cabral ancorar no Brasil e partir em maio do mesmo ano de 1500, portugueses, espanhóis e outros europeus passaram a frequentar a costa marítima brasileira. Almeida Prado (1966, 55-73), por exemplo, cita a expedição de João da Nova, de 1501, que pretendia chegar ao Oriente com quatro embarcações pertencentes a particulares<sup>2</sup>.

Sob o comando de Fernão de Noronha, outra expedição, composta de três embarcações, partiu de Lisboa em maio de 1501 e

---

1 Segundo Gurgel (1905, 473), "Tibiriçá [era] o célebre maioral dos guayaná (...), senhor dos Campos de Piratininga: este era um Rei ou Cacique, e as outras comarcas respeitavão muito, por ser elle o Cacique mais poderoso, e o melhor guerreiro do seu Continente".

2 Sobre o assunto, ver também Cortesão; Calmon (1956, 299-328).

tinha como um dos pilotos Américo Vespúcio. Foi organizada por um grupo de mercadores com destino ao Brasil e demorou-se na região até 1502, tendo chegado até São Vicente, segundo *carta de Parqualigo à Senhoria de Veneza* (ibidem, 40). Uma terceira expedição, de Estevão da Gama, partiu em abril de 1502.

No ano seguinte, ainda outra expedição teria saído de Lisboa com seis embarcações, sob o comando de Gonçalo Coelho, com destino a Malaca. Nela estava novamente Américo Vespúcio. Esta expedição dispersou-se nas costas brasileiras. A embarcação de Américo Vespúcio foi direcionada para o litoral brasileiro e demorou algum tempo numa região que os estudiosos acreditam que seria Cabo Frio, a 260 léguas ao sul da baía de Todos os Santos.

Aí construiu a tripulação um fortim. A seguir, informa Vespúcio que uma bandeira por ele ordenada penetrou no interior das terras. Concluída a incursão, deixou o piloto 24 homens na feitoria recém-edificada e regressou à Europa (ibidem).

Em 1511, a nau Bretoa, do consórcio Fernão de Noronha, Bartolomeu Marchione, Benedetto Morelli e Francisco Martins, comandada por Cristóvão Pires, voltou carregada de pau-brasil e outros produtos da terra. No ano seguinte, acredita-se que uma expedição comandada por Cristóvão Jacques partiu de Portugal e desceu a costa sul do Brasil até encontrar um grande rio (ibidem, 44).

São assinaladas ainda outras expedições portuguesas, como a de D. Nuno Manuel e a de Cristóvão de Haro, mercador castelhano que transitava por Lisboa, à qual D. João III atribuiu o descobrimento do Rio da Prata antes de Sólis:

Nuno Manuel y Cristoban del Haro, és que se trataba, respectivamente, de uno de los personajes de mayor relieve en la burocracia palatina de la época (...) figurando en la empresa como armador su alcotacén mayor y archivero Don Nuno Manuel (...). Don Juan III atribuía el descubrimienío del rio de



la Plata a la armada de Don Nuno Manuel (CORTESÃO; CALMÓN: 1956, 313-4).

Existem notícias de outras expedições que estiveram na costa brasileira até 1530. Franceses freqüentavam a orla marítima brasileira desde 1503, sendo, segundo Almeida Prado (1966, 38), melhor recebidos que os portugueses pelos indígenas. Em 1505, Binot Paulmier de Gonneville declarava no seu depoimento perante o almirante da Normandia que dois anos antes estivera no Brasil em busca de madeira para tinturaria, “numa região onde desde algum tempo embarcações (...) costumavam resgatar” (ibidem, 41-2).

Parece que Dias de Sólis e Vicente Yanez Pinzón costearam o litoral do extremo norte do Brasil em 1508. No mesmo ano, Paul Gaffarel noticia que um certo Thomas Auberí teria estado no Brasil. Em 1515, com destino aos mares do sul, João Dias Sólis novamente percorreu a costa brasileira, desta vez até o cabo de Santa Maria, e entrou no rio da Prata. Desembarcou com alguns companheiros e foi trucidado pelo gentio. As outras embarcações retornaram à costa brasileira. Uma delas naufragou nas proximidades de Santa Catarina (ibidem, 43-6).

Fernão de Magalhães, a serviço da Espanha, com o intuito de dar volta ao mundo, tocou em terras brasileiras, chegando ao Rio de Janeiro em dezembro de 1519. Prosseguiu em 29 do mesmo mês, transpôs o estreito que leva o seu nome (*Estreito de Magalhães*) e, depois de percorrer grande distância, foi morto numa ilha em que desembarcou (ibidem, 47).

Documentos oficiais informavam à corte espanhola que, no ano de 1521, duas caravelas com destino ao Rio da Prata estiveram em Santa Catarina. Ao longo das décadas de 1510 e de 1520, naus perdidas também tocaram a costa brasileira, como o mercador português Duarte Tristão, com destino às Índias. Uma das naus desta

expedição, segundo a *Crónica de D.Manuel*, teria se perdido e chegado ao Brasil em 1517 (ibidem, 46-7).

Outra expedição espanhola, de Garcia Jofre de Loaysa, em 1525, ancorou em Santa Catarina por avarias e contratempos. Nesse mesmo ano, estiveram em terras brasileiras Diogo Garcia, comandando uma expedição com três unidades, com destino ao Prata, e Sebastião Caboto, comandando outra de quatro embarcações, com destino às Molucas (ibidem, 48-9).

Os registros deixados por essas expedições (diários de bordo, descrições, crônicas, memórias, documentos oficiais, cartas e anotações) revelam a existência de povoadores europeus na terra brasílica antes de Portugal iniciar o povoamento e a colonização do Brasil, no primeiro quartel do século XVI. João Ramalho, portanto, não era o único europeu em terras brasileiras neste período.

Prado (1966, 55) remete ao medo do desconhecido e das histórias que circulavam pela Europa nesta época:

A mata era ameaçadora, e nas praias irrompiam canibais mais perigosos que jaguares. O clima tórrido do litoral, as feras, os insetos, o ermo, as febres, tudo se conjugava contra os que se arriscavam em terra.

Mesmo assim, a terra brasílica deslumbrava os que por aqui passavam. A paisagem, o clima e as índias atraíam os navegantes. No *Diário da Navegação* de Pedro Lopes de Sousa, tem-se o seguinte relato:

É a mais formosa terra, é mais aprazível que pode ser. (...) todos eram espantados da formosura desta terra; e andávamos todos pasmados que nos não lembrava tornar. (VARNHAGEN: 1975, 40)

Talvez por isso, muitas vezes, os regulamentos das expedições oficiais ou particulares reflitam a preocupação com a deserção dos tripulantes e os perigos da mata brasileira – índios e feras. O rei D.

Manuel recomendava ao capitão da nau Bretoa, em meados de 1511, cautela ao chegar a terra, o que remete a deserções de marujos:

Vós lembrara de terdes grande vigia na gente que mandardes fora (...) de maneira que não se possa lá na terra lançar nem ficar nenhum deles, como algumas vezes já fizeram. (CORTESÃO; CALMÓN: 1956, 308)

Outras hipóteses em relação a deserções foram aventadas, tais como a ambição pelo ouro, a talassofobia, os maus tratos recebidos nas embarcações, a atração da poligamia indígena que os marujos presenciavam e também a possibilidade de negócios dos produtos da terra, inclusive a escravidão indígena, com europeus<sup>3</sup>. Na Carta de Caminha, antes de prosseguir viagem para a Índia, dois membros da comitiva fugiram à noite para o litoral brasileiro:

Acabado isto, fomos perante eles beijar a cruz. E despedimo-nos e fomos comer. Creio, Senhor, que, com estes dois degredados que aqui ficam, ficarão mais dois grumetes, que esta noite se saíram em terra, desta nau, no esquife, fugidos, os quais não vieram mais. E cremos que ficarão aqui porque de manhã, prazendo a Deus fazemos nossa partida daqui. (CAMINHA: 1977)

Por outro lado, também ajudaram a engrossar o número dos europeus nos novos domínios portugueses degredados, os quais, muitas vezes, foram deixados em terras descobertas sem que assim desejassem. Não se pode deixar de remeter a terrível angústia destes dois degredados abandonados por Pedro Alvares Cabral.

Esse procedimento punitivo aplicado a sentenciados portugueses prosseguiu durante a primeira metade do século XVI, segundo comprovam documentos existentes na Torre do Tombo em Portugal, como, por exemplo, a "Provisão do cardeal Infante para que Baltazar Pinto, preso no aljube de Lisboa, seja mandado embarcar para o Brasil com outros presos do secular, em vez de ir para São Tomé" e a "Carta

---

3 Sobre o assunto ver Almeida Prado (1966, 60-1) e Cortesão; Calmon (1956, 308).

do Regedor da Relação de Lisboa para El-Rei”, de 27 de Abril de 1543, a qual trata do degredo para o Brasil de Lopo Rodrigues, preso em Évora<sup>4</sup>.

Dentre desertos enviados ao Brasil, João Mendes de Almeida (apud GURGEL: 1905, 466) assinala que os dois grumetes dos quais Pedro Álvares Cabral deu por falta, ao partir do Brasil rumo às Índias, poderiam ser João Ramalho e António Rodrigues. Santos (1992: 39) alerta para a falta de documentos que endossem tal afirmação, o qual acredita que Ramalho tenha chegado ao Brasil entre 1512 e 1517.

Para Orville Derby, Toledo Piza, João Mendes Jr. e Theodoro Sampaio, contudo, João Ramalho teria precedido o próprio Cristóvão Colombo: “debalde tentou frei Gaspar da Madre de Deus demonstrar que a vinda desse aventureiro para a America precede até á do próprio Colombo” (SAMPAIO: 1904, 256). Neste contexto, João Ramalho não seria um desertor ou fugitivo, antes poderia ser um sobrevivente entre tantos naufrágios de portugueses e espanhóis nas proximidades da orla marítima brasileira que cronistas mencionam.

Os documentos antigos, contudo, são contraditórios e lacunosos quando o assunto é a ocupação das terras descobertas. Em 1502, Américo Vespúcio deixou vinte e quatro homens no fortim edificado em Cabo Frio por sua tripulação, quando esteve na costa litorânea brasileira (PRADO: 1966, 40). Seriam degredados ou foi uma tentativa de povoamento?

Lembra Amaral Gurgel (1905) que “o barão do Rio Branco opina que Ramalho veio estabelecer-se em Piratininga pelo anno de 1512”. Este Autor acredita que Ramalho teria chegado ao Brasil por volta de 1510. Já Cortesão & Calmon (1956, 306) afirmam, com base na *Relación* do espião veneziano Chá Masser, que, em 1508, João Ramalho já morava em São Vicente e nos campos de Piratininga:

---

4 Ver, especialmente, “Documentos da Torre do Tombo, Notícias Antigas do Brasil, 1531-1551”. Lisboa: Biblioteca Nacional, março de 1939.

Sabemos solo que dos portugueses (...) Juan Ramalho e Rodrigo Alvares, el Caramurú, habitaban, el primero, desde 1508, en San Vicente e Piratininga, en el actual Estado de São Paulo, y el segundo, desde 1509, en la bahía de Todos los Santos.

Acrescem, ainda, que João Lopes de Carvalho foi deixado em Cabo Frio pelo próprio comandante da nau Bretoa, quando percorreu a costa brasileira em 1511. Foi por outras fontes que se soube também do desembarque de João Lopes de Carvalho no Cabo Frio, abandonado pelo comandante da nau, apesar das instruções recebidas em Portugal contra este expediente punitivo (PRADO: 1966, 59).

D. Rodrigo de Acuna, membro da expedição espanhola de Garcia Jofre de Loaysa, teve que, por volta de 1525, aportar em Santa Catarina por problemas na embarcação e foi auxiliado por moradores castelhanos da região que procuraram mostrar aos tripulantes as vantagens de permanecerem em terra, como as índias, a paisagem e os riscos que corriam em viajar em embarcações em precárias condições, além dos dissabores do serviço de bordo. Nem todos os marinheiros de Acuna foram seduzidos.

D. Rodrigo, ainda no sul do Brasil, encontrou no porto de Patos quatro moradores europeus remanescentes dos onze que compunham a tripulação de Sólis. Acredita-se que os outros sete tenham se dirigido para as povoações já existentes de Cananéia, São Vicente ou Cabo Frio. A mesma hipótese é sugerida para os trinta e dois tripulantes que D. Rodrigo deixou em Santa Catarina. Problemas com a nau ou um povoamento espanhol planejado?

De volta a Europa a serviço da Espanha, nos idos de 1530, Caboto deixou dois tripulantes no norte de Santa Catarina (ibidem, 58-67). Punição ou povoamento espanhol planejado?

Quando se trata da proto-história brasileira, um personagem sempre lembrado é o *Bacharel de Cananéia*, encontrado na região de Iguape, Cananéia e São Vicente, no atual estado de São Paulo. Diogo

Garcia, capitão espanhol de expedição com destino ao Prata, passou algum tempo em São Vicente, por volta de 1526-1527, e relata que foi auxiliado pelo *bachiller* e sua família<sup>5</sup>. Para Varnhagen (1975), tal designação faz supor a origem espanhola do *Bacharel de Cananéia*. Pêro Lopes de Souza, que chegou em 1531 a Cananéia, também anotou em seu diário de bordo a presença e a antiguidade do "bacharel" na região:

El más antiguo de estos colonos era el llamado bachiller de la Cananea, deportado a quien desde principios del siglo XVI vemos habitar el trecho de la costa que vá desde Iguape a San Vicente. Pêro Lopes de Sousa, al llegar em 1531 a la isla de la Cananea, anota em su Diário da Navegação: Quinta feira, dezasete dias do mês de agosto (...) Este bacharel havia trinta anos que estava degradado nesta terra. (CORTESÃO; CALMON: 1956, 336)

O navegador Garcia, a partir de notícias que recebera, supõe que o "bacharel" estaria pela região em torno de 30 anos<sup>6</sup>. Todavia, não se sabe se o "bacharel" de Cananéia era náufrago, degredado ou desertor. Para Varnhagen, veio para cumprir pena, portanto, era um degredado.

Diogo Garcia abasteceu sua flotilha, encomendou escravos e "abastecera a frota de victuallas de la tierra, carne, peixe, frutas, lenha, além do bergantin construído por um dos habitantes de nome Gonçalo da Costa" (PRADO: 1966, 69), outro português que encontrou no litoral brasileiro.

Martim Afonso de Souza partiu de Portugal em 3 de dezembro de 1530 com uma tripulação de aproximadamente 400 pessoas, algumas delas que já conheciam a América, entre marinheiros e soldados de diferentes nacionalidades como portugueses, espanhóis, italianos e

---

5 Segundo Varnhagen (1975, 115), "*Bachiller*, como vocábulo popular da língua espanhola, significava homem que falava bem". Prado (1966, 57) informa que "a acepção antiga espanhola de *bachiller* também compreendia na gíria popular homem bem falante".

6 Prado (1966, 69) informa que "enumera Diogo Garcia, na sua Memória, os socorros que recebeu da gente do bacharel, ali estabelecido *havia 30 anos*, segundo contavam".

alemães. Sua esquadra viria conhecer a costa brasileira desde a Bahia de Todos os Santos até o Rio da Prata e era composta da nau São Miguel, onde ia o comandante, do galeão São Vicente, capitaneado por Pêro Lobo Pinheiro, e das caravelas Rosa e Princesa.

Entre as incumbências que portava o comandante Souza, constava a de estabelecer uma colônia, em local apropriado, para iniciar o povoamento oficial português na Nova Luzitânia, a terra descoberta em 1500 por Pedro Álvares Cabral. Segundo Almeida Prado (1966, 76-7), esta expedição tinha uma missão militar e pesquisadora de metais porque D. João III “não tirava os olhos da região proclamada aurífera”<sup>7</sup>.

Em janeiro de 1531, Martim Afonso despontava no Cabo Santo Agostinho e logo iniciou o aprisionamento de naus e navios franceses, que, em geral, comercializavam madeira com os indígenas, aumentando sua frota. Partiu de Pernambuco após alguns dias e chegou à baía de Todos os Santos, onde encontrou Diogo Álvares, o europeu apelidado de Caramuru, que já habitava na região há mais de vinte anos. Prosseguiu viagem rumo ao Rio de Janeiro, onde fundeou a frota, por algum tempo, no intuito de tomar conhecimento das terras distantes da orla marítima, em busca das propaladas jazidas auríferas.

Em agosto deste mesmo ano, Martim Afonso navegou rumo a Cananéia, sabendo da existência ali de moradores de origem européia. De Cananéia a expedição prosseguiu com destino ao Rio da Prata, conhecido como o rio de Sólis, onde Martim Afonso passou por sérias dificuldades. Mesmo assim, para demonstrar a posse de Portugal, os portugueses colocaram marcos em terras hoje pertencentes ao Uruguai. No início de 1532, navegadores comandados por Martim Afonso empreenderam o percurso de retorno, fundeando alguns dias em Santa Catarina.

---

<sup>7</sup> Utilizou-se, como base teórica da descrição da viagem da frota de Martim Afonso de Souza, Prado (1966, 74 a 85).

Martim Afonso ancorou em São Vicente em 22 de janeiro de 1532. Outras armadas já haviam estado neste local. Em 1530, Sebastião Caboto permaneceu alguns dias com sua expedição e trocou apetrechos de pesca, pedaços de ferro e contas por índios escravos. Ainda em maio de 1530, estava Caboto em seu ancoradouro onde barganhou ferro, anzóis e contas por sessenta índios escravos (TAUNAY: 1968, 30)<sup>8</sup>.

Convém, desta forma, ressaltar que, quando Martim Afonso ancorou, em princípios de 1532, São Vicente já era um ponto do litoral brasileiro conhecido dos navegadores, um povoado português com casas e torre para defesa de possíveis ataques de índios. A partir de informes do *Yslario* de Alonso de Santa Cruz, cosmógrafo da armada de Sebastião Caboto na expedição ao Rio da Prata (OVIEDO; VALDÉS: 1944, 118), Afonso de Taunay (1968, 29) fez mesmo uma apresentação do litoral sul brasileiro e dos navegadores espanhóis que por ali navegavam por volta de 1530 e informou que

dentro do porto de São Vicente (...) há duas Ilhas grandes (...). Na ilha ocidental tem os portugueses um povoado chamado São Vicente, de dez ou dozes casas (...). Estão providos de coisas da terra, de galinhas e porcos de Hespanha em muita abundância e hortaliça.

São Vicente era um local de maiores recursos da costa sul brasileira, o que gerava muitas expectativas nos navegadores de passagem, e tornou-se logo um conhecido porto para abastecer e reparar embarcações e comercializar índios com seus habitantes. De tal porte eram os negócios que se realizavam entre os navegadores e os moradores de São Vicente que, segundo Almeida Prado (1966, 85), o

---

8 Maiores detalhes sobre a expedição de Caboto e sua permanência em São Vicente, ver Prado (1966, 49 e 60-83). Ainda segundo este Autor (idem, 72), "Caboto largou S. Vicente em maio de 1530. Realizara alguns negócios com os povoadores, "barganhas", como diriam mais tarde os descendentes mineiros do bacharel. Em troca recebeu 55 (ou 60) índios pertencentes a vários habitantes".



ancoradouro vicentino até poderia receber o nome de “Porto dos Escravos”.

Por tais razões que, em São Vicente, Martim Afonso decidiu estabelecer a colônia de que necessitava: a primeira colônia regular para se iniciar a colonização portuguesa na América. Conforme Taunay (1968),

Desde essa época a região já despertava interesse. Parece que seu destino já estava prescrito. Era o local escolhido para vir a ser um grande eixo do país no século XX, até João Ramalho fazer sua escolha para implantar sua vila.

Os relatos dos navegadores também assinalam a presença de João Ramalho, fundador da povoação de Santo André, na borda dos campos de Piratininga. Por estas razões, fato é que João Ramalho teve um importante papel na colonização portuguesa das terras atlânticas. Inicialmente, interferiu a favor dos portugueses no fundear da expedição de Martim Afonso de Souza, em 1532, no ancoradouro de São Vicente:

Nesse momento especialíssimo, em que se ia jogar uma cartada da qual dependeria a existência da futura Capitania de S. Vicente, eis que a Providencia se manifesta de uma forma eloqüente e significativa, na pessoa de João Ramalho, que recebe de braços abertos os compatriotas audazes (...) prestigiado pela sua posição de genro de Tibiriçá. João Ramalho estende e reparte este prestígio com os recém chegados. (MADRE DE DEUS: 1975, 130)

Frei Gaspar da Madre de Deus (ibidem, 132) anota que alguns índios estavam pescando, quando apareceram as naus de Martin Afonso nas águas vicentinas. Saíram assustados para dar a notícia aos seus:

O Cacique da aldeã dos fugitivos, ouvindo esta relação, assentou que o insulto requeria prompto castigo; mas como para isso não eram bastantes as suas tropas, fez logo aviso aos maioraes seus vizinhos, lembrando-lhes a necessidade que havia de todos expulsarem os insolentes que infestavam as

suas praias. Primeiro do que aos outros, participou a novidade a Tebyreçá, senhor dos Campos de Piratininga.

Taunay (1968, 41) critica os autores em que Frei Gaspar se baseou para escrever a "História da Capitania de São Vicente", cujas fontes afirma estarem cheias de "graves erros". Mas, ainda assim, admite que Frei Gaspar foi o primeiro a tratar a figura de João Ramalho de "modo sistemático".

O *Diário* de Pêro Lopes<sup>9</sup>, documento importante para a história brasileira das primeiras décadas de 1500, nada cita sobre o encontro de Martim Afonso com João Ramalho. O mesmo acontece com outros documentos portugueses da época. Essas omissões dificultam muito o estudo do personagem João Ramalho.

Posteriormente, João Ramalho foi o guia de Martim Afonso de Souza que desejava conhecer os vastos campos de Piratininga e adentrou pelo caminho da serra de Paranapiacaba para chegar ao planalto. Esse caminho, uma trilha de índios, posteriormente substituído pela estrada de Cubatão Geral, o qual ficou conhecido como caminho do Padre José, é onde se

deu principio á sua viagem para o campo de Piratininga, (...) caminho de que se servirão os portuguezes até o anno de 1560, em que o Governador Geral do Estado Mem de Sá, vindo a esta Capitania, ordenou, que ninguém o frequentasse por ser infesto de índios nossos contrários (MADRE DE DEUS: 1975, 175).

Martim Afonso chegou ao Campo de Piratininga em outubro de 1532. Assinou ali a sesmaria de Pedro de Góes, em 10 de outubro de 1532, lavrada por Pêro Capico, escrivão de El-Rei (ibidem, 174 a 178). Serra acima existiam índios e a pequena povoação de João Ramalho, formada pela família de Ramalho, escravos indígenas e agregados. A

---

<sup>9</sup> Refere-se ao relato da viagem da expedição de Martim Afonso de Souza. Ver, especialmente, Coutinho (1839), Varnhagen (1839, 40), Castro (1940) e Taunay (1968, 33).

viagem possibilitou a Martim Afonso uma visão das terras e de seus perigos tanto que, ao retornar a São Vicente,

deu uma providencia digníssima da sua alta compreensão, ordenando, que nem a resgatar com os índios podessem ir brancos ao campo sem sua licença, ou dos Capitães seus Loco-Tenentes (ibidem).

Excetuou desta proibição somente João Ramalho que fixou residência serra acima. Além disso, ao retornar a Lisboa, Martin Afonso de Souza, entre outras providências, decidiu intensificar a lavoura para a subsistência da vila de São Vicente, construir engenho e ampliar os poderes de Ramalho.

Inicialmente, como era esperado, a pequena povoação ramalhense foi crescendo muito vagarosamente. Neste local, região da Borda do Campo, o padre Leonardo Nunes erigiu uma capela cujo orago era Santo André em 1550. A união irregular de Ramalho com Bartira, contudo, gerava desentendimento entre o europeu e o religioso (SANTOS: 1992, 43).

O aumento do número de moradores da Borda do Campo só foi possível em 1544. Neste ano, D. Anna Pimentel, mulher e procuradora de Martim Afonso de Souza, permitiu por alvará a entrada de portugueses no campo. O povoado de João Ramalho foi beneficiado e cresceu, recebendo vários moradores da vila de São Vicente. De 1532 a 1553, a povoação foi a residência de "João Ramalho, sua mulher e filhos, João Pires, o Gago, Salvador Pires e outros portugueses" (PRADO: 1966, 113).

Em agosto de 1553, o padre Manuel da Nóbrega, superior dos jesuítas no Brasil, encontrava-se em São Vicente. Em uma carta escrita a Luiz Gonçalves Câmara (LEITE: 1935, 249-62), o padre Nóbrega dá notícias de que João Ramalho era muito conhecido e venerado pelos índios e que suas filhas eram casadas com homens importantes da Capitania, sendo Ramalho parente do padre Paiva. Tal carta demonstra

a preocupação do jesuíta em regularizar, perante a Igreja, a situação de João Ramalho com sua mulher, a índia Bartira.

Neste Campo está um João Ramalho, o mais antigo homem que está nesta terra (...). Quando veio da terra, que haverá 40 anos e mais, deixou a sua mulher lá, viva, e nunca mais soube dela, mas que lhe parece que deve ser morta, pois já vão tantos anos. Deseja casar-se com a mãe destes seus filhos. Já para lá se escreveu e nunca veio resposta deste negócio. Portanto, é necessário que V<sup>a</sup>. R<sup>a</sup>. envie logo a Vouzela (...). E pois isto é cousa de tanta importância, mande V<sup>a</sup>. R<sup>a</sup>. logo saber a certa informação de tudo o que tenho dito (ibidem, 257-60).

Em 1553, o primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza, visitou a Capitania de São Vicente e resolveu elevar a povoação de Ramalho à categoria de vila. Todavia, fez algumas exigências como a construção de uma fortificação e trincheira com baluartes para a artilharia<sup>10</sup>. João Ramalho executou as obras necessárias às suas custas e ergueu uma trincheira, uma igreja e uma cadeia, entre outras coisas.

Em 8 de abril de 1553, o pelourinho foi levantado na povoação de João Ramalho (MADRE DE DEUS: 1975, 219). Estavam presentes António de Oliveira, loco-tenente de Martim Afonso de Souza, e Brás Cubas, provedor da Fazenda Real. O arraial ramalhense passou a ser a Vila de Santo André da Borda do Campo, a primeira vila serra acima. Assim informava Tomé de Souza a Dom João III, em 1 de junho de 1553:

e ordenei outra Vila no começo do campo desta de São Vicente, de moradores que estavam espalhados por ele e os fiz cercar e ajuntar para se poderem aproveitar todas as povoações deste campo e se chama Vila de Santo André, porque onde a situei estava uma ermida deste apóstolo e fiz capitão dela a João Ramalho, natural do termo de Coimbra que

---

10 MADRE DE DEUS (1975, 219) afirma que “achando-se n'esta Capitania o primeiro Governador Geral Thomé de Souza pelos annos de 1553, mandou criar n'ella uma villa”.

Martim Afonso já achou nesta terra quando cá veio. Tem tantos filhos e netos bisnetos e descendentes dele e não ousou dizer a V. A., não tem cãs na cabeça nem no rosto e anda nove léguas a pé antes de jantar. (Washington Luiz. *Na Capitania de São Vicente*, apud SANTOS: 1992, 45)

#### 4.1.1 A vila de Santo André da Borda do Campo

Ulrico Schmidel, soldado e aventureiro alemão que acompanhava D. Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca em viagem pela América do Sul, escreveu, em alemão, um relato intitulado “História verdadeira de uma viagem curiosa na América do Novo Mundo, pelo Brazil e Rio da Prata, desde o anno de 1534 ate 1554”, publicado pela primeira vez em 1567. O valor da descrição de Schmidel está na contemporaneidade a João Ramalho.

Leôncio Amaral Gurgel (1905) faz uma análise da obra de Ulrico Schmidel, partindo de comentários de outros historiadores como Bartolomeu Mitre, argentino, e Alfredo Demersay, que escreveu a *História Geral do Paraguay*, em 1865. Schmidel navegou pelo rio Paraná até suas nascentes em busca do país das Amazonas. Como se rebelou contra Cabeza de Vaca, Schmidel, a pé, saiu de Assunção do Paraguai, em dezembro de 1552, rumo ao litoral atlântico. Depois de caminhar léguas e léguas, talvez enfrentar índios canibais, feras e cobras venenosas, encontrou acolhida e pouso na vila de João Ramalho, no primeiro semestre de 1553:

Nous arrivâmes enfin à un village habité par des chrétiens dont le chef se nommait Jean Reinvielle (...). Reinvielle était alle chez d'autres chrétiens qui habitaient un village nommé - Vicenda (ibidem: 454).

Schmidel foi muito bem recebido pelo filho de João Ramalho, pois este não se encontrava na vila de Santo André: “Nous ne trouvâmes que son fils; nous en fumes très-bien reçus” (ibidem). Entretanto, o

filho de Ramalho não lhe inspirava confiança, e ele não se demorou em Santo André:

quoy-qu'il nous inspira plus de méfiance que les Indiens eux-mêmes, et en quittant cet endroit nous rendimes grâce au ciel d'avoir pu en sortir sains et saufs (ibidem).

Para Amaral Gurgel (ibidem, 455), Santo André não deveria ser nenhum “paraíso” naquela época, mas era uma povoação com foros de vila. Schmidel não lhe faz justiça ao considerá-la como um local que lhe inspirasse tanta desconfiança, como o bravo gentio. Reconhece, contudo, que o poder de João Ramalho era muito grande e escreveu que viviam nas aldeias de São Vicente e Santo André cerca de 800 cristãos e índios governados por Ramalho:

Les Indiens de ce pays ainsi qn'énviron huit cents chrétiens qui vivent dans ces deux villages, sont vassaux du roi de Portugal, mais ils sont gouvernes par Jean Reinvielle (ibidem, 454).

Esta afirmação é ponderada por Gurgel (1905, 456) o qual comenta que tanto os portugueses como os índios da Capitania de São Vicente, legalmente, estavam sob a administração do loco-tenente.

Schmidel aponta também que João Ramalho guerreou com índios por quarenta anos para conquistar a região, reconhecendo ser justo que a governasse. Esse aspecto do relato confirma que João Ramalho encontrava-se nas terras da Borda do Campo desde 1513, já que Schmidel rumou de Santo André para São Vicente em princípio de julho de 1553 e permaneceu onze dias naquele porto, quando partiu para a Europa, aos 24 do mesmo mês (ibidem, 456-7).

Da Vila de Santo André da Borda do Campo, fundada e governada por João Ramalho, sobreviveram algumas Atas da Câmara. Foram decifradas e impressas por iniciativa do Prefeito de São Paulo Dr. Washington Luis Pereira de Souza, que contratou a publicação dos 53 volumes manuscritos das atas de 1555 até 1826, em 14 de janeiro de 1914.

O volume das Atas de Santo André, abrangendo o período de 1553 até meados de 1555, extraviou-se. Restaram algumas atas de 1555, denominadas “Actas de Santo André”, reproduzidas por Taunay (1968, 263-322) na publicação comemorativa do quarto centenário de fundação de Santo André da Borda do Campo.

Pela leitura das atas de Santo André à época de João Ramalho, constata-se que na vila existia a Casa da Câmara onde se reuniam os camaristas, “homens bons da vila” que podiam dar opiniões e votar assuntos de interesse da comunidade.

E depois disto em os vinte dous dias do mês de julho da sobredita era fizerao camara os hofisiaes dela nas cazas da camara desta dita villa e eu gaspar noqueira escrivão da dita camara que ho escrevi (ibidem, 271).

Nas reuniões da Câmara também eram lidos ordens e regimentos do Governador Geral. Foi o que ocorreu com o *Regimento de Duarte da Costa* – o qual proibia a ida de portugueses e espanhóis ao Paraguai ou outras povoações espanholas e fazia recomendação para que, se algum espanhol aparecesse nas terras brasílicas, os moradores providenciassem embarcá-lo no primeiro navio – lido em sessão de 1556 (ibidem, 291).

Os moradores da Vila de Santo André da Borda do Campo deveriam obter licença para ausentarem-se da vila e estavam sujeitos a multas, caso transgredissem os regulamentos. Confirma-se tal procedimento na ata de sessão da Câmara de 1556:

Aos dez dyas do mês de setebro da era de myll e quynhentos e symcoeta e seis anos em esta vylla mãodou o sor Jmo. Ramalho (...) cõdenoim a Di° Freyre pr. se ir fora desta vylla sem llysenç (ibidem, 300),

Os moradores criavam gado e porcos, plantavam mandioca e faziam farinha na vila de Santo André. Havia preocupação com a limpidez dos rios que abasteciam de água os moradores e suas criações. A Câmara, neste sentido, ordenou que os moradores fizessem

valas ou buracos para que a água da mandioca espremida não fosse para os rios, trazendo prejuízo para o gado e para a população da vila.

ordenarão, todos jutos que espremesem dentro em suas cazas ou em seus quytaes e que augua que sayr da mãodyoca a botem nua cova que não faça perjuizo ao guado he ysto, cõ pena de hu tostão (...). Lloguo na dyta camara a requerym<sup>to</sup> do percurador do cõselho requereo, que se deytavão mãodyoca nas augoadas domde este povo bebe a ordenarão que quallquer pessoa que deytar mãodyoca na dyta augoada pagará dous tostões (ibidem, 311-2).

Pode-se também constatar a preocupação com os aspectos higiênicos da vila. Em 1557, a Câmara ordenou que, se existissem privadas dentro dos muros da vila, estas não podiam exalar mau cheiro. O não cumprimento dessa ordem acarretaria em multa de dois tostões (ibidem, 312).

A última ata da Vila de Santo André da Borda do Campo que chegou até nossos dias data de 31 de março de 1558, sendo juiz António Magalhães, João Ramalho, vereador, e João Annes, procurador do Conselho. A ata narra a preocupação dos moradores com a proteção da vila, devido a constantes ataques de índios, solicitando novas cercas e guaritas. Na hipótese de terem sido realizadas mais reuniões da Câmara de Santo André da Borda do Campo, suas atas não sobreviveram.

Entre os anos de 1553 e 1558, João Ramalho exerceu os cargos de guarda, capitão, alcaide-mor e vereador de Santo André (SANTOS: 1992, 41). Acima dele havia o loco-tenente, que era um representante do donatário, o donatário, o governador geral do Brasil e o rei de Portugal. Os campos de Piratininga passaram para a jurisdição da Vila de Santo André desmembrando-se da Vila de São Vicente.

Antes mesmo de os jesuítas rezarem a primeira missa em São Paulo de Piratininga, princípio de 1554, como informado anteriormente, o padre Leonardo Nunes evangelizava pelas terras serra acima do porto



vicentino, também chamado sertão de São Vicente. Em novembro de 1549, a mandado do Padre Manuel da Nóbrega, superior dos jesuítas no Brasil, Leonardo Nunes chegou a São Vicente e fundou o segundo colégio dos jesuítas no Brasil. No interior, nos campos de Piratininga, Nunes conseguiu alguns filhos de índios para doutrinar, o que o levou a formar um seminário junto ao colégio de São Vicente. As anotações deixadas por Leonardo Nunes fornecem elementos para se entender melhor Santo André da Borda do Campo e sua vizinhança nos primeiros anos da década de 1550.

Nunes se preocupava com o fato de existirem cristãos nos campos vivendo como o gentio, sem se confessar ou ouvir missa. Sugeriu, então, a estes brancos e mamelucos que se agrupassem e construíssem uma capela para rezar. Declara Nunes que eles logo providenciaram um local para a igreja; o jesuíta passou três dias confessando-os e dando-lhes o sacramento da comunhão. Deste local, acompanhado por alguns índios, Leonardo Nunes seguiu mais umas léguas, quatro ou cinco, para aldeias indígenas, onde encontrou homens brancos e aconselhou-os a se juntarem aos outros cristãos (TAUNAY: 1968, 109-14).

Serafim Leite (apud TAUNAY: 1968, 114) vem ao encontro de tais informações. Afirma que uma das paradas rotineiras do jesuíta teria sido em Santo André, uma vez que aí estava localizada a capela erguida por sugestão de Nunes. Neste caso, certamente o religioso celebrou missa, porque sem esse ritual cristão não poderia ser distribuída a comunhão. Teria sido, assim, em Santo André, a primeira missa rezada pelos jesuítas nas terras de Piratininga, bem antes, portanto, de nascer São Paulo de Piratininga (ibidem).

Apesar da existência do povoado, quando o padre Nóbrega, em 1553, ordenou a transferência do colégio dos jesuítas existente em São Vicente para o planalto, os jesuítas não se mudaram para Santo André. Designou para coordenar tal empreendimento o padre Manuel de Paiva.



Havia desagradáveis precedentes que deixavam alerta os jesuítas em relação ao fundador da Vila de Santo André e seus familiares. Na época em que o padre Leonardo Nunes pregava na região andreense, a partir de 1549, ocorreram desentendimentos entre o catequista e Ramalho.

Conta-se que o Padre Leonardo Nunes estava celebrando uma missa, quando João Ramalho apareceu na igreja. Considerando-o excomungado, portanto, sob pena canônica, o padre convidou-o a se retirar, negando-se a rezar a missa em sua presença. Os filhos de Ramalho, descontentes com o episódio, procuraram o jesuíta. Apenas por interferência de moradores, o padre saiu ileso do povoado ramalhense. Serafim Leite (1935, 251) reconhece:

Fomos consultar as fontes. Elas mostram-nos infelizmente que o fato é verdadeiro. Narram-no os Irmãos Pedro Correia e Diogo Jacome.

Não foi fácil a vida dos jesuítas nos primeiros tempos do Colégio de Piratininga. Tinham que enfrentar várias dificuldades, entre elas, a própria subsistência. Moléstias também contribuíam para o despovoamento. E a poucas léguas encontrava-se a vila de Ramalho, que atraía índios e moradores de São Vicente: “Era a brandura com que os tratava Ramalho (...) que atraía os índios para junto do fundador da vila ramalhense”, afirma Guimarães (1903, 273).

Além disso, havia divergências entre os andreenses e os habitantes de Piratininga, que não eram motivadas simplesmente pela falta de religião de Ramalho e dos moradores de sua vila. Outras circunstâncias estavam subjacentes, como o fato de os jesuítas tirarem o índio do trabalho que executavam para os portugueses e mestiços povoadores das terras planaltinas (ibidem).

Penetrando no planalto, os jesuítas iam se afirmando na catequização e na amizade com os silvícolas. Com o tempo, muitos moradores de Santo André mudaram-se para a aldeia dos jesuítas,

engrossando o povoamento ao redor do colégio de Piratininga. Este fato não agradava a João Ramalho. Para Madre de Deus (1975, 222), os jesuítas queriam aumentar sua aldeia, e Ramalho, sua vila. Uns e outros convidavam portugueses e índios para engrossarem suas populações: “nem os Jesuítas podiam tolerar a subsistência de Santo André, nem os Ramalhos soffrer a de S.Paulo”.

Os jesuítas, precisando consolidar a povoação que iniciaram ao redor do Colégio de Piratininga, começaram a planejar a mudança dos moradores de Santo André para a recém-nascida São Paulo. A conclusão desta disputa é selada por Martim Afonso que, ao receber as 100 léguas como donatário da Capitania, cumpriu aquilo que o rei de Portugal estabelecera:

por dentro de terra firme, pelo sertão, não poderiam ser feitas villas, a menos de seis léguas uma da outra, sem licença regia.  
(GUIMARÃES: 1903, 274)

Piratininga localizava-se a pouco mais de três léguas e não tinha licença; como Santo André já tinha foros de vila, Piratininga estava condenada a desaparecer. Mem de Sá, em visita à Capitania de São Vicente, na qualidade de hóspede dos jesuítas, ordenou a transferência dos andreenses para Piratininga. Obedecendo ao governador geral, João Ramalho também se transferiu para São Paulo de Piratininga, a rival de Santo André. Acabou por fixar-se, contudo, na região a leste da igreja dos jesuítas, entre os atuais bairros Belenzinho e Ermelino Matarazzo (SANTOS: 1992, 40).

Em conferência no Instituto Histórico de São Paulo, sessão de 5 de junho de 1934, Serafim Leite (1935, 249-62) lançou a polêmica questão: Por que é que se mudou Santo André da Borda do Campo para São Paulo de Piratininga? O autor inventaria, cronologicamente, os documentos existentes: as cartas dos fundadores de São Paulo, Nóbrega e Anchieta, constatando que a mudança de Santo André

ocorreu para facilitar a assistência a seus moradores e também porque estes queriam a mudança.

Depois, analisando as Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo, acrescenta que

a vila estava aberta a ataques de índios contrários, morria o gado que criavam, flechado por índios e a mandioca que utilizavam para fazer a farinha necessitava de preparo: a água desta escorria para os riachos que os suínos utilizavam, matando-os. A ata de 20 de setembro de 1557 mostra a situação de fome em que os andreenses se encontravam. Em seguida, analisa Serafim uma carta, datada de 1561, de João Eanes e Jorge Moreira, vereadores de Santo André, à rainha D. Catarina, onde relatam que o governador geral esteve na capitania e mandou que a vila onde eles se encontravam, Santo André, passasse para São Paulo de Piratininga, por solicitação de seus moradores, por ser um local mais propício à defesa dos ataques de índios contrários, além de outros motivos (ibidem, 254).

Uma carta de Manuel da Nóbrega ao provincial de Portugal descreve o desânimo em que se encontravam os moradores, sugerindo a Martim Afonso, o donatário da capitania, e ao Rei de Portugal que permitissem aos homens irem ao Campo de Piratininga. Nessa carta, Nóbrega fala de Santo André como uma vila em que os moradores se alimentavam de farinha e não possuíam um grande rio para pescar e finaliza afirmando que São Paulo incorporou Santo André pelo trabalho dos jesuítas em favor do crescimento de São Paulo e que

não se poderia levar a mal aos Jesuítas o concorrerem para o triunfo de São Paulo. Seria também um triunfo mais nobre que consiste, não em aniquilar o competidor, mas em absorvê-lo e dirigir-lhe a atividade (ibidem, 255).

Para Taunay (1968, 115), três foram os motivos levaram à transferência de Santo André para a povoação iniciada pelos jesuítas:

- a) os dissabores de enfrentar uma caminhada de São Paulo até Santo André para evangelizar e ministrar os sacramentos;
- b) possuir São Paulo maiores facilidades econômicas; e
- c) a necessidade de defesa da povoação contra os índios contrários e franceses instalados na Guanabara.

Mas será que João Ramalho transferiu-se de boa vontade para São Paulo de Piratininga? Segundo Amaral Gurgel (1905), à época, Ramalho teria 78 anos e, em São Paulo, ocupou cargos públicos. Em junho de 1562, João Ramalho, por eleição, faz o juramento de Capitão-Mor de São Paulo de Piratininga. Em 1564, eleito vereador pelo povo, mas não aceitou o cargo.

Segundo Cortesão (1995, 234), transferida a Vila de Santo André da Borda do Campo para São Paulo, Ramalho foi paulatinamente sendo afastado de suas funções por influência dos jesuítas:

O Alcaide-mor, legal e realmente Senhor do Campo e chefe das tribos circunvizinhas, fora aos poucos destituído pelos jesuítas de suas altas funções e prestígio, duramente conquistadas numa longa vida de adaptação ao meio (...). A reação menos violenta, que podia ditar-lhe a sua dignidade de chefe barbarizado, era afastar-se; e afastou-se.

Diante de um iminente ataque indígena que poderia ocasionar a destruição da vila de São Paulo, João Ramalho, chamado, não deixou de colaborar com seu povo. Aceitou o cargo de capitão de guerra, para o qual fora eleito pelos vereadores. Terminado o ataque, com os índios vencidos, Ramalho retirou-se para as terras "dos contrários", próximas ao Paraíba, e lá terminou seus dias.

Por outro lado, os moradores de Santo André da Borda do Campo, segundo Jaime Cortesão (idem, 216), não estavam tão desejosos de mudar a vila para São Paulo de Piratininga, como afirma Serafim Leite. Supôs o Padre Serafim Leite que todos os moradores incluindo João Ramalho desejavam incorporar-se à Piratininga.

No final dos anos 1550 os moradores da vila de João Ramalho foram chamados para defender o litoral vicentino. O capitão-mor de São Vicente, Jorge Ferreira, ordenou que alguns moradores de Santo André fossem servir na fortaleza de Bertioga. Todavia, o procurador da vila de Santo André da Borda do Campo interveio, requerendo aos oficiais da Câmara e a João Ramalho que não obedecessem a tal intimação, justificando que os moradores de Santo André estavam na fronteira e na guarda da vila, na expectativa de ataques contrários.

Os homens da vila não queriam que ocorressem mortes e danos na mesma por falta de gente. O que rodeava a Vila de Santo André da Borda do Campo e colocava seus moradores em estado de alerta era o "perigo francês". Isto pelo fato de que Mem de Sá, nessa ocasião, principiava o desempenho da função de Governador Geral do Brasil e procurava tomar conhecimento de como andava e qual era a área ocupada pelos franceses no Rio de Janeiro. Segundo *Apontamentos de Mem de Sá para Lisboa*,

os franceses (...) correm tanto já por dentro da terra e pelo rio da Paraíba, que se mete entre eles e o Campo de São Vicente, onde estão os padres de Jesus e João Ramalho (ibidem, 218).

Mesmo diante de tal perigo e das ordens superiores recebidas para reforçar a defesa da costa litorânea, os moradores de Santo André preferiram defender a sua vila a deixá-la. Não obedeceram às ordens do capitão-mor. Ora, conclui Cortesão, se havia uma preocupação com os danos que pudessem ocorrer na vila, se defendiam sua vila, se não quiseram abandoná-la, por que haveriam de querer a mudança da mesma para a aldeia dos jesuítas?

Como alcaide-mor, João Ramalho tinha a incumbência vigiar os campos de Piratininga e os caminhos que saíam de Santo André no intuito de garantir a soberania portuguesa e impedir o acesso de portugueses e espanhóis via Santo André na rota Santos-Paraguai. Em 1557, foi fundada a *Ciudad Real do Guairá*, na foz do rio Pequiri,

abrindo outras opções para se chegar ao Paraguai, o que levou a deixar de ser procurado o caminho que passava pela vila de Santo André da Borda do Campo (CORTESÃO: 1995, 219).

Naquela ocasião, Mem de Sá apontava a necessidade de agrupar a população em duas povoações (ibidem, 218). Além disso, os jesuítas não deixavam de fazer um trabalho intramuros de Santo André, que resultou na formação de um partido favorável à mudança da vila para São Paulo.

#### **4.2 De bairro rural a município de Santo André**

Depois de a população de Santo André ter abandonado as terras andreenses e seguido para núcleo paulistano, em decorrência da transferência dos foros de vila para Piratininga, esta região entra em processo de ostracismo, tornando-se um bairro rural. A posição estratégica, por outro lado, leva a pedidos de sesmaria a partir da transferência do pelourinho.

Em 11 de novembro de 1561, Amador de Medeiros, ouvidor da Capitania de São Vicente e morador de Santos desde 1543, adquire sesmaria na região da extinta vila de Santo André, a partir das seguintes demarcações solicitadas:

Que pedia um pedaço de terra, que parte pelo rio Tamandatiiba<sup>11</sup>, junto de uma roça, que João Dias tem junto a Inhoaba e dali cortará direito a um pico alto e redondo, que se mostra do Campo estar uma cumiada alta, como tudo se mostra de uma Cruz, que está no caminho, que vai de Santo

---

<sup>11</sup> O *ribeirão Tamandati* foi posteriormente chamado de Couros, o qual, no século XVIII, troca de nome com outro curso d'água da região, passando a chamar-se Meninos.



André para São Paulo, que uma pedra de curisa quebrou, que se diz, que João Ramalho posa lii e do dito pico irá pela dita cumiada sempre até ir dar no caminho para Irabatiba; e partir com os herdeiros do Mestre Bartolomeu, que Deus tem; e dali partindo sempre com eles até vir ter com terras de Pero de Sibra, e tornar a dar no dito rio de Tamandatiiba, e por ele acima até onde começou a partir; e assim outro pedaço de terra, que parte do Ipiranga com terras de Antonio Pinto e com os capões, que vão para a banda de Irabatiba, e com terras de Antonio Rodrigues de Almeida e de Jorge Moreira para a banda de Piratininga; e das outras bandas com campos, e com quem de direito deva partir por quanto estas terras estão devolutas, e ele suplicante as quer aproveitar e fazer que rendão para El Rei Nosso Senhor, e para o Senhor Martim Afonso de Souza. (SANTOS: 1992, 49)

Com o falecimento de Amador de Medeiros, estas terras passam a pertencer a seu genro, Miguel Aires Maldonado. Possivelmente, Maldonado morou em tal propriedade até pouco antes de 1637, quando a doa aos beneditinos. No registro de doação das terras, indica-se que estas se localizavam no “termo da Vila de São Paulo, Capitania de São Vicente, em a Borda do Campo, aonde chamam Tamandati” (ibidem, 50).

Os beneditinos ocupam definitivamente a sesmaria e fundam fazenda e, em 1717, uma capela sob a invocação de São Bernardo. Inicialmente esta capela, erigida pela iniciativa do frei Bartolomeu da Conceição, tinha por objetivo atender aos habitantes da fazenda. Os monges não tinham a pretensão de criar povoamento no entorno da capela, tanto que, na década de 1730, denúncias são feitas contra os beneditinos, acusados de tomar as terras dos arredores.

Santos (1992, 87-99), cotejando antigos documentos, revelou que, a despeito de os monges não incentivarem à formação de povoado, em 1725 já são feitas menções ao “bairro de São Bernardo”,

topônimo que, lentamente, substitui antigas formas de identificar estas terras, como “Borda do Campo” ou “fazenda dos beneditinos”.

Em 1805, o bispo de São Paulo, Dom Mateus de Abreu Pereira, contrariando os beneditinos, torna curato a capela de Santo André. Em resposta a este ato, a Abadia de São Bento primeiramente informa de que a capela integrava propriedade particular e, diante da recusa do bispo, dificultam ação do padre João José Monteiro, enviado para assumir o Curato.

Apesar de persistirem os desentendimentos, em 1812 a capela curada de São Bernardo é elevada à função de freguesia. Após discussões, os beneditinos permitem o uso da capela como matriz sob a condição de que este seria provisório, até finalizar a construção de uma igreja pelo bispado.

No ano seguinte, a fazenda dos beneditinos é demarcada, tendo

seu princípio no caminho que vem da Cidade de São Paulo, ao lado direito na paragem chamada Meninos no ribeirão do Pesqueiro no lugar onde faz barra com o ribeirão de São Bernardo e seguindo pelo mesmo ribeirão do Pesqueiro acima, que serve de aguada de Antônio Domingues de Andrade até encontrar um córrego que divide as terras de Joaquim Vieira de Morais e as terras de Francisco Xavier de Lima e onde termina o dito córrego, segue rumo direto dividindo com terras de Joaquim Pires e de novo com terras de Francisco Xavier de Lima e vai até o Pico Alto e daí desce dividindo com terras de João Fernandes Dias e com as de Úrsula Maria Branca e com as de Dona Maria Eufrosina da Cruz Almada, até encontrar o rio dos Couros e por ele abaixo até o lugar dos Meninos donde começou a divisa. (SANTOS: 1992, 54).

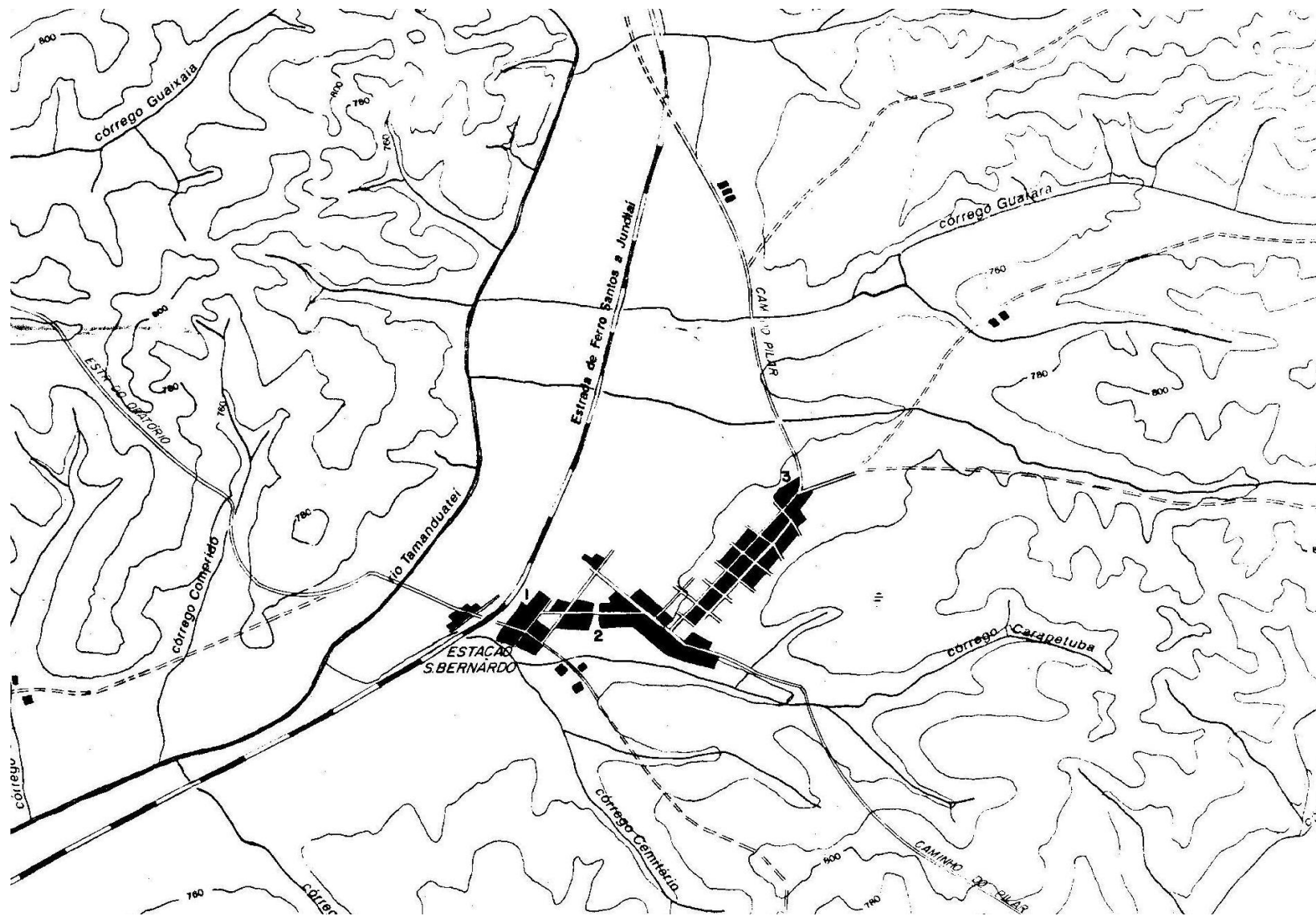
Em 1814, diante da demora pelo início de obras, os monges decidem ceder um terreno distante da sede da fazenda para a construção de uma nova matriz. É exigido, contudo, que um novo orago seja outorgado à paróquia, visto que São Bernardo pertencera à ordem

dos beneditinos. A escolha de novo padroeiro ocorre neste mesmo ano: Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem.

Dois lugares foram demarcados para a construção da nova sede de São Bernardo: no alto da paragem da Borda do Campo e nas terras de Manoel Rodrigues de Barros. As obras, contudo, não se iniciavam. O primeiro lugar é rapidamente dado como insalubre, e o segundo demora três anos para ser aprovado. Por outro lado, não tarda a ser chamada São Bernardo o Velho antiga sede da fazenda.

Nove décadas separam as primeiras obras para a construção da sede da freguesia de São Bernardo e a finalização da São Paulo Railway (SPR), em 1867. Este segundo, atrai moradores para as proximidades do local onde uma estação é construída para atender à população bernardense. Trata-se do entroncamento entre a estrada do Oratório, que vinha de São Paulo, e o caminho do Pilar, que fazia a ligação de Cubatão com Mogi das Cruzes, às margens do ribeirão Tamanduateí, em terrenos baratos e consideravelmente distantes da freguesia de São Bernardo.

Desse fato e nessa data decorre o início do povoamento do atual município de Santo André, que nenhuma relação detém com a Santo André do século XVI, fundada por João Ramalho. Entre a década de 1880 e 1910, o local era chamado de "bairro Estação de São Bernardo", nome decorrente da toponimização de antiga designação com elemento geográfico. A escolha deste nome deve-se a algumas coincidências: a escritura de um sítio chamado Santo André, nas proximidades da estação, e no qual existiam ruínas.



mapa 03. Detalhe do mapa Parcelamentos em Santo André – Bairro Estação - 1906, de Passarelli.

A construção da estação nem visava à formação de povoado. A função principal da estação de São Bernardo era de escoadouro da produção agrícola da região, principalmente batatas, e não o transporte de pessoas. O fato de a estação tornar-se ponto de convergência de povoamento, portanto, é consequência de novas atividades criadas neste local.

As atas da Câmara de São Bernardo confirmam tais informações. Em 15 de março de 1895, o vereador Antonio Gineti indica a instalação de "10 (dez) Lampeões na Estação de S. Bernardo", aprovada pelos camaristas. O Intendente da Câmara comparece na mesma sessão para informar que,

na Estação de S. Benardo há entre outras diversas casas em que aglomera-se numero superior de pessoas que comportam as referidas casas e prevendo o manifestar-se alguma moléstia já pela falta de cubação de ar já pela falta de asseio que há nas mesmas, pede a Camara que tome providencias em sentido (Atas, folha 8).

Esta notícia revela a chegada de grande número de indivíduos ao local, vivendo em condições insalubres. A passagem de imigrantes a caminho da lavoura cafeeira já tinha alterado a paisagem da freguesia de São Bernardo: o Mosteiro de São Bento vendeu sua propriedade à Fazenda Nacional, para o estabelecimento do Núcleo Colonial, em 1877.

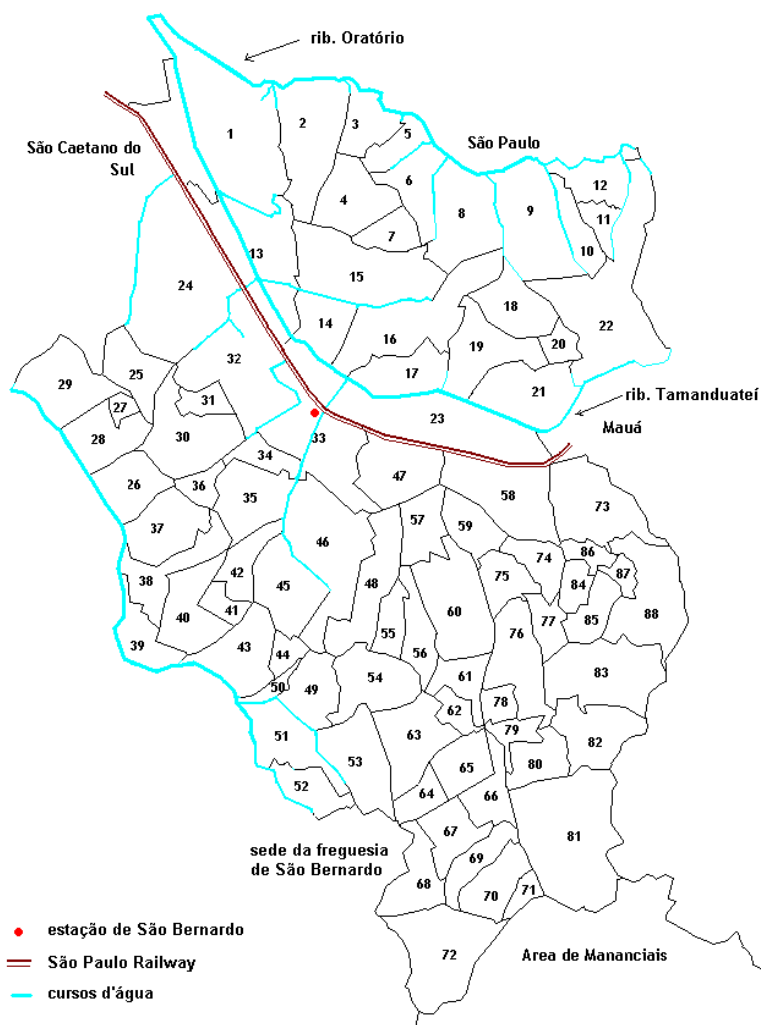
Ainda em 1895, os camaristas de São Bernardo concordam sobre a necessidade de abrir novas ruas no bairro Estação e da construção de um "armazem para cargas que esteje de accordo ao desenvolvimento da referida estação", nos dias 4 e 30 de abril, respectivamente. No último dia deste ano, pedem a "collocação de uma torneira de Agua na Estação de São Bernardo" (Atas, folhas 11, 13v e 34).

Este foi o primeiro passo para a expansão, viabilizada efetivamente com a chegada de indústrias na região. Neste sentido,

torna-se cada vez mais freqüente a menção a função “Industrial” entre os membros da Câmara de São Bernardo.

Verifica-se, por exemplo, que, em 1906, o bairro inicial da cidade, o bairro Estação, era o único existente na primeira década do século XX e que as três empresas têxteis pioneiras da cidade – Streiff, Kowarick e Seabra (Ipiranguinha) – já se encontravam instaladas nas proximidades da estação. O resto da área era rural e não identificada por propriedade.

A construção de uma capela para atendimento do bairro Estação ocorre em 1903. O orago escolhido pelo coronel Alfredo Luiz Fláquer foi o Apóstolo Santo André. Na década seguinte, iniciou-se o processo de ocupação da área com a implantação de fábricas do ramo têxtil.



mapa 04. Os cursos d'água de Santo André e a São Paulo Railway (SPR).

Fortalecidos os proprietários do bairro Estação, inicia-se o processo para elevação a distrito. Coube ao senador José Luiz Fláquer – o primeiro Fláquer a chegar à região, como professor de uma cadeira de primeiras letras da estação Rio Grande (hoje município de Rio Grande da Serra) em 1874, e comprador do sítio Santo André em 1884 – solicitá-la (SANTOS: 1992, 27-8):

O parecer do Instituto Histórico e Geográfico, em 1902, foi desfavorável à idéia de que a antiga Vila de Santo André da Borda do Campo houvesse sido localizada perto da estação. Indiferentes a isso, os moradores da nova povoação, já no ano seguinte – 1903 –, solicitaram ao Bispado licença para celebração de uma missa campal no local onde pretendiam erigir uma capela ao apóstolo Santo André. Uma forma de perpetuar de vez o fato histórico do quinhentismo em que a figura de João Ramalho tinha sido central.

O Dr. Fláquer, como senador, obteve a criação do distrito de paz de Santo André, em substituição do topônimo bairro Estação de São Bernardo, e, pela divulgação de sua justificativa, conseguiu convencer até mesmo os moradores de São Bernardo da relação entre a vila de Santo André da Borda do Campo e o bairro Estação, apesar do parecer desfavorável do IHG.

Nas décadas seguintes, a necessidade de mão de obra para o trabalho nas indústrias abertas ao longo dos trilhos da SPR deu origem a um processo de forte migração de brasileiros, tanto de outras cidades do próprio estado de São Paulo, como de outros estados, e potencializou, ainda mais, a imigração de europeus para a região, entre os quais se destacam os italianos, lituanos e ucranianos.

### 4.3 Conclusões parciais

Não é uma tarefa fácil precisar a localização do nome Santo André da Borda do Campo. Além das hipóteses apresentadas pelo Doutor Fáquer, somam-se outros argumentos.

Azevedo Marques teria afirmado “sem maior exame” que a aldeia de João Ramalho estivesse próximo à estação de São Bernardo. Teodoro Sampaio (1904, 1-3 e 19) rebateu a opinião de Azevedo Marques:

Dúvidas bem fundadas nos assaltam o espírito a despeito de afirmações apoiadas no testemunho de velhos moradores que depunham pela localização do antigo povoado naquele sítio. Dois velhos quase centenários, João José da Silva e Fabiana Rodrigues, diziam ter ouvido de seus avós que ali tinha sido o assento da Vila cuja igreja e cemitério deviam estar no lugar mesmo onde descansávamos, almoçando à sombra das árvores.

Teodoro Sampaio ainda lembra que os nomes Santo André e Borda do Campo acabaram por ser atribuídos a muitos locais. Assim como muitas povoações indígenas, a vila de João Ramalho teria desaparecido sem deixar vestígios.

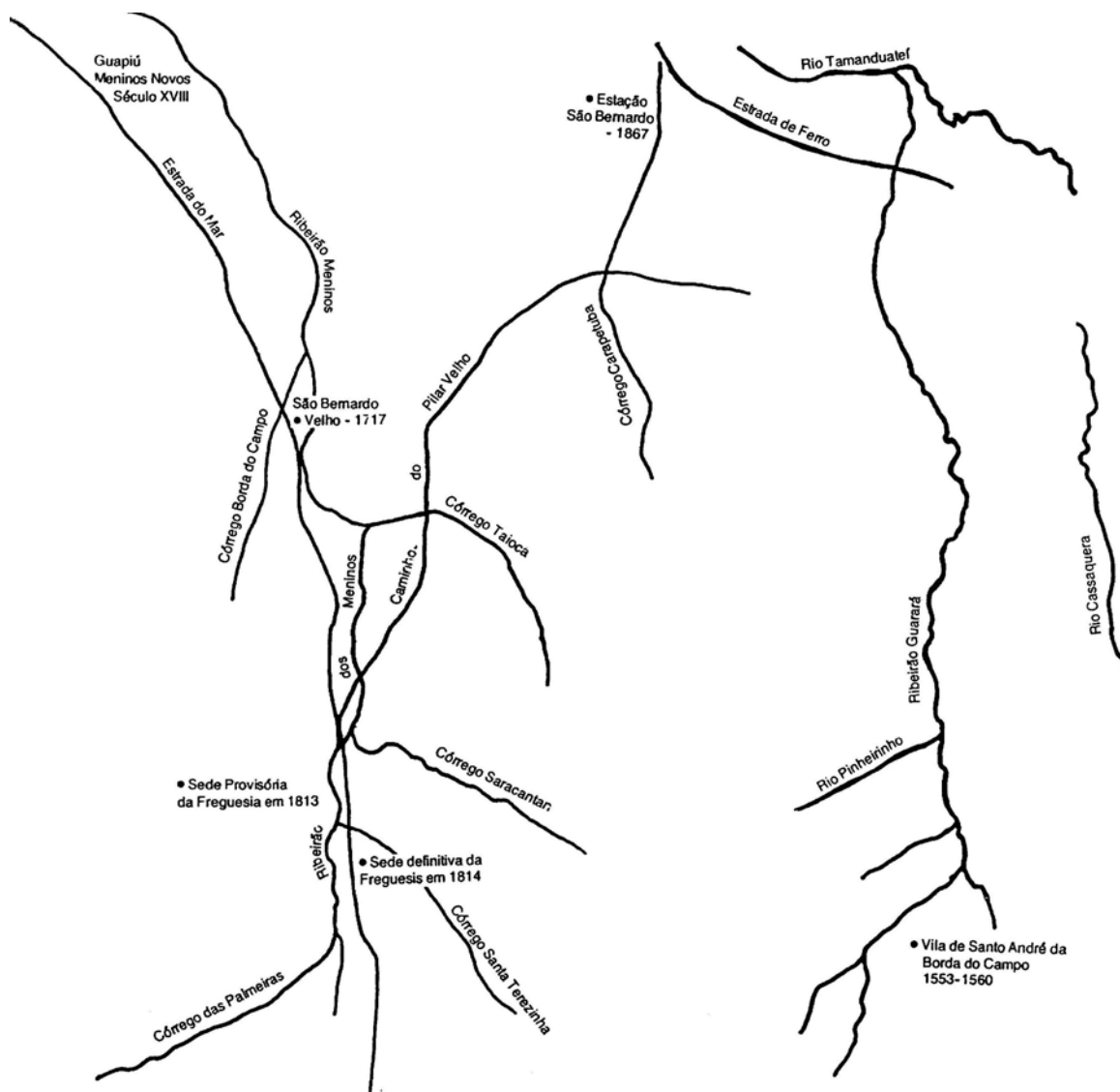
Santos (1992, 20 e 23) confirma a existência de um bairro na freguesia de São Bernardo (atual município de Diadema), em 1835, e uma paragem (vizinhança dos loteamentos Vila Euclides e Jardim do Mar, em São Bernardo) chamados Borda do Campo e de tantas terras registradas como Santo André.

Frei Gaspar Madre de Deus (1975, 122), em 1797, por sua vez, afirmou que antiga vila estava

no lugar onde agora existe a Fazenda de São Bernardo, pertencente ao Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo, meia légua pouco mais ou menos distante da Borda do Campo.



Santos (1992, 26), a partir desta informação, cotejou documentos antigos e concluiu que, no local chamado "Cemitério", próximo à sede da fazenda dos beneditinos, encontrava-se a extinta povoação de João Ramalho. Realizou, igualmente, um croqui no qual indicava a localização da vila de Santo André da Borda do Campo, como São Bernardo Velho, das sedes da freguesia de São Bernardo e do bairro Estação de São Bernardo:



mapa 05. As primeiras povoações dos municípios de São Bernardo e Santo André (Santos: 1992, 37).

De qualquer forma, reuniram-se fatos que comprovam a inexistência de continuidade entre a vila de João Ramalho e o município de Santo André. Ressaltam-se, especialmente, a instalação da estação de São Bernardo no ponto em que a estrada de ferro se aproximava do aglomerado humano São Bernardo e era interligado por antigos caminhos e a formação de loteamentos em decorrência da chegada de imigrantes e migrantes à região em busca de trabalho nas indústrias.

## 5 Termo genérico ou termo específico. O primeiro formante dos nomes dos aglomerados humanos

Apresentaremos neste capítulo as partes que compõem um topônimo e, a partir destas reflexões, analisaremos os primeiros formantes dos nomes de bairros de Santo André – Vila, Jardim, Parque, Sítio, Condomínio e Cidade – em relação à ocupação da região.

### 5.1 Termo geográfico e termo específico

O topônimo, na sua função de designativo, ou seja, como nome próprio de lugar, identifica-se com o elemento geográfico que nomeia, constituindo formalmente um conjunto ou uma relação binômica na nomenclatura onomástica.

Assim, Dick (1990, 10) revela que o topônimo é composto de duas partes básicas. A primeira se convencionou chamar de *termo genérico* ou *termo geográfico*, que corresponde ao indicativo do elemento geográfico nomeado, e a outra parte, *termo específico* ou *topônimo propriamente dito*, que especifica e distingue o elemento geográfico entre seus semelhantes.

Na formação do sintagma toponímico, os dois termos podem se apresentar de forma aglutinada ou de forma justaposta, dependendo da natureza da língua que os inscreve; em tupi, por exemplo, ocorre o topônimo *Parauna* (= "rio negro"), já em língua portuguesa, rio Negro.

No caso de topônimos aglutinados, o elemento geográfico e o topônimo propriamente dito constituem-se num bloco único, indissolivelmente unidos. No caso de a língua falada não mais utilizar o

vocábulo em questão ou a língua não for mais falada no território, não mais se distingue um do outro.

É comum, nesses casos, adotar-se, como recurso explicativo, o reforço de um novo termo genérico, que complementa a idéia daquele que foi absorvido, por inteiro, no interior do designativo, em seu núcleo complexo. Desta forma o termo genérico tende a perder a sua função própria, tornando-se simplesmente um complemento do termo específico.

KUÍBO PÓ RURURÉU – Córrego afluente da margem esquerda do curso inferior do rio *Jakoreugeiáo* (rio das Garças).

“Rio Barreiro ou *Cojibopó Rorureu*” é como vem consignado na C.M.G. este hidrônimo.

*Kujíbo* “rio do cardeal”; *pó* “água”; *rururéu* “roruréu, raruréu) “barulhenta” (de *rúru*: “barulho, rumor”. *Kujíbo Pó Rururéu*: córrego semelhante ao *kujíbo* de águas barulhentas. O nome português lembra uma outra característica das águas deste rio, isto é, águas turvas, sujas (...). (DRUMOND: 1965, 75-6)

Neste excerto do glossário elaborado por Drumond (1965), topônimos bororo, cujos significados foram estudados com base em pesquisa junto a falantes nativos e missionários, são apresentados. No exemplo transcrito, verifica-se que o topônimo “Rio Cojibopó Rorureu”, deturpação de Kuíbo Pó Rururéu, contem o elemento geográfico português rio, e são mantidos termos que igualmente indicam o termo geográfico: “kujíbo” e “pó”.

Designativos em que não há elementos específicos também são registrados no Brasil. Sua função é exercida pelo termo genérico que engloba, simultaneamente, as duas categorias, a de determinado e a de determinante. Muitas vezes o elemento geográfico é único na região, sendo, portanto, desnecessária a complementação referencial. Em outros casos, ele é tão significativo para a comunidade que, nomeá-lo

ou acrescentar-lhe outras características, é “desvirtuá-lo ou retirar-lhe o caráter de plenitude enfática que se empresta ao nome comum, tornado próprio, então, na fala do povo” (DICK: 1990, 11).

Levy Cardoso (1960, 371), por exemplo, indica, entre os topônimos caribe e aruaque por ele analisados, a cachoeira Pura, “a mais bela cachoeira do rio Parima, contribuinte do Uraricuera, no Estado do Amazonas. Informa que o nome “Purá” é proveniente de *parauiana*, que significa “cachoeira. Neste caso, revela-se a toponimização do elemento geográfico, o qual tinha por termo geográfico o próprio nome.

Existem ainda as situações em que o termo genérico está acompanhado de algum qualificativo que apenas o explicita, tornando-o, por certo, mais completamente descritivo.

O topônimo karib Penecurú, afluente da margem direita do Cuminá, traz como significado “água fria”, da mesma forma que Caburái, considerado, depois de 1934, de acordo com Levy Cardoso, como o ponto mais setentrional do Brasil, pode ser interpretado como “espuma d’água”.

Na mesma linha de raciocínio, então dois rios de origem aruaque, em situação francamente opositiva: um é o Poduáua, ou “rio preto”, o outro é o Quecê-Uêne, ou “rio branco”, afluente do rio Negro, no Amazonas. Também podem ser mencionados o Taurú-uiná, “afluente da margem direita do Timalatiá, contribuinte do Juruena, da bacia do Tapajós. Mato Grosso”, que quer dizer “rio verde” e o Anhanazá, que parece incorporar o mesmo sentido cromático, de quem diz Levy Cardoso: “São três as cabeceiras formadoras do rio Sumidouro, da potamografia mato-grossense – a primeira, a Anauiazá, ou Sumidouro propriamente dito; a segunda, a Cozuí-Suê (*cozuí*, “jacutinga” e *suê*, “cabeceira”), também chamada de Santo Antonio e a terceira, a Anhanazá, também conhecida atualmente pelo nome de Água Verde, simples e literal tradução de sua histórica toponímia” (DICK: 1990, 11-2).

A existência de topônimos brasileiros com apenas termo genérico ou termo genérico e qualificativo não é verificada somente em línguas indígenas, mas também no português, os quais são relativos a elementos físicos, sejam hidrográficos ou orográficos, como também de natureza antropocultural.

Numerosos exemplos de nomes portugueses assim formados são encontrados desde os primeiros registros de portugueses no Brasil. Na carta enviada por Caminha ao rei de Portugal em 1500, é qualificado como "seguro" o "porto" utilizado para o desembarque da frota lusitana na chamada ilha de Vera Cruz, o qual hoje nomeia elementos humanos nos estados do Acre, Bahia, Pará, um rio nesta região, além da baía de Porto Seguro, em terras baianas.

Apesar dos séculos que separam a indicação de 'porto seguro' na Carta de Caminha, a conservação daquele registro foi fundamental para relacioná-lo à fixação de topônimos que a tiveram como base ou como modelo de nomeação. O processo de atribuição de topônimos, contudo, nem sempre é de constatação segura, tanto no que se refere à identificação do elemento geográfico, quanto a não atribuição de específicos que o distingam.

No caso de regiões urbanas, a sucessiva ocupação de um mesmo espaço por diferentes grupos culturais e lingüísticos, quando não simultaneamente, acarreta em influências que se fundem. Nestes casos, as questões do condicionamento e da transição também devem ser estudadas em situações de variação toponímica, fenômeno recorrente em várias culturas e sociedades.

Assim, por exemplo, na China, embora haja registro de mudanças intradinásticas, há elementos geográficos com mais de um nome, o que se explica pelo costume de os nomes dos acidentes serem oficialmente trocados a cada dinastia, mas permanecerem, formas novas e antigas, no uso popular.

Por sua vez, no Brasil, há elementos geográficos naturais e humanos com mais de uma nomenclatura: uma oficial, que, apesar disso, convive com uma ou várias populares, geralmente mais antiga(s). Nesses casos, as razões para a não-superação da nomenclatura oficial inovadora sobre as populares tradicionais são de várias ordens e relacionam o problema da transição aos da avaliação e da implementação.

No Brasil, ao se emancipar, muitas vezes ocorre de uma localidade trocar de nome, mas continuar a ser chamada pelo topônimo anterior por habitantes do município de origem. No caso de emancipações recentes, isto se deve à força do hábito e ao pouco tempo de substituição de topônimos. O município Luís Eduardo Magalhães, por exemplo, ainda é chamado de Mimoso ou Mimoso do Oeste por muitos moradores da região.

Já municípios cuja autonomia foi adquirida recentemente, duas explicações são possíveis: o ressentimento pela perda do antigo território e o preconceito dirigido aos cidadãos da urbe emergente, como João Dourado ou São Desidério, ainda hoje chamados de Canal e Cuia, respectivamente (RAMOS: 2007).

Outro exemplo de estudo das razões da implementação de uma mudança toponímica num determinado momento histórico no Brasil é dado por Ramos & Venâncio (2002) que, analisando o fenômeno do desaparecimento dos hagiopônimos em Minas Gerais pela eliminação da referência ao santo homenageado, vinculam-no a vários os motivos, sendo o principal deles a gradual perda de prestígio político da Igreja frente ao poder secular.

Segundo esses autores, em Minas Gerais, no período colonial, à medida que o poder real se fortalecia, os nomes religiosos foram gradativamente substituídos por nomes referentes à casa reinante portuguesa, o que também se observa na Bahia: Arraial da Missão de

Nossa Senhora das Neves do Sahy (1697) > Senhor do Bonfim da Tapera (1750) > Vila Nova da Rainha (1797).

A mudança da categoria administrativa depende igualmente de diferentes funções que termos específicos adquirem em locais e épocas diversas. O termo geográfico *aldeia*, por exemplo, cuja controvertida origem do árabe (aD-Dai'â) ou do grego (aldaineim), refere-se aos *aldios* (aldi) ou aldeões, assim como *aldias* ou *aldianas*, os quais eram uma espécie de semi-servos restituídos quase à total liberdade e cujas habitações eram chamadas de *aldearias*.

Em Portugal, *aldeia* indicava uma povoação, normalmente rural, com poucos habitantes e sem autonomia administrativa, sendo, portanto, inferior à *vila*. A partir desta concepção que este termo geográfico chega ao Brasil, o qual, porém, é aplicado a povoações indígenas.

A forma da aldeia no Brasil variava de acordo com as tradições dos povos indígenas e a interferência, especialmente de jesuítas, em sua disposição durante a colonização portuguesa. Na terra dos Carijós, por exemplo, foi chamada de "aldeia" a cada casa, "trinta e cinco casas são trinta e cinco aldeãs". Por extensão, esta designação para casa ou palhoça foi comum no século XVI no Brasil (GUERREIRO: 1942, 199).

Já os povoados de brancos e mamelucos recebiam outras denominações. No século XVIII, a iniciativa do marquês de Pombal para a ocupação do Brasil gerou a criação de *vilas* que eram pequenos povoados sem poder político ou alguma economia.

O termo *vila*, contudo, era aplicado a locais que adquiriam autonomia política. Vale lembrar que, em meados do século XVI, a transferência da vila de Santo André da Borda do Campo implicou em levar o pelourinho para a vila inaciana do planalto, e não apenas a população.



Além de tais mudanças dos termos geográficos, verifica-se a alteração destes, enquanto parte de topônimos, por incorporação de novas funções da comunidade. O processo para a formação do topônimo município de Santo André é antecedido por uma sucessão de nomes, sendo que questionamentos sobre a localização de terras originalmente assim chamadas foram fundamentais para a sua fixação.

Na primeira metade do século XVI, como visto no capítulo anterior, o povoado era chamado *Santo André da Borda do Campo*, elevado à categoria de vila em 1553. Com a transferência para o colégio jesuítico do planalto, os nomes Santo André e Borda do Campo, dissociados, passam a designar diferentes propriedades e bairros, e não apenas o antigo povoado ramalhense.

Em outro local, a construção da estação da SPR para a vila de São Bernardo leva, por translação toponímica, à formação do topônimo estação de São Bernardo. Nos últimos anos do século XIX, percebe-se, pela leitura das atas da Câmara da vila de São Bernardo, a formação de um povoado nas proximidades da estação:

Idem [offício] de José Augusto Leite Franco, professor publico na Estação de S. Bernardo, pedindo licença para conctratar um muro emfrente a eschola publica (...) tendo-se a demolição do mesmo logo que a Camara aversar. Archive-se. (Ata da vila de São Bernardo de 15 de março de 1895, folha 7)

Com o aumento do número de moradores, por sua vez, formou-se o topônimo *bairro Estação de São Bernardo* por toponimização do elemento geográfico. Desta forma, inicialmente havia *vila São Bernardo* e *estação São Bernardo*, portanto "vila" e "estação" eram termos geográficos. Com o desenvolvimento de um núcleo na estação com características de um bairro, o termo geográfico "estação" é integrado ao nome do bairro em contraposição à vila.

A toponimização do elemento geográfico em *bairro Estação São Bernardo* deve-se, assim, ao reconhecimento do crescimento do local.

Em geral, a mudança de categoria administrativa leva à substituição dos termos geográficos, como se verifica no nome da cidade paulistana: *vila* de São Paulo de Piratininga e *cidade* de São Paulo.

Apesar de exemplos restritos, a incorporação do elemento geográfico que compunha o antigo nome é verificada em topônimos alterados em decorrência de urbanização de localidades: o *bairro* paulistano *Freguesia* do Ó e o *município* mineiro *Vila Rica*, por exemplo.

Quanto aos nomes dos bairros de Santo André, verifica-se a tendência a incorporação de um primeiro formante ao topônimo propriamente dito, o qual não integrava o topônimo anteriormente: *vila*, *jardim*, *parque* e *condomínio*.

Estes termos acabam desempenhando uma ambígua função na composição do topônimo: assumem papel de termo específico porque diferenciam diferentes locais – bairros *Vila João Ramalho* e *Parque João Ramalho*; e exerce usos comuns a termos genéricos, visto que, por si, não individualizam os bairros nem compreendem diferencial de locais – diversos bairros Jardim e bairros Parque entre si, por exemplo.

Neste segundo caso, destaca-se o ato da Prefeitura de São Caetano de retirar tais termos dos nomes de bairros, levando a alterações dos topônimos: de *bairro Vila Barcelona* para *bairro Barcelona*, de *Vila Gerte* para *Nova Gerte* e de *Vila Paula* para *Santa Paula*, por exemplo.

## 5.2 Urbanização de Santo André e categoria dos bairros

Em Portugal, *bairro* é uma subdivisão recorrente em algumas freguesias urbanas de grande densidade populacional, embora geralmente não tenha qualquer caráter administrativo. No Brasil, por

sua vez, este termo, ou ainda distrito municipal, é entendido como equivalente à freguesia em Portugal.

Esta analogia se sustenta pela baixa ocorrência do termo *freguesia* no século XX no Brasil, o qual acabou servindo apenas a certos distritos ou bairros de algumas cidades, geralmente por toponimização de antigo elemento geográfico. Em Florianópolis, por exemplo, existem as "freguesias" do Ribeirão da Ilha (1749), a de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (Lagoa da Conceição, 1750) e a de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio de Lisboa (1752). Em São Paulo, como já indicado, verifica-se o topônimo bairro Freguesia do Ó.

O uso do termo bairro no Brasil variou ao longo dos séculos. Era usado para indicar povoados rurais sem núcleo até fins do século XIX. Neste período, passou a se aplicar às áreas urbanas dos municípios, em que os bairros têm um papel de localização, sem função administrativa específica. Alguns municípios têm definição territorial definida quanto aos limites, enquanto que em outros, a divisão decorre apenas do uso popular. Assim, *bairro* é uma comunidade ou região dentro de uma cidade ou município no século XX (CARVALHO: 1998).

Em Santo André, via de regra, os primeiros aglomerados lançados pelas empresas que lá se instalaram são indicados como *bairros*, ao passo que os loteamentos lançados pelos proprietários de terras, ou por empresas loteadoras eram *vilas*, posteriormente *bairros Vila*.

Dado o maior número de proprietários loteadores, estabeleceu-se a tendência à incorporação de um primeiro formante aos nomes, revelando-se apenas treze bairros que não a seguiu: bairro Estação de São Bernardo, posteriormente bairro Estação e hoje bairro Centro (1867); bairro Ipiranguinha (1909); bairro Silveira (1913); bairro Jardim (1925); bairro Operário, hoje bairro Campestre (1925); bairro das Nações (1925); bairro Santa Terezinha (1927); bairro Bangu (década de 1920); bairro Paraíso (década de 1920); bairro Santa Maria

(década de 1920); bairro Várzea do Tamanduateí (década de 1920); bairro Casa Branca (1930); bairro Pinheirinho (1962); bairro Cata Preta (década de 1970); e bairro Centreville (década de 1970).

### 5.2.1 Vila

O termo geográfico *vila* é atribuído a aglomerados populacionais de tamanho intermediário entre a aldeia ou vilarejo e a cidade, sendo dotados de uma economia em que o setor terciário tenha uma importância no mínimo razoável (SEADE: 1992).

Tipicamente, em Portugal, as vilas têm entre 1.000 e 10.000 habitantes, mas motivos históricos e flutuações populacionais criaram várias exceções a esta regra. A maioria das vilas, contudo, é autarquia administrativa de municípios, com as respectivas freguesias.

Atualmente, a elevação de povoados à vila encontra-se definida pela lei nº 11, de 2 de Junho de 1982, que, salvo quando há "importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica", estabelece que uma povoação só pode ser elevada a vila se tiver:

- . Mais de 3000 eleitores, em aglomerado populacional contínuo
- . Pelo menos metade dos seguintes equipamentos colectivos:
  - Posto de assistência médica
  - Farmácia
  - Casa do Povo, dos Pescadores, de espectáculos, centro cultural ou outras colectividades
  - Transportes públicos colectivos
  - Estação de Correios
  - Estabelecimentos comerciais e de hotelaria
  - Estabelecimento que ministre escolaridade obrigatória

- Agência bancária

No Brasil colonial, as povoações eram elevadas a vilas, e vilas, a cidades, de acordo com o sistema português. No Brasil, antes da Proclamação da República, considerava-se como data de fundação de municípios o dia da criação da vila (SÃO PAULO: 1928).

Como vila, o arraial ou freguesia adquiria a sua autonomia político-administrativa, passando a constituir Câmara de Vereadores, com direito de cobrar impostos, e baixar "posturas", que eram espécies de leis municipais, recebia ainda um "juiz de fora", pelourinho e cadeia pública. Em 1560, São Paulo de Piratininga foi elevado à categoria de vila, sendo obrigatória, como dito anteriormente, a transferência do pelourinho de Santo André para cumprimento de decisões do representante da coroa portuguesa.

O título de cidade, neste tempo, era mais honorífico e pouco acrescentava em termos de organização política e administrativa. A presença da Câmara é que indicava a existência da célula político-administrativa. A primeira vila do Brasil foi São Vicente, onde está a Câmara Municipal mais antiga.

Hoje, no entanto, por ter um sistema administrativo diferente do de Portugal, a palavra "vila" não tem valor administrativo no Brasil, sendo usada apenas no sentido informal. Por isto, hoje, equivocadamente, muitos municípios criados no império e na colônia comemoram o dia da sua fundação como sendo o dia em que foram elevados à cidade.

Paralelamente à função deste termo administrativo, especialmente no século XX a palavra *vila* é incorporada a nomes de diversos bairros e municípios brasileiros. Leite de Vasconcelos (1930, 290) aponta esse fenômeno em Portugal como fruto de uma tendência da "época moderna" da língua portuguesa:

De 1774 data *Vila Real de S.to António*, fundada num sítio chamado *Vila de S.to António* de Arenilha (Silva Lopes, *Chorogr. do Algrave*, pág. 383), provindo certamente do Rei o epíteto de *Real*, por imitação de *Vila Real* de Trás-os-Montes, também fundação régia, mas do século XIII.

Note-se que várias cidades e aldeias podem ter no seu topónimo a palavra "vila" e não ter esse estatuto, muitas vezes herdada das *villas* rurais medievais, herdeiras das *villas* romanas, ou das *vilas novas* medievais. Por exemplo: Vila Real tem a categoria de cidade. Presentemente a vila mais populosa de Portugal é Algueirão-Mem Martins, com cerca de 100 000 habitantes. Outras vilas com mais de 25 000 habitantes são: Rio de Mouro, Corroios, Cascais, Oeiras, Senhora da Hora, Águas Santas, Paço de Arcos e Sintra.

Os primeiros exemplos indicados por Vasconcelos correspondem ao que ocorreu no Brasil com algumas cidades Vila. Nestes casos, o elemento geográfico foi toponimizado quando elevadas à nova categoria administrativa. Isso ocorre geralmente quando o complemento final do sintagma toponímico prevalecente dizia respeito a um adjetivo, descritivo do termo: Vila Bela da Santíssima Trindade e Vila Rica (MT), Vila Nova dos Martírios (MA), Vila Boa e Vila Propício (GO) e Vila Velha (ES).

Em Carta de Datas de Terra de São Paulo, da década de 1820, consta tal modelo como de *Villa Latina*:

Fazemos saber aos que esta nossa Carta de Data de Terras virem, que por parte do Reverendo Padre Mestre de Serimonias da Sé, desta Cidade, Jozé de Freitas Saldanha nos foi representado que fizecemos a graça de conceder huma Data de terras no lugar denominando Varge Grande (...) na forma que requeria em cuja Petiçam proferimos o nosso primeiro Despacho de des e seis de Novembro de mil oito sentos e vinte e dous que em vistoria se lhe deferia; satisfeito iso e mais

informações necessárias e não se oferecendo duvida alguma (...), havemos por bem deferir a suplica do Reverendo Supplicante pelo que pela presente nossa Carta de Data havemos por bem darmos-lhe e concedermos-lhe de hoje para todo o sempre (Não havendo prejuizo de terceiro) o mencionado terreno na forma indicado cujo terreno tem de frente oitenta braças, principando do alinhamento da Rua que vem do Pari té o Corredor que fica para a servidam dos moradores para huma Cisterna ou olho de agoa, entre a chacra do Padre Jozé Joaquim de Toledo e olha para a estrada que segue da Freguezia do Senhor Bom Jesus do Brás para a Freguezia da Penha e cento e çincoenta e três braças de fundo o que vai completar na dita varzia com sincoenta de largura por ficar em consequência daquelle corredor deixado para a servidão publica a *maneira de uma Villa Latina*, e por nos constar achar-se o dito terreno medido e demarcado com estacas pelo Arruador do Conselho (TORRES: 1969, 55-6)

Assim, ainda no século XIX, na cidade de São Paulo o termo *vila* abrange um conjunto de casas individuais, construídas em um terreno contínuo com uma entrada única e uma espécie de pequena praça em comum.

Também em muitas cidades brasileiras, o termo *vila* é usado como referência a bairros, inclusive em São Paulo (Vila Madalena, Vila Mariana, por exemplo). Posteriormente, o uso deste termo para bairros tornou-se comum, indicando especialmente bairros populares, sendo, portanto, vilas operárias.

Em Santo André, a incorporação deste primeiro formante aos nomes dos bairros é registrada especialmente entre as décadas de 1920 e 1950: Vila Alzira (1918); Vila Homero Thon (1920); Vila Bastos (1921); Vila Alpina (1923); Vila Palmares (1924); Vila Assunção (1925); Vila Splendor, hoje Vila Camilópolis (1925) e Vila Metalúrgica (1933); Vila Pires (1928); Vila Curuçá (1928); Vila América (1928); Vila

Valparaíso (1929); Vila Guiomar (1930); Vila Humaitá (1932); Vila Gilda (1935); Vila Príncipe de Gales (1935); Vila Lucinda (1938); Vila Luzita (1938); Vila Helena (1942); Vila Suíça (1947); Vila Linda (1948); Vila Junqueira (década de 1940); Vila Marina (década de 1940); Vila Progresso (década de 1940); Vila Scarpelli (década de 1940); Vila Francisco Matarazzo (1950); Vila Guarani (1950); Vila Guaraciaba (1951); Vila Sacadura Cabral (1952); Vila Vitória (1953); Vila Alice (1953); Vila Aquilino (1956); Vila Floresta (1956); Vila João Ramalho (1956); Vila Tibiriçá (década de 1950); e Vila Lutécia (1979).

### 5.2.2 Jardim

A expressão *Cidade Jardim* é decorrente da inglesa *Garden City*. Trata-se de um modelo urbanístico do final do século XIX concebido pelo inglês Ebenezer Howard:



mapa 06. Diagrama da *Garden city*.

O diagrama acima representa três ímãs, formando uma comunidade autônoma cercada por um cinturão verde, num meio-termo entre campo e cidade. A idéia era aproveitar as vantagens do campo



eliminando as desvantagens da grande cidade, mas sem se perder características urbanas (BEEVERS: 1988).

Esta noção de cidade jardim foi primeiro explorada no livro *Tomorrow a Peaceful Path to Real Reform*, de 1898. Neste ano, foi fundada a *Garden Cities Association* cujo objetivo foi o de divulgar este modelo e efetuar a sua construção. Mais tarde, em 1902, o livro foi republicado sob o título *Garden Cities of Tomorrow*, no qual o modelo da cidade jardim foi revisado.

Com o movimento, construíram-se diversas cidades jardins na Inglaterra, as quais influenciaram posteriormente Burley Griffin no projeto da capital australiana Canberra e Atílio Correia Lima no projeto da cidade de Goiânia, no Brasil. O conceito foi ainda empregado na criação de vários bairros na cidade de São Paulo pela Companhia City, inclusive o bairro que atualmente se chama Cidade Jardim.

Howard, em seus estudos, perguntava-se “Para onde as pessoas irão?”. Deste questionamento vem a concepção dos três imãs de atração da população: entre a cidade inchada e o campo vazio está a cidade-campo, a terceira solução. Assim, ao apresentar uma política para a manutenção do equilíbrio social, ameaçado pelas sórdidas condições de urbanização das camadas populares inglesas durante o século XIX, ele propõe muito mais do que a harmonia entre homem e natureza.

Planeja não só as formas, as funções, os meios financeiros e administrativos de uma cidade ideal, sadia e bela, mas, principalmente, um processo para satisfazer as massas e controlar sua concentração nos centros metropolitanos. A cidade-Jardim seria construída no centro dos 2400 hectares, e ocupando 400 hectares, o resto seria para o campo, cortada por seis bulevares com 36 metros, uma avenida central com 125 metros de largura, formando um parque, no final as casas ficam dispostas em meia-lua para ampliar a visão dessa avenida-jardim.

No centro ficariam órgãos públicos e para o lazer, como teatro e museu. O Palácio de Cristal ocuparia uma grande área servindo como mercado e jardim de inverno, proporcionando aos ingleses durante o período chuvoso um lugar para recreação. A população seria de cerca de 30000 pessoas, sendo 2000 no campo; as indústrias ficariam na periferia ao longo da linha férrea, facilitando o escoamento da produção; a área agrícola seria constituída por fazendas, cooperativas ou particular. Na cidade jardim, o solo urbano é socializado, e o lucro obtido pelo loteador pelas cotas pagas mensalmente. Ninguém se torna proprietário de sua casa, loja, indústria; isso se dá pelo arrendamento.

Ao fundar a Associação das Garden-Cities em 1899, Howard torna a sua idéia viável. Em 1903 adquiriu Letchworth e chamou os arquitetos Parker e Umwin para projetar a cidade. Esta cidade atingiu grande êxito, chamou a atenção dos jornais de Londres e atraiu jovens. A atmosfera na cidade era excitante e prazerosa e alcançou, em 1962, 26.000 habitantes.

Em 1919 Howard encontrou um terreno a 15 quilômetros de Letchworth propício à instalação de uma segunda cidade-jardim, no qual instalou Welwin. Assim, ele conseguiu provar que

- era viável a construção de cidades novas com indústrias e jardins, e não subúrbio jardins;
- cada família poderia possuir uma casa em meio ao verde, perto do trabalho e do centro da cidade;
- poderia obter cidades com boa qualidade ambiental, mantendo os jardins;
- era possível construir moradias a baixo custo, com conforto térmico, e formando uma arquitetura homogênea (leia-se arquitetura georgiana), dando continuidade a cidade.

Hermann Muthesius também teve um papel importante na criação da primeira cidade-jardim Alemã – Hellerau – próxima à Dresden, fundada em 1909 por Karl Schmidt-Hellerau. Esta foi a única cidade da Alemanha onde as idéias de Howard foram completamente implementadas.

Em outras partes do mundo as idéias de Howard foram sentidas: no Brasil, além de São Paulo e Goiânia, estabeleceu-se o bairro Jardins Laranjeiras, no Rio de Janeiro; nos subúrbios americanos, Green Belt perto de Washington D.C. e New Jersey; e, ainda na Inglaterra, influenciou profundamente no planejamento, após a segunda Guerra Mundial, das cidades novas, como Milton Keynes, que atingiu 250.000 habitantes, e Central Lancashire, 430.000 habitantes.

Em Santo André o loteamento que seguiu parcialmente tal modelo foi o bairro Jardim, em 1925, uma das primeiras experiências urbanas de planejamento no município. Foi projetado para abrigar uma camada diferenciada da população e ocupado pelos funcionários mais graduados das empresas, técnicos especializados, engenheiros e dirigentes das empresas, tais como a Rhodia, a Fichet e a Black & Decker.

Os demais jardins de Santo André foram assim denominados por razões puramente mercadológicas, uma vez que foram formados sem quaisquer características das cidades-jardim. A formação de bairros com *Jardim* como primeiro formante é verificada especialmente na década de 1950. Na década de 1970 perde forças, sendo retomado na década de 1980: Jardim Santo Antônio (década de 1930); Jardim Utinga (década de 1930); Jardim Bela Vista (1948); Jardim Bom Pastor (1950); Jardim Guarará (1950); Jardim Stela (década de 1950); Jardim Irene (1951); Jardim das Maravilhas (1953); Jardim do Estádio (1955); Jardim Santo Alberto (1955); Jardim Ana Maria (1956); Jardim Ipanema (1958); Jardim Oriental (1962); Jardim Alzira Franco (1963); Jardim Santo André (1963); Jardim Alvorada (1964); Jardim Santa Cristina (1966); Jardim Cristiane (1968); Jardim Vila Rica (década de

1960); Jardim Jamaica (1970); Jardim Teles de Menezes (1979); Jardim Itapuã (1980); Jardim Santo Antônio de Pádua (1980); Jardim Las Vegas (1981); Jardim Marek (1982); Jardim Rina (1987); Jardim Milena (1988).

### 5.2.3 Parque

Os bairros Parque seguem tendência dos bairros Jardim ao apresentar como primeiro formante um elemento que remeta à combinação entre cidade e campo, o que não necessariamente corresponde à estrutura do loteamento realizado.

Apresenta-se em Santo André especialmente na década de 1950, mas de modo pouco representativo em comparação a bairros Jardim: Parque das Nações (1925), originalmente bairro das Nações; Parque Oratório (1949); Parque Novo Oratório (1949); Parque Jaçatuba (1955); Parque João Ramalho (1956); Parque Capuava (1957); Parque Erasmo Assunção (1958); Parque Gerassi (1972); Parque Marajoara (década de 1980).

### 5.2.4 Condomínio, Sítio e Cidade

Entre os casos mais recentes de bairros formados em Santo André, destaca-se o topônimo bairro Condomínio Maracanã, de 1952. Neste caso, incorporou-se como primeiro formante o termo *condomínio*, atribuído a modelos de edificação ou edificações com área comum.

O loteamento que deu origem ao Condomínio Maracanã foi vendido diretamente pelo proprietário, e os lotes comprados por trabalhadores migrantes atraídos pelo parque industrial do ABC.

Diferente da noção de tranqüilidade e segurança deste termo, este bairro era precário, além de possuir difícil acesso.

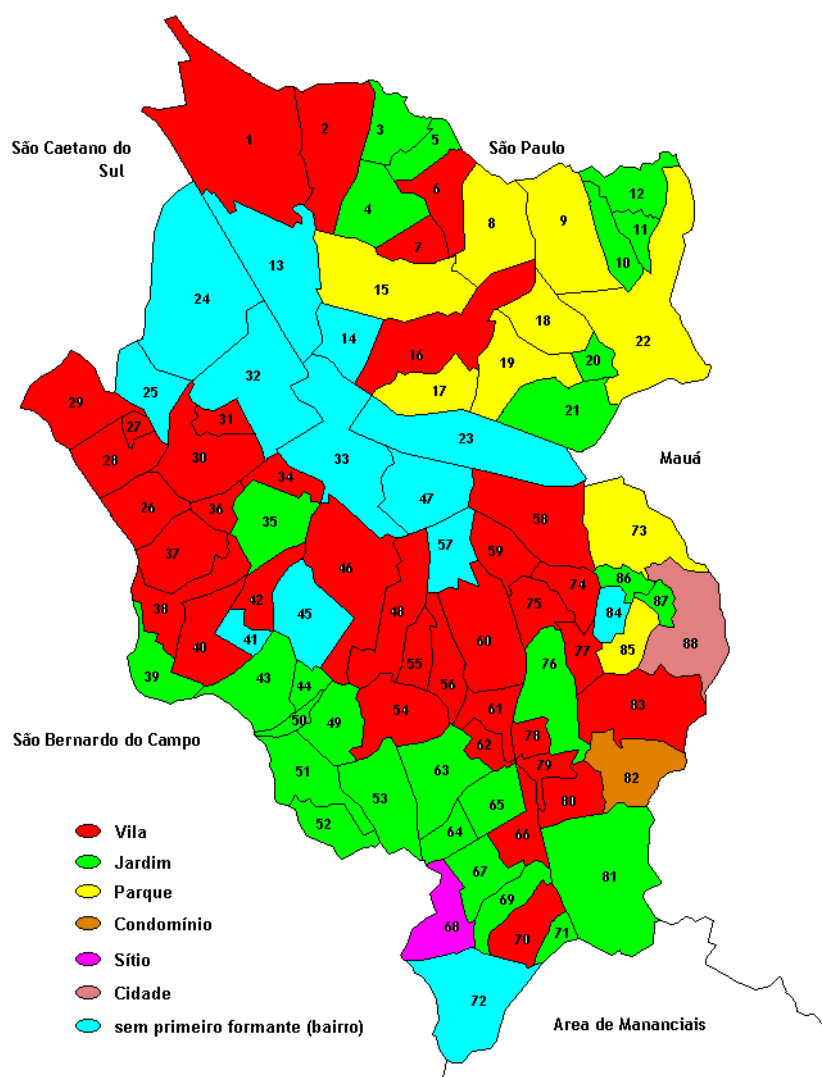
O topônimo bairro Sítio dos Vianas possui o primeiro formante *sítio* em decorrência de toponimização de elemento geográfico. Era propriedade da família Viana, a qual, após morte de proprietário, passou por longo período de briga judicial entre herdeiros. Em 1980, foi ocupada por famílias de baixa renda.

O bairro Cidade São Jorge, por sua vez, é decorrente de um loteamento de baixa renda de 1968. O primeiro formante é verificado em outros bairros populares brasileiros, como os bairros Cidade de Deus e Cidade Nova (RJ), em contraposição aos nobres bairros Cidade Jardim, como os existentes nas cidades de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

### **5.3 Conclusões parciais**

A utilização de um primeiro formante ao nome do bairro em Santo André é constante. Apenas treze bairros não o apresentam. A maioria destes é de formação antiga, especialmente década de 1920, e localizada ao longo dos trilhos da SPR.

O uso de primeiro formante segue tendência de época, acompanhando a ocupação das terras que atualmente pertencem ao município de Santo André.



mapa 07. Nomes segundo seu primeiro formante.

Os bairros Vila somam 36 ocorrências. Após a emancipação de Santo André e a ampliação do número de loteamentos abertos na região, tornou-se o primeiro formante comumente utilizado, cujos lotes foram abertos principalmente entre as décadas de 1920 e 1950. Ocupam a área a sul dos primeiros bairros de Santo André, os quais não possuem primeiro formante em seus nomes, nas proximidades de São Bernardo e ao longo do caminho do Pilar, uma das principais rotas da época.

Já os bairros Vila Metalúrgica e Vila Camilópolis, ambos desmembrados do bairro Vila Splendor, aberto em 1925, encontram-se

no limite entre Santo André e São Paulo e eram beneficiados por caminhos que levavam à estrada do Oratório e à estação de São Bernardo da SPR (*Parcelamentos em Santo André*, 1930).

Verificam-se 27 ocorrências de bairros que tem *Jardim* por primeiro formante. Torna-se comum na década de 1950, substituindo a tendência ao uso de *Vila* em loteamentos então abertos. Localizam-se, em sua maioria, entre os bairros Vila e limite com o município de São Bernardo, terras ocupadas por migrantes pobres.

São também de natureza sociocultural as razões de implementação deste tipo de topônimo a partir do final da década de 1950, período de abertura da economia do país para o capital industrial estrangeiro, com a implantação de empresas transnacionais, em sua maioria norte-americanas.

Os bairros Jardim, de tradição inglesa, imprimiam sofisticação, e o termo “Jardim” passa a ser integrado aos nomes de bairros populares a fim de transmitir uma agradável imagem do local, o que não correspondia com a realidade, além de inegavelmente ser usado para atrair a atenção de compradores.

Nas proximidades com o município de Mauá, dois bairros Jardim com tais características são abertos. Nas adjacências, um ambicioso projeto imobiliário foi lançado em 1980: o Centreville. Era um bairro sofisticado, baseado em comunidade americana homônima. A localização e o elevado valor do empreendimento levaram à suspensão das obras e à invasão por famílias de baixa renda.

Os bairros Parque vêm ao encontro da tendência bairro Jardim, como visto anteriormente. Trata-se apenas de nove bairros, cujos loteamentos foram abertos especialmente no final da década de 1950 e ocupavam região a norte da SPR, próxima aos municípios de São Paulo e Mauá.

## 6 Os nomes descritivos e os formados por translação toponímica

Apresentaremos neste capítulo os nomes de bairros de Santo André engendrados a partir da descrição do local ou que já denominavam outros elementos físicos ou humanos na região, passando a denominar loteamentos por processo de translação toponímica.

### 6.1 Os nomes descritivos

A descrição da paisagem é perceptível em alguns dos topônimos de Santo André. Estes nomes revelam: localização do bairro – bairro Centro e Jardim Oriental; características próprias ao terreno – bairros Várzea do Tamanduateí e Jardim Bela Vista; elementos de destaque da paisagem – bairros Pinheirinho, Casa Branca e Condomínio Maracanã; alteração da paisagem para atendimento aos novos moradores – bairros Campestre e Jardim; e novos elementos colocados no espaço no momento em que se prepara o loteamento – bairros Vila Metalúrgica e Jardim do Estádio.

#### 6.1.1 Vila Metalúrgica (ficha 01)

O loteamento que deu origem ao bairro *Vila Metalúrgica* foi inicialmente denominado *Vila Splendor*, em 1925, por Camilo Pedutti. É o bairro limitado pelos ribeirões do Oratório e Tamanduateí,



atualmente correspondente a demarcação entre os municípios de São Paulo e São Caetano respectivamente, e cortado pela EFSJ.

Os terrenos alagadiços e insalubres são a característica mais marcante deste bairro. Para a valorização dos terrenos, o loteador reservou áreas imensas para a instalação de indústrias, atraindo empresas como Laminação Nacional de Metais, Swift, Brasilit e Coral (MEDICI: 1992, 21).

O loteamento é oficializado em 1933, e a ocupação do bairro por operários migrantes do interior de São Paulo e de estados vizinhos, os quais foram trabalhar nas empresas ali instaladas, levou Camilo Pedutti a substituir o nome original pela homenagem aos novos moradores. Prevalece no topônimo, contudo, a descrição do perfil do bairro: local que abriga diversas metalúrgicas.

No mapa *Parcelamentos em Santo André* de 1945, este bairro já apresenta a sua denominação atual e a indicação de duas vias de acesso, as quais ligavam o crescente bairro com a rua do Oratório e a avenida Industrial. Neste mapa, as terras ocupadas não correspondem à demarcação atual, tanto que a fábrica *Swift Armour* é indicada além de seus limites.

Em 2006, o bairro Vila Metalúrgica ocupava 2,89 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 14.300 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### 6.1.2 Várzea do Tamanduateí (ficha 23)

A nesga de terreno demarcada pelos ribeirões Carapetuba, Tamanduateí e Itapoan e a EFSJ passa, depois de 1990, a ser denominada bairro Várzea do Tamanduateí. É uma porção de terra insalubre e ainda alagadiça, ocupada por uma população exígua – em

2006, estimava-se em 29 moradores – apesar de ter 1,58 km<sup>2</sup> de extensão.

Desprezado o bairro pela especulação imobiliária, este topônimo não é citado em nenhum dos mapas *Parcelamentos de Santo André*. Apenas na parte mais próxima à estação de Santo André são indicados prédios de indústrias: Kowarick, que não mais é apontado em mapas posteriores a 1945, e Rhodia Têxtil (*Parcelamentos* de 1930); Valisère (*Parcelamentos* de 1945), que deixa o local após 1970; e Ciminias (a partir do *Parcelamentos* de 1970), este último mais próximo do ribeirão Guarará.

Entre as décadas de 1970 e 1990, a canalização do ribeirão Carapetuba levou a abertura da avenida Henri Sannejouand. Nos mapas *Parcelamentos de Santo André* não são indicadas ruas cruzando este bairro. Atualmente, após a canalização do ribeirão Guarará, a rua Vereador José Nanci possibilita acesso ao bairro a partir da avenida dos Estados.

### 6.1.3 *Campestre (ficha 24)*

O bairro Campestre, originalmente uma área de densa vegetação, integrou uma das primeiras experiências urbanas de planejamento em Santo André, por iniciativa dos próprios loteadores. As terras pertenciam ao caboclo Nhonhô Maria, cujo verdadeiro nome era Antonio Miguel Maria, e foram loteadas pela família Pujol em 1925.

O loteamento desta gleba teve início no corredor industrial central – a avenida Industrial –, que abrigaria a maior parte das fábricas da região, com destaque para as indústrias pesadas, como a Fichet, Black & Decker, Nordon e Armco.

Os loteadores da família Pujol tinham por objetivo criar bairros diferenciados, destinados a camadas populacionais igualmente diferenciadas: os trabalhadores e funcionários mais graduados das fábricas da região. O nome descritivo Campestre vem ao encontro desta visão: a derrubada da densa vegetação e a abertura de lotes amplos e arborizados atendem ao desejo de formação de um bairro composto por casas de campo.

Além do bairro Campestre, os bairros Jardim e Utinga eram destinados à habitação burguesa, termo empregado pela própria empresa loteadora a época: "reservado às pequenas propriedades de recreio ou villegiatura" (MEDICI: 1992, 19).

Este perfil se manteve até os anos 1950, quando passa a ser ocupado por operários que trabalhavam nas áreas próximas. Depois de 1990, incorpora bairro Utinga que, por sua vez, já tinha incorporado décadas antes trecho do bairro Vila Industrial, área industrial junto à estrada de ferro. Em 2006, o bairro Campestre ocupava 2,43 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 14.952 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *6.1.4 Jardim (ficha 32)*

Assim como o Campestre, o bairro Jardim foi loteado em uma área de densa vegetação pela família Pujol e apresenta um nome que remete contato com a natureza cuidada para prazer de seus moradores. A abertura do lote é realizada entre 1923 e 1925.

Este bairro também foi inicialmente ocupado por funcionários mais graduados das fábricas. Para atraí-los, na abertura do bairro Jardim, a empresa loteadora providenciou a construção de 200 casas, implantou rede de água em um terço dos terrenos e distribuiu energia e luz elétrica em vários setores.

Segundo a moradora, Maria Aparecida Rodrigues de Andrade, as ruas do bairro Jardim eram muito tranquilas. Ali eram realizadas festas juninas, envolvendo toda a população (MEDICI: 1992, 26).

Depois da década de 1970, incorpora parte do bairro Vila Industrial, correspondente à gleba destinada à área industrial junto à estrada de ferro (*Parcelamentos em Santo André*). Em 2006, o bairro Jardim ocupava 1,54 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 7.464 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### 6.1.5 Centro (ficha 33)

Com a inauguração da SPR em 1867, inicia-se a ocupação dos terrenos no entorno da estação. Esta área, que acabou tornando-se a central da futura Santo André, integrava a região denominada Caaguaçu (zona da mata).

A escolha deste ponto para o estabelecimento da estação de São Bernardo deve-se ao fato de ser o ponto mais próximo entre a ferrovia e a vila de São Bernardo. Em pouco tempo, a parada de trens dá origem ao bairro da Estação de São Bernardo. Além disso, era próximo ao cruzamento da estrada do Oratório e o caminho do Pilar, o qual permitia acesso à vila (MEDICI: 1992, 48).

No final do século XIX, já é conhecida por *Estação de S. Bernardo* e, em 1910, quando elevada a distrito, recebe o nome de Santo André (SANTOS: 1992, 230). Nos mapas *Parcelamentos em Santo André*, não se faz menção a nome deste bairro.

Em 2006, o bairro Centro ocupava 1,68 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 4.870 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

### *6.1.6 Jardim Bela Vista (ficha 35)*

No início do século XX, os terrenos junto ao caminho do Pilar e parte da hoje denominada avenida Portugal, estradas utilizadas por aqueles que seguiam rumo à estação de São Bernardo, abrigavam chácaras dos Fláquer, Bastos, Gaiarsa, Suplicy, Charles Murray, Martinelli e outros.

Na década de 1940, trechos das chácaras Bastos e Suplicy foram loteadas dando origem ao bairro Jardim Bela Vista. Era uma região alta, e as pessoas da região chamavam-na de Morro do Piolho. A causa deste topônimo, portanto, é evidente, por se tratar de uma colina de onde se podia ter esplendida vista da cidade, especialmente do centro.

Nas palavras do ex-vereador Carlos Augusto dos Santos, o Carlinhos:

Quem mora no Jardim Progresso (sic), na Vila Bela Vista e em outros loteamentos próximos fala que mora na Vila Linda. Aliás, Vila Bela Vista nem existe em muitos mapas da cidade. Lembro que quando cheguei, algumas pessoas mais antigas diziam que a Vila Bela Vista era chamada de Morro do Piolho, uma região bastante alta, talvez a mais alta da área (MEDICI: 1992).

As primeiras propriedades foram exploradas com a criação de porcos ou produção de tijolos. Ainda nos anos 1940, eram comuns as corridas de cavalos nas suas ruas desertas todos os domingos.

Em 1947, após desapropriação das áreas remanescentes daquelas chácaras, foram ali instaladas as unidades oficiais administrativas do município, a escola Américo Brasiliense e a praça IV Centenário, impulsionando o crescimento do bairro (MEDICI: 1992, 39).

Após a década de 1970, incorpora parte do bairro Jardim Paraíso – gleba de parte do sítio de Manoel José de Lima, adquirido e

consolidado o loteamento por Aluizio de Faria Coimbra na década de 1940 – e o bairro Jardim Ocara – loteamento fora do eixo do caminho do Pilar, em terras do sítio dos Nóbrega, pertencente a José Nóbrega de Albuquerque (*Parcelamentos em Santo André*).

Em 2006, o bairro Jardim Bela Vista ocupava 0,79 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 7.582 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *6.1.7 Pinheirinho (ficha 41)*

A área que deu origem ao bairro Pinheirinho era cortada pelo caminho do Pilar. Pertencia ao sítio de Manoel José de Lima, parcialmente loteado em 1940.

A formação deste lote, contudo, só ocorreu em 1962. A causa do nome é decorrente da existência de uma casa rodeada de pinheiros no local, conforme depoimento da moradora Ana Gambini Scarpelli (MEDICI: 1992, 43).

Em 2006, o bairro Pinheirinho ocupava 0,19 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 1.723 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *6.1.8 Casa Branca (ficha 47)*

O bairro Casa Branca surgiu de um loteamento feito pelos descendentes de Antônio de Queiroz dos Santos, que comprara toda a área marginal à ferrovia do barão de Mauá.

A abertura das ruas ocorreu em 1930, e o nome Casa Branca era devido à única construção existente no local ser uma casa de duas águas de cor branca (depoimento de Nelson Zanoti).

Em 2006, o bairro Casa Branca ocupava 0,89 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 1.868 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *6.1.9 Jardim Oriental (ficha 50)*

Neste local existiam olarias desde os anos 1920. Estas olarias atraíam famílias de outras cidades e imigrantes do interior paulista, como fizeram depois as indústrias do ABC. A olaria de João Dussim, uma das maiores, obteve alvará de funcionamento em 1921. Havia também a olaria do sítio do doutor Bernardo, local em que, posteriormente, foi instalado o Frigorífico Central.

O Jardim Oriental foi loteado em 1962 por Nagib Fuad Salem, e a motivação de sua denominação foi a posição geográfica dentro do perímetro territorial do município (depoimento de Paschoalino Assumpção).

Em 2006, o bairro Jardim Oriental ocupava 0,12 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 1.953 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *6.1.10 Jardim do Estádio (ficha 63)*

O loteamento que deu origem ao bairro Jardim do Estádio foi iniciado em 1955, junto à área próxima ao então projetado estádio poliesportivo da cidade. O estádio foi inaugurado em 15 de novembro de 1969 com a disputa do Troféu Brasil de Atletismo, sendo a primeira partida de futebol disputada em 14 de dezembro.

Em 10 de outubro de 1973, em homenagem ao ex-prefeito Bruno José Daniel, o estádio, após uma reforma, passou a ser denominado Estádio Municipal Bruno José Daniel. O estádio conta

com acomodações para 18000 pessoas, mas em setembro de 1983 já abrigou 21000 torcedores (GAIARSA: 1991). Hoje, devido ao Estatuto do Torcedor, é permitida a entrada de, no máximo, 15.157 pessoas.

O Jardim do Estádio tem uma área de 0,86km<sup>2</sup> e, em 2006, possuía uma população estimada em 16.664 habitantes (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *6.1.11 Condomínio Maracanã (ficha 82)*

A área ocupada pelo bairro Condomínio Maracanã pertencia originalmente à área de um loteamento estritamente residencial da década de 1930, a Vila Humaitá (*Parcelamentos em Santo André, 1930*).

Este bairro foi loteado em 1952, e o nome Condomínio Maracanã foi atribuído devido à existência de grande número de aves "maracanã", que infestavam o local (depoimento de Nelson Zanoti).

Em 2006, este bairro ocupava 0,79 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 9.844 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

## **6.2 Os nomes formados por translação toponímica**

Entre os nomes de bairros de Santo André, dezessete topônimos são decorrentes de processos de translação toponímica (DICK: 2001). O nome original provém de diferentes elementos da paisagem: nome de propriedade presentes no local, de curso d'água, de igreja, de cordão de carnaval e da empresa responsável pelo loteamento.



### 6.2.1 Jardim Utinga (ficha 03)

Em *Parcelamentos em Santo André* de 1930, é indicado junto ao bairro *Parque das Nações* um bairro denominado *Utinga*, posteriormente integrado àquele bairro.

O topônimo Utinga é igualmente encontrado em um dos bairros destinados aos funcionários mais graduados de fábricas. Este loteamento, aberto pela família Pujol na década de 1920, mantém este nome até da década de 1990 (*Parcelamentos em Santo André*, 1945, 1970 e 1990), sendo posteriormente incorporado ao bairro Campestre.

O córrego Utinga, limite entre Santo André e São Caetano do Sul, banhava apenas este segundo loteamento. Por translação toponímica, contudo, passou a dar nome a diversas propriedades da região.

Entre elas, entre os anos 40 e 50, destaca-se a região às margens do ribeirão Oratório ocupada por migrantes vindos do interior ou de outras cidades do ABC, que pagavam aluguel mais barato neste local. Eram terras ocupadas por um grande campo de boiada de Leandro Soares, grande proprietário da região, que posteriormente viria a ser o distrito de Utinga.

O loteamento foi implantado num período em que era mais intensa a ocupação urbana de Santo André. Não havia luz elétrica, nem qualquer outro benefício. Antes do processo de urbanização, as terras desta área eram vendidas como sítios ou chácaras, em grandes porções.

Os moradores construía barracos de madeira como forma provisória de habitação, enquanto seus proprietários acumulavam recursos para a substituição por casas de alvenaria. A igreja de Santa Isabel foi construída em mutirão pelos moradores, conforme depoimento do morador José Maria Afonso Pires (MEDICI: 1992, 24).

A precariedade das terras pode ser sentida pelo mapeamento: o bairro Jardim Utinga só é indicado em *Parcelamentos em Santo André* de 1970, sem qualquer referência em 1945.

Em 2006, o bairro Jardim Utinga ocupava 0,52 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 5.716 moradores. (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### 6.2.2 Parque Oratório (ficha 08) e Parque Novo Oratório (ficha 09)

Santos (1992, 226) informa que “pelo menos cinco grandes imóveis que antigamente abrangiam o território do (...) distrito de Utinga e (...) de Capuava, em Santo André” eram chamados Oratório, a maior parte deles pertencente à família de Leandro Soares.

Leandro Soares era casado com Maria Joaquina e chegou à área do rio Tamanduateí em 1834, quando obteve terras por doação de Elias Fernandes. Em inventários de Soares realizados em 1860, após seu falecimento, arrolaram-se duas propriedades denominadas *Tinga e Assembleia, no Bairro do Tamanduateí*.

Um dos herdeiros de Leandro Soares, Manoel Leandro Soares, aumentou a área do sítio Assembleia em 1870, comprando terras de Antonio Cardoso Leite Franco, era um dos proprietários da enorme fazenda Oratório.

A realização do loteamento da fazenda Oratório ocorreu na década de 1940, aproveitando a antiga via que possibilitava acesso de São Paulo a Santo André, chamada estrada do Oratório e hoje é a rua Oratório.

A abertura do bairro Parque Oratório é de 1948 e foi realizada pelo loteador Cezar Sergenti Rossa. No ano seguinte, a empresa loteadora Rossa Imobiliária inicia o loteamento do bairro Parque Novo

Oratório, limítrofe ao bairro Parque Oratório, concluído apenas em 1950.

A ocupação do Parque Novo Oratório, que é o maior loteamento urbano de Santo André, levou toda a década de 50 e o início dos anos 60 (MEDICI: 1992, 29).

No mapa *Parcelamentos em Santo André* de 1970, ambos os bairros são indicados. Em 2006, o bairro Parque Oratório ocupava 1,05 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 12.667 moradores; o bairro Parque Novo Oratório, por sua vez, 1,28 km<sup>2</sup> e tinha uma população de 16.311 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### *6.2.3 Jardim Itapoan (ficha 11)*

O córrego Itapoan é o limite entre os municípios de Santo André e Mauá. O bairro Jardim Itapoan não é cortado ou cruzado por este curso d'água, do qual se apresenta nas proximidades.

As terras ocupadas por este bairro mantiveram-se com características rurais até o início da década de 1990, quando foram submetidas a um moderno sistema de planejamento que criou espaços de vivência no bairro, privilegiando o pedestre com calçadas largas e ilhas de segurança nas ruas (depoimento de Nelson Zanoti).

Trata-se de um bairro de extensão limitada – 0,32 km<sup>2</sup> –, loteado em 1980 e cuja população foi estimada em 3.042 moradores em 2006 (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### *6.2.4 Santa Teresinha (ficha 13)*

O bairro Santa Teresinha é loteado em 1927. Inicialmente, o local foi chamado de Torrinha, sendo substituído com a construção da igreja de Santa Terezinha.

Surge em função da instalação da indústria química da Rhodia em 1919 e do matadouro da família Martinelli. O plano de loteamento apresentava um estratégico traçado de ruas e quadras em círculo arrojado, o qual já previa a escola e igreja da região.

Antes de completar 10 anos, o bairro já possuía luz elétrica e serviço de jardineira e, nos anos 1940, chegam os correios. Apresentava, contudo, problemas de enchentes, dada a localização em plena várzea do Tamanduateí.

A empresa loteadora – Sociedade Territorial Estação de São Bernardo – divulgou o empreendimento anunciando-o na Folha do Povo, em 1928, como: "Terrenos à vista e a prazo até quatro anos, sem juros. Prestações mensais mínimas. Desenvolvimento e valorização incontestáveis. Arruamento caprichoso segundo moderno plano perfeito".

A distância da estação e o solo alagadiço afugentavam os compradores. Os primeiros moradores foram eslavos, húngaros e lituanos. O número destes imigrantes era tão significativo que um padre húngaro vinha mensalmente de São Paulo para rezar missa na igreja de Santa Terezinha. Era a missa dos húngaros, às 11 horas.

A partir de 1929, chegaram migrantes da região de Socorro. O número de moradores provenientes deste local levou a igreja a comemorar anualmente a festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no dia 15 de agosto (MEDICI: 1992, 33).

Em 2006, o bairro Santa Teresinha ocupava 1,51 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 7.376 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *6.2.5 Bangu (ficha 14)*

O bairro Bangu engloba os diversos loteamentos, como bairro da Estação, Vila Nelsom, Jardim do Carmo e Parque Central, criados a

partir da década de 1910 ao longo do vale do Tamanduateí e dos trilhos da São Paulo Railway, com a instalação da unidade química da Rhodia.

Bangu era o apelido da Vila São Pedro, topônimo originalmente atribuído ao bairro. Este nome é proveniente do maior cordão de carnaval da cidade formado pelos empregados, na maioria cariocas, do matadouro da família Martinelli (MEDICI: 1992, 32).

Em 2006, o bairro Bangu ocupava 0,53 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 4.619 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *6.2.6 Parque Jaçatuba (ficha 17)*

O topônimo deve-se ao sítio Jaçatuba. O primeiro documento referente a esta propriedade data de abril de 1856, quando pertencia a João José Barbosa Ortiz, que o herdara do pai, o tenente Francisco Barbosa Ortiz.

Era um sítio de grandes dimensões, que englobava os atuais Parques Jaçatuba, João Ramalho, Erasmo Assunção, Vilas Bartira, São Pedro e Curuça, Jardins Alzira Franco, Nice e Monte Líbano.

Em 1915, Erasmo Teixeira Assunção comprou uma parte do sítio Jaçatuba. A outra parte foi adquirida por José Augusto Leite Franco, em 1922. A urbanização do velho sítio foi iniciada em 1925, com a abertura do loteamento do bairro Vila Curuça, topônimo tirado do cavalo preferido dos irmãos Assunção.

Somente na década de 1950 é que outros loteamentos foram abertos na imensa área. Isto porque a chegada da unidade têxtil da Rhodia, a Rhodiaseta, ocorrida em 1929, não influenciou na expansão urbana desta parte de Santo André, ao menos antes dos anos 1950 e 1960.

O Parque Jaçatuba foi planejado em 1955, passou por vários proprietários e ganhou a sua atual característica de grandes lotes e com casas espaçosas, a partir dos últimos anos da década de 1960 (MEDICI: 1992, 41).

Após a década de 1990, o Parque Jaçatuba incorporou outros bairros que surgiram no mesmo período: o Jardim Nice, topônimo decorrente da empresa loteadora Fiação e Tecelagem Nice, e o Jardim Monte Líbano (*Parcelamentos em Santo André* de 1990).

Em 2006, o bairro Parque Jaçatuba ocupava 0,64 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 4.178 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *6.2.7 Parque Capuava (ficha 22)*

Na década de 1930, as terras que hoje fazem parte do Parque Capuava pertenciam ao paulistano Alcântara Machado, que possuía uma olaria no local. Em 1957, em uma área deserta ao lado da Refinaria de Capuava, instalada pelo Grupo União em 1954, as primeiras ruas do bairro Parque Capuava, que recebe o nome da refinaria, são abertas, por iniciativa do proprietário.

A olaria de Alcântara Machado forneceu tijolos para a construção das primeiras casas do bairro, casas essas pertencentes a funcionários da São Paulo Railway (PASSARELLI: 1994, 56).

O Grupo União desejava inicialmente instalar sua fábrica no Rio de Janeiro. Por interferência do governo, o local para a construção da refinaria foi estrategicamente escolhido no caminho entre Santos e São Paulo.

A refinaria, contudo, influiu negativamente no meio ambiente e, para minimizar os efeitos, comprou muitas terras ao seu redor

para impedir a abertura de novos loteamentos. Nessas terras estão hoje as indústrias do pólo petroquímico (MEDICI: 1992, 51).

Em 2006, o bairro Parque Capuava ocupava 2,13 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 18.118 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *6.2.8 Vila Floresta (ficha 38)*

A área ocupada pelo bairro Vila Floresta era cortada pelo caminho do Pilar, acesso dos moradores da Vila de São Bernardo à estação da SPR. Eram diversas chácaras pertencentes a José de Oliveira Preto e Faustina Maria E. Santo e chamadas de sítio Rio Abaixo.

Segundo depoimento de Ana Gambini Scarpelli, “para ir até a escola era preciso andar uns dois quilômetros pelo mato do Gavião”, pertencente a Francisco Mariano de Barros, parte da atual Vila Floresta (MEDICI: 1992).

Apesar dos planos de abertura dos lotes na década de 1940 pela empresa Sociedade Civil Vila Floresta, a qual dá nome ao bairro, o loteamento só foi realizado em 1953 (GAIARSA: 1991).

Em 2006, o bairro Vila Floresta ocupava 0,69 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 7.739 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *6.2.9 Paraíso (ficha 45)*

Em 1927, foi construída a igreja Nossa Senhora do Paraíso, no local posteriormente ocupado pelo bairro Paraíso. Logo depois, alguns moradores são atraídos para as proximidades da orada, da qual recebe o nome, e um bairro rural é formado. O loteamento, que

proporcionou a urbanização do local, só é realizado em 1965 (MEDICI: 1992, 55).

Após a década de 1990, o bairro Paraíso incorpora o Jardim Cambuí (*Parcelamentos em Santo André* de 1990), designação decorrente de uma "árvore delgada de cuja madeira não se faz uso e que dá uma flor branca e o fruto amarelo, de mesmo nome" (CUNHA: 1978).

Em 2006, o bairro Paraíso ocupava 0,85 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 5.126 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### 6.2.10 Silveira (ficha 57)

O nome do bairro Silveira provém do topônimo *sítio Silveira*, o qual, século XIX, pertencia a Manoel Joaquim da Silveira. É uma das poucas denominações do século XIX que se mantém, tanto oficialmente quanto como referência da população, até os dias atuais.

Esta propriedade apresenta registros que remontam a 1826 e era localizada no antigo caminho do Pilar, que demandava a Mogi das Cruzes, antes ainda da era ferroviária, onde estavam a capela dos Carvoeiros, a olaria de Jacó Savoia e o curtume dos Lamberti. A primeira casa de alvenaria, construída na esquina da rua Natal com a avenida Santos Dumont, contudo, só foi construída em 1913, a qual é ainda preservada.

A área foi ocupada por poloneses que chegaram ao Brasil a partir de 1877 para substituir mão de obra escrava, mas primeiramente se fixaram em Capivary, São Bernardo do Campo. Era cortada pelo Caminho do Pilar (MONTEIRO: 1995).

Em 2006, o bairro Silveira ocupava 0,5 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 3.111 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).



### 6.2.11 Vila Vitória (ficha 61)

O bairro Vila Vitória foi loteado em 1953. Seu nome teve motivação na igreja da Vitória em homenagem a Santa Joana D`Arc, cuja imagem foi entronizada em 10 de dezembro de 1948 (GAIARSA: 1991). Em 2006, ocupava 0,39 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 3.031 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 36 e 47).

### 6.2.12 Jardim Guarará (ficha 67)

O topônimo bairro Jardim Guarará é proveniente do córrego Guarará, afluente do Tamandateí que cruza a sul o município de Santo André. De origem tupi, a palavra *guarará* significa “o tambor usado pelo gentio”, “o manhoso, o investigador” ou ainda remeter a variedades de peixes, da família dos ciprinodontídeos ou ruivocas (SOUZA: 1587).

Na década de 1940, é aberto o loteamento bairro Vila Guarará, limitado pelo ribeirão Guarará e cruzado pela então avenida Guarará, posteriormente avenida D. Pedro I (*Parcelamentos em Santo André*, 1945).

O bairro Jardim Guarará é aberto posteriormente, distante do córrego e do caminho, entre os bairros Vila Luzita e Jardim Aclimação, limitado pela avenida São Bernardo (*Parcelamentos em Santo André*, 1970).

Após a década de 1990, desaparece a Vila Guarará, o mais antigo bairro deste nome, permanecendo apenas o Jardim Guarará (*Parcelamentos em Santo André* de 1990).

### 6.2.13 Sítio dos Vianas (ficha 68)

O bairro Sítio dos Vianas é limitado pelos bairros Jardim Santa Cristina, Jardim Guarará, Jardim Irene e Cata Preta e pelo município de São Bernardo do Campo. Trata-se de um espaço tardiamente ocupado e sem planejamento, sendo que, já no mapa *Parcelamentos em Santo André* de 1990, há a indicação da existência de favelas junto à indicação deste topônimo.

Na época do Primeiro Império, a propriedade rural *sítio dos Vianas* possuía mais de 10 milhões de metros quadrados. Suas terras abrangiam áreas dos atuais municípios de Santo André e São Bernardo. O proprietário destas terras era Miguel Alves Vianna, filho de José Vianna e Tereza Maria Vianna e casado com Maria Joaquim de Jesus, conhecida como Maria Colasso.

Miguel faleceu em 1834, e o inventário do sítio, em processo judicial, só terminou no início da segunda metade do século XX, o que significa que a partilha da área ocorreu aproximadamente 120 anos após a morte de Miguel Alves Vianna. Com essa demora e o crescimento do número de herdeiros, proliferaram os problemas de grilagem das terras, o que deu espaço para o surgimento de uma das maiores favelas de Santo André, da qual os próprios moradores denominaram as ruas: Minas, Árvores, Mutirão, Tortuosa, etc. As ruas eram abertas pelos próprios moradores utilizando enxadões, invadindo matas e barrancos desocupados (BARBOSA: 1971).

A partir da década de 1950, nas terras do sítio dos Viannas, foram abertos os seguintes loteamentos: Vila Tibiriçá, Vila Lutécia; a partir dos anos 60, o Jardim Aclimação, Jardim Vila Rica, Jardim Irene e Jardim Europa; e, a partir dos anos 80, formou-se a favela do Sítio dos Vianas, hoje urbanizada e transformada em bairro (MEDICI: 1992).

Em 2006, o bairro Sítio dos Vianas ocupava 0,61 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 8.145 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *6.2.14 Vila Humaitá (ficha 75)*

A área do bairro Vila Humaitá integrava o sítio dos Ribeiros, propriedade de Francisco Porciúncula com registro na Paróquia de São Bernardo de 1856. Ainda no século XIX, Antonio Queirós dos Santos comprou estas terras que foram herdadas por sua filha Jovita.

Na década de 1920, Cincinato Reichert, casado com Jovita, loteou esta propriedade, então chamada chácara Humaitá. Em 1932, o engenheiro Mário Guindani, que fixara residência em Santo André, concretizou este desejo de Reichert, dando origem ao bairro estritamente residencial denominado Vila Humaitá (GAIARSA: 1991).

Em 2006, este bairro ocupava 0,43 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 3.356 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *6.2.15 Vila Suíça (ficha 80)*

Loteada parcialmente em 1947, de forma lenta, e, em uma segunda etapa em 1956, o bairro Vila Suíça é ocupado predominantemente por migrantes e trabalhadores das indústrias da região.

Originalmente, esta propriedade era denominada Sertão dos Beber. Em 1891, Lewis Zubhul e sua esposa Maria Galliker Zumbhul, que chegaram a Santo André em 1885, adquiriram terras de Antônio Queiroz dos Santos neste local.

Fundaram, então, a *chácara Suíssa*, local em que morava o casal e seus filhos, Guido, Frederico, Flora e Luiza, esta última, a mais velha, nascida em Zurique em 1875. O topônimo bairro Vila Suíça é proveniente, portanto, do nome daquela propriedade (MEDICI: 1992).

Em 2006, o bairro Vila Suíça ocupava 0,48 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 9.982 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *6.2.16 Jardim Santo André (ficha 81)*

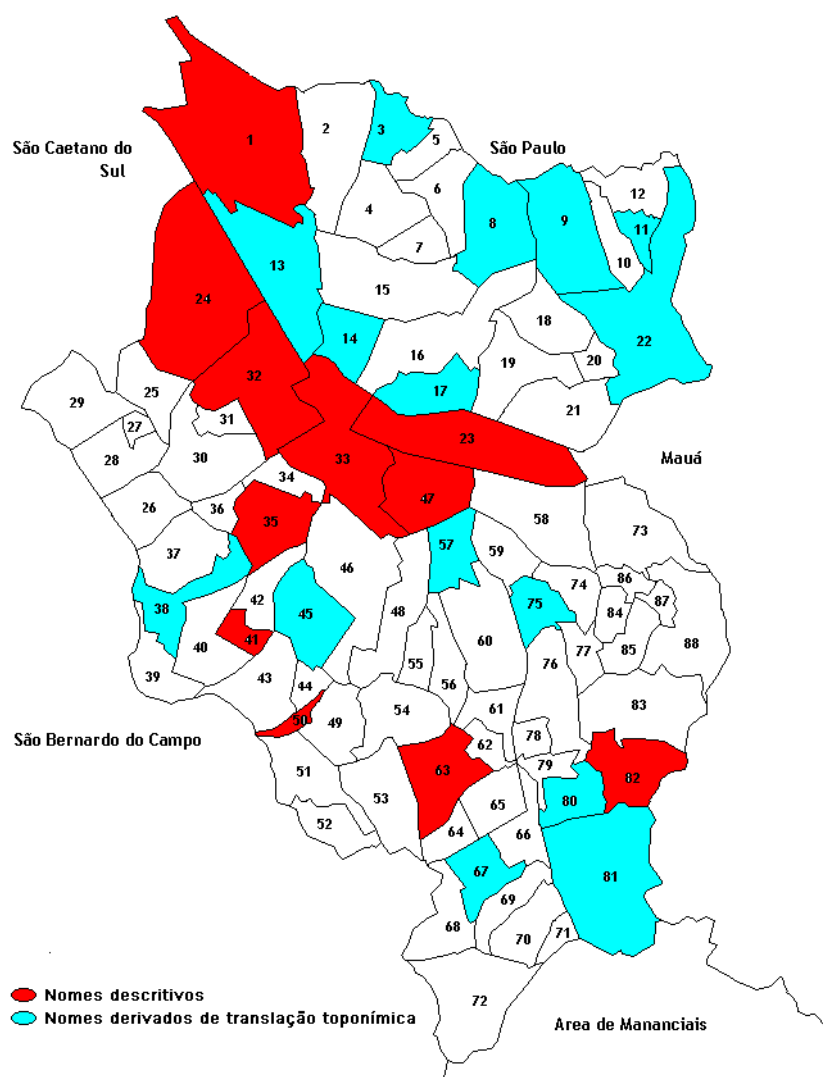
O Jardim Santo André fazia parte da gleba de terras pertencentes ao Banco Munhoz. Foi loteado pela Imobiliária Santo André, da qual provém o nome do bairro, entre 1949 e 1953 (MEDICI: 1992).

A atribuição do nome do loteamento a partir do da empresa loteadora também é visível no caso do bairro Imobiliária Lar Paulista, o qual é incorporado por outros bairros antes de 1990 (*Parcelamentos em Santo André* de 1970 e 1990).

O Jardim Santo André tinha uma área de 2,11km<sup>2</sup> e possuía uma população estimada em 30.915 habitantes em 2006 (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### **6.3 Conclusões parciais**

A falta de continuidade entre a vila de João Ramalho e a Santo André do século XX é visível pelos topônimos atribuídos aos elementos geográficos neste segundo momento, de urbanização da região.



mapa 08. Nomes descritivos e derivados de translação toponímica.

Poucas são as referências a antigos nomes, tendo em mente que a emancipação do município baseou-se em suposta antiguidade na ocupação de suas terras, destacando-se apenas alguns cursos d'água que dão nome aos bairros formados, não necessariamente junto às suas margens.

Paralelamente, estes poucos topônimos não são utilizados significativamente na atribuição de nomes aos loteamentos, entre os quais se destacam o bairro Silveira, o qual fixa parcialmente o antigo topônimo sítio Silveira, e o bairro sítio dos Vianas, que lentamente perde suas terras para a formação de loteamentos e de favelas.

Neste sentido, revela-se a não necessária contigüidade entre topônimo original e novo elemento geográfico, no caso de processos de translação toponímica. Verifica-se, assim, que aquele que atribui nome, loteador ou proprietário, estabelece no local um novo sistema para indicar a localização, ignorando antigos marcadores, mesmo os físicos.

## 7 As homenagens e auto-homenagens

A estação São Bernardo foi instalada em meio à área rural. Esta região, atual bairro Centro de Santo André, era formada por terras de valor baixo e sem interesse comercial, especialmente por encontrar-se distante de povoados já estabelecidos.

O local foi escolhido pela SPR e deveu-se a sua localização: meio do caminho de três pólos em incipiente crescimento na época – São Bernardo, Mogi das Cruzes e a região a sul da atual zona leste de São Paulo – e proximidade de duas antigas estradas que permitiam acesso a estes três pontos – o caminho do Pilar e a estrada do Oratório.

No início do século XX, algumas indústrias passam a adquirir terras para a construção de suas fábricas, como a Streiffer, a Kowaric e a Seabra. Com a instalação dessas empresas, houve a necessidade de prover local para a residência dos operários, o que levou ao estabelecimento de loteamentos para atender a essa procura.

No entanto, estes proprietários não tinham interesse em repartir suas extensas terras. A resistência, nestes casos, se explica pelo fato de comumente medir-se a importância de um senhor rural pelo tamanho de sua propriedade.

Os loteadores, para convencer os proprietários a venderem suas terras, sugeriam que fossem dados aos loteamentos nomes que perpetuassem seus nomes próprios, de família ou mesmo de familiares. A partir dessa prática, o culto ao ego dos andreenses foi o grande motivador da denominação dos bairros de Santo André.

## 7.1 Auto-homenagem ou homenagem ao proprietário/loteador

A auto-homenagem comportou-se de diferentes maneiras: apenas apresentação do prenome do proprietário/loteador – Vila Camilópolis; pela combinação de prenome e apelido de família – Vila Francisco Matarazzo, Parque Erasmo Assunção e Vila Homero Thon; e apenas do apelido de família – Vila Aquilino, Vila Bastos, Vila Scarpelli, Vila Assunção, Vila Pires, Vila Junqueira, Cata Preta, Parque Gerassi e Jardim Marek.

São expostos os processos para estabelecimento dos loteamentos e as características dos bairros e explicitadas as causas de atribuição destes topônimos a seguir.

### 7.1.1 Vila Camilópolis (ficha 02)

O loteamento que deu origem ao bairro Vila Camilópolis foi realizado por Camilo Pedutti, o qual outorgou o nome em auto-homenagem combinado com o sufixo de origem grega "polis", com significado de "cidade do Camilo".

A abertura das primeiras ruas ocorreu em 1925; neste primeiro momento, o loteamento recebeu o nome de Vila Splendor, sendo pouco depois alterado para Vila Camilópolis, já que em *Parcelamentos em Santo André* de 1930 já está anotado este segundo topônimo. No projeto, o loteador cuidou de reservar grandes áreas para a instalação de indústrias na região.

A despeito dos nomes oficiais, a Vila Camilópolis foi chamada desde a origem até final dos anos 1950 de "vila sem reboque", porque as casas do bairro, erguidas por migrantes do interior de São



Paulo e de estados vizinhos, permaneciam por longos anos sem acabamento (MEDICI: 1992, 20).

Em 2006, o bairro Vila Camilópolis ocupava 1,29 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 17.780 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### *7.1.2 Vila Francisco Matarazzo (ficha 07)*

O bairro Vila Francisco Matarazzo foi loteado em 1950. A formação deste loteamento visava a operários de classes mais baixas recém-chegados à região, especialmente migrantes do interior e de outras cidades do ABC.

Nestes casos, os moradores construíam barracos de madeira como forma provisória de habitação. Quando estes proprietários acumulavam recursos, substituíam-nas por casas de alvenaria (MEDICI: 1992, 25).

Em 2006, o bairro Vila Francisco Matarazzo ocupava 0,35 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 5.068 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### *7.1.3 Parque Erasmo Assunção (ficha 18)*

O bairro Parque Erasmo Assunção ocupa parte de terras que, em abril de 1860, foram herdadas por João José Barbosa Ortiz, de seu pai – o tenente Francisco Barbosa Ortiz –, sob a denominação de sítio Jaçatuba.

Em 1915, o santista Erasmo Teixeira Assunção comprou muitas terras em Santo André, tendo como sócio o seu irmão Antonio

Álvaro Assunção. Entre elas, comprou uma parte do sítio Jaçatuba. A outra parte foi adquirida por José Augusto Leite Franco, em 1922.

O loteamento ocorreu em 1958. Erasmo Assunção guardava neste bairro, em um barracão de pau-a-pique, os seus cavalos de raça, cujos nomes utilizou para nomear outros loteamentos e ruas por ele abertos (MEDICI: 1992, 41).

Em 2006, o bairro Parque Erasmo Assunção ocupava 0,67 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 8.373 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *7.1.4 Vila Aquilino (ficha 27)*

O bairro Vila Aquilino foi loteado em 1956. Trata-se de um pequeno loteamento, entre os extensos bairros Santa Maria, Vila Palmares e Vila Sacadura Cabral (*Parcelamentos em Santo André*, 1970 e 1990).

Em 2006, ocupava 0,11 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 2.109 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 36 e 47).

#### *7.1.5 Vila Bastos (ficha 34)*

Em 1924, o bairro Vila Bastos foi loteado em parte das terras das chácaras de Bastos e de Suplicy. Em 1947, após desapropriação das áreas remanescentes daquelas propriedades, foram instaladas unidades oficiais administrativas do município, a escola Américo Brasiliense e a Praça IV Centenário (MEDICI: 1992, 39).

Em 2006, o bairro Vila Bastos ocupava 0,29 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 3.423 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### 7.1.6 Vila Scarpelli (ficha 40)

O bairro Vila Scarpelli ocupa terras que eram cortadas pelo caminho do Pilar. No século XIX, era um sítio de 12 alqueires chamado do Morro e pertencente a Faustina Maria do Espírito Santo.

Com a construção da SPR, aquele caminho passa a ser utilizado pelos moradores da vila de São Bernardo para chegar à estação de São Bernardo. Este sítio, então, passa a ser loteado aos pedaços a partir da década de 1920 (MEDICI: 1992, 44).

A Vila Scarpelli é loteada entre as décadas de 1970 e 1990, junto a outros bairros ao longo do caminho do Pilar próximos ao município de São Bernardo do Campo, antiga vila de São Bernardo (*Parcelamentos em Santo André* de 1970 e 1990). O nome foi dado em homenagem ao então proprietário das terras loteadas, o italiano Luiz Scarpelli.

Em 2006, o bairro Vila Scarpelli ocupava 0,77 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 7.945 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### 7.1.7 Vila Assunção (ficha 46)

O bairro Vila Assunção foi loteado em 1925, logo após a abertura do bairro Vila Alzira. Este loteamento pertencia a uma área maior, chamada de bairro Ipiranguinha, e abrigava o cemitério dos bexigentos, a primeira matriz, a Santa Casa (hoje Hospital Municipal) e o campo de futebol (hoje Estádio Américo Guazzelli).

Ipiranguinha era o nome vulgar de uma fábrica financiada a Agenor de Camargo pelo Coronel Seabra, que era o pai de sua esposa Alzira SEABRA, uma das três primeiras a ser estabelecida nas proximidades da Estação São Bernardo. Um dos terrenos desta área pertencia à família Assunção, que mantinha uma chácara no local.

Após o estabelecimento do loteamento, o bairro foi ocupado por trabalhadores da fábrica Ipiranguinha, predominantemente imigrantes italianos vindos de outras regiões, inclusive da vila de São Bernardo, que trocavam o ambiente rural pela fábrica.

Os moradores promoviam festas que se tornaram tradicionais, como a dos napolitanos e do Divino. Nesta área também ficava a fábrica de fogos que alimentava as festas da igreja (MEDICI: 1992, 54).

Em 2006, o bairro Vila Assunção ocupava 1,50 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 12.925 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *7.1.8 Vila Homero Thon (ficha 58)*

Antes da formação do loteamento, a área ocupada pelo bairro Vila Homero Thon era chamada Morro Vermelho. Neste local, Homero Thon comprou uma chácara que abastecia o mercado da capital de frutas (peras, maçãs e ameixas) e, via ferrovia, o de Santos de leite produzido por gado holandês selecionado.

Homero Thon era filho de Lucien Antoine Thon e Emma Erman Thon. Nasceu na Bélgica em 1866 e, com cinco meses, chegou com os pais ao Brasil. Casou-se com Luiza Zumbhul, filha de Lewis Zumbhul, dono da chácara Suíça, e tiveram quatro filhos – Arthur, Oscar, Homero e Luciano, sendo que estes dois últimos mantiveram atividades em Santo André, como fornecedor de leite e proprietário de secos e molhados respectivamente.

O loteamento foi aberto em 1925. Inicialmente, os lotes eram de pequenos sítios ou chácaras e, posteriormente, passaram a

apresentar características residenciais. Este loteamento foi povoado principalmente por alemães.

O nome do bairro não foi apresentado pelo proprietário, mas escolhido, por plebiscito, pelos moradores, que desejavam homenagear Homero Thon por sua iniciativa (GAIARSA: 1991).

Após a década de 1990, o bairro Tijuco Preto, originalmente um loteamento estritamente residencial formado nos anos 1930, foi incorporado pelo bairro Vila Homero Thon (*Parcelamentos em Santo André*, 1990).

Em 2006, o bairro Vila Homero Thon ocupava 1,20 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 6.061 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### 7.1.9 Vila Pires (ficha 60)

Há várias notícias sobre a Vila Pires nos anos 1920. A formação deste bairro tinha por objetivo atender à demanda por espaços planejados que fossem nas imediações do então reduzido centro urbano de Santo André.

Em 1928, setenta e nove quadras bem traçadas foram abertas e atraentes lotes vendidos, alguns dos quais próximos à linha de transmissão da Light. O comissário de café em Santos, Jorge de Barros Pires, que abriu a Vila Pires, vendeu os primeiros lotes, mas não resistiu à crise do café de 1929. Acabou hipotecando as áreas do bairro que foram vendidas a F. Cuoco & Cia., segundo Júlio Amalio Guazzelli, um dos antigos proprietários da área.

Como conseqüência, o desenvolvimento do bairro foi lento. As primeiras escolas e benfeitorias urbanas chegaram anos depois e, apenas nos anos 1950, foi implantado o cemitério Cristo Redentor e o

ginásio Pedro Dall'Antonia. O estádio municipal Bruno José Daniel só foi inaugurado no final dos anos 1960 (MEDICI: 1992, 61).

Em 2006, o bairro Vila Pires ocupava 1,16 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 8.353 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *7.1.10 Vila Junqueira (ficha 62)*

O bairro Vila Junqueira foi loteado em 1955 por Artur Junqueira, o qual dá nome ao local (GAIARSA: 1991).

Em 2006, o bairro Vila Junqueira ocupava 0,22 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 2.212 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *7.1.11 Cata Preta (ficha 72)*

O bairro Cata Preta é limitado pelo Sítio dos Vianas, o parque do Pedroso e o município de São Bernardo do Campo. Assim como o Sítio dos Vianas, não foi realizado planejamento de loteamento para este local, sendo parcialmente constituído por favelas. No ponto em que se localiza o Cata Preta, não há referência a este topônimo nos mapas *Parcelamentos em Santo André* (de 1906 a 1990).

O nome deste bairro é homenagem a antigo dono das terras: o Capitão José de Oliveira Cata Preta, que foi prefeito de São Bernardo entre os anos 1892 e 1896 (GAIARSA: 1991).

Em 2006, o bairro Cata Preta ocupava 1,34 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 5.793 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

### *7.1.12 Parque Gerassi (ficha 85)*

O bairro Parque Gerassi foi loteado em 1972 em terras que pertenceram a Homero Thon e integravam antigo sítio dos Ribeiro, também conhecido como sítio Cassaquera, registrado na Paróquia de São Bernardo desde 1856 (MEDICI: 1992).

Em 2006, ocupava 0,40 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 4.145 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 36 e 47).

### *7.1.13 Jardim Marek (ficha 86)*

O bairro Jardim Marek foi loteado em 1982. Trata-se do último loteamento aberto nas terras do antigo sítio dos Ribeiros, pertencente a Homero Thon (MEDICI: 1992).

Em 2006, ocupava 0,18 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 1.798 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 36 e 46).

## **7.2 Homenagem a parentes do proprietário/loteador**

Apresentaremos a seguir os nomes caracterizados como de homenagem cuja designação remete a alguém a quem o loteador era ligado afetivamente.

### *7.2.1 Vila Lucinda (ficha 06)*

O bairro Vila Lucinda foi loteado em 1938. Os terrenos foram comprados principalmente por migrantes do interior e de outras cidades do ABC.

Assim como a Vila Francisco Matarazzo, os moradores construíam inicialmente barracos de madeira como forma provisória de habitação, os quais eram mantidos até que recursos necessários ao estabelecimento de casas de alvenaria fossem acumulados por seus proprietários (MEDICI: 1992, 25).

Em 2006, o bairro Vila Lucinda ocupava 0,59 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 7.914 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### 7.2.2 Jardim Ana Maria (ficha 12)

O bairro Jardim Ana Maria integrava, no século XIX e início do XX, a extensa fazenda Oratório, que extrapolava a área atual de Santo André e atingia a zona leste de São Paulo e o município de Mauá (antigo Pilar). Nas primeiras décadas do século XX, a área foi parcialmente ocupada pela fazenda da Juta, projeto de Nestor de Barros, herdeiro daquela propriedade, para estabelecimento de fábrica no local.

A partir dos anos 1940, Nestor de Barros planeja lotear suas terras. A abertura das ruas, contudo, só foi realizada entre 1956 e 1957 pelo loteador Raul de Barros. A demora deveu-se a preocupação do proprietário em estabelecer um processo de ocupação sofisticado. Os lotes eram grandes, em média de 300 metros quadrados, e custavam mais em uma época de ofertas populares.

Outro desejo de Nestor de Barros, segundo depoimento de Nelson Zanotti, era pela formação de três diferentes loteamentos aos quais outorgaria o nome de cada uma de suas filhas: Ana Maria de Barros, Silvia Maria de Barros e Sonia Maria de Barros. Em 1970, contudo, os bairros Jardim Silva Maria e Jardim Sonia Maria já tinham sido incorporados ao Jardim Ana Maria (*Parcelamentos em Santo André*, 1970).



Em 2006, o bairro Jardim Ana Maria ocupava 0,56 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 4.710 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

### *7.2.3 Jardim Rina (ficha 20)*

O bairro Jardim Rina foi loteamento em meados da década de 1970. O nome é homenagem de Antonio Dal'Molin a sua esposa, Rina Vezzá, natural de Veneto, Veneza, com quem teve duas filhas: Mércia Maria e Tânia Tereza.

As ruas do loteamento foram denominadas em homenagem a sindicalistas e militantes populares falecidos que habitavam a região, conforme lei municipal 6848/91 (MEDICI: 1992, 45).

Em 2006, o bairro Jardim Rina ocupava 0,22 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 1.952 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

### *7.2.4 Jardim Alzira Franco (ficha 21)*

O bairro Jardim Alzira Franco, loteado em 1963, era parte do sítio Jaçatuba, que em abril de 1856 pertencia a João José Barbosa Ortiz. Em 1915, parte do sítio Jaçatuba foi vendida a Erasmo Assunção. A outra parte foi vendida a José Augusto Leite Franco em 1923, responsável pelo loteamento do bairro Jardim Alzira Franco (MEDICI: 1992, 41).

José Augusto era o primogênito de Antonio Cardoso Franco e Ana Josefina de Araujo Franco, que adquiriram a fazenda Oratório em 1850. Foi professor por mais de 35 anos e era casado com Alzira Franco, que homenageou em nome do bairro (*Diário do Grande ABC* de 27 de agosto de 1969).

Em 2006, o bairro Jardim Alzira Franco ocupava 0,98 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 7.426 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *7.2.5 Vila Guiomar (ficha 30)*

A área ocupada pelo bairro Vila Guiomar era propriedade de Gottlieb Ellert, o qual outorgou ao bairro o nome de sua filha, Guiomar Ellert.

Foi loteada por José Pires Castanho no início dos anos 1920 e, cinco anos depois, já estavam vendidos 210 lotes dos 232 oferecidos, cujos lotes eram destinados a trabalhadores locais de baixa renda (MEDICI: 1992).

Quando as ruas foram abertas, a atual rua da Catequese já se encontrava aberta, permitindo acesso deste loteamento ao centro de Santo André e ao município de São Bernardo do Campo. Apesar da rápida ocupação do bairro, ainda não há referências a ele no mapa *Parcelamentos em Santo André* de 1930.

Em 2006, o bairro Vila Guiomar ocupava 1,00 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 11.720 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *7.2.6 Vila Alice (ficha 36)*

Assim como o bairro Vila Guiomar, Vila Alice era originalmente propriedade de Gottlieb Ellert. Este loteamento foi aberto em 1953, e o nome atribuído pelo proprietário em homenagem a sua filha Alice Ellert (GAIARSA: 1991).

Em 2006, o bairro Vila Alice ocupava 0,232 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 2.637 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *7.2.7 Vila Gilda (ficha 42)*

O bairro Vila Gilda ocupa área que pertencia a Manoel José de Lima em meados do século XIX, o qual possuía um sítio no local onde o loteamento, limitado pelo caminho do Pilar, foi aberto.

Inicialmente, em 1926, foi loteamento em pequenas chácaras para a criação de porcos e produção de tijolos, formando um mercado de trabalho que atraiu migrantes de outras cidades e do interior paulista. A venda de lotes de perfil residencial é iniciada em 1935 (GAIARSA: 1991).

Após a década de 1990, a Vila Gilda incorporou outros três bairros que, originalmente, integram o sítio de Manoel José de Lima: Jardim do Pilar, cujo nome é decorrente de caminho homônimo; Vila Bandeirantes, topônimo em homenagem aos bandeirantes da época colonial; e Vila Apiaí, em referência ao córrego Apiaí, localizado distante deste loteamento aberto por Henrique Fichter na década de 1940 (MONTEIRO: 1995).

Em 2006, o bairro Vila Gilda ocupava 0,44 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 3.083 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *7.2.8 Jardim Stela (ficha 43)*

Assim como o bairro Vila Gilda, o Jardim Stela também foi loteado em terras que, no século XIX, pertenciam a Manoel José de Lima. Neste local se concentrou grande número de olarias, entre as quais a de Francesco Guelfo Dalla.

Segundo depoimento de Emilio Magalhães,

numa sexta feira, na porta da Pirelli, nós distribuimos folhetos de propaganda de 1200 lotes no Jardim Stella. No sábado e domingo seguinte vendemos 400 lotes. Em 30 dias terminamos de vender o resto. (MEDICI: 1992, 55)

Em 2006, o bairro Jardim Stela ocupava 0,84 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 7.621 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *7.2.9 Vila Alzira (ficha 48)*

Assim como a Vila Assunção, esta área era chamada genericamente de bairro Ipiranguinha, no qual se iniciou loteamento ainda na primeira década do século XX.

O nome deste bairro é proveniente da fábrica Ipiranguinha, financiada a Agenor de Camargo pelo Coronel Seabra, pai de sua esposa – Alzira Seabra.

A ocupação daquele bairro por trabalhadores da fábrica Ipiranguinha, predominantemente imigrantes italianos, levou à crescente urbanização da região. A iniciativa de formação de um novo loteamento foi do próprio Agenor de Camargo, o qual homenageou a esposa em nome do bairro (MEDICI: 1992, 53).

Em 2006, o bairro Vila Alzira ocupava 0,89 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 7.932 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *7.2.10 Jardim Cristiane (ficha 49)*

O bairro Jardim Cristiane foi loteado em 1968 (SANTO ANDRÉ: 2007, 36). Este bairro é indicado sob a denominação Jardim Cristiana nos mapas *Parcelamentos em Santo André* de 1970 e 1990.

O nome é decorrente de homenagem da primeira neta de Rubens Audino e Lourdes Freitas Guimarães e bisneta de Bruno Audino, primeiro membro da família Audino a chegar ao Brasil, por volta de 1897 (ASSUMPÇÃO, GAIARSA e MANIAS NETO: 1995, 3-4).

Estas poucas casas da foto pertencem ao Jardim Cristiane, próximo ao Jardim Oriental, em Santo André. Ele é novo, ainda está nascendo. Vai ser um bairro estritamente operário. De casas humildes, algumas cercadas, outras não. É mais um povoado dessa cidade gigante. (*Diário do Grande ABC*, 13 de junho de 1968)

Em 2006, o bairro Jardim Cristiane ocupava 0,58 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 9.018 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *7.2.11 Jardim Milena (ficha 51)*

O bairro Jardim Milena foi loteado em 1988. Limitado pelo Haras S. Bernardo, apresentava, em 1990, favelas em sua área (*Parcelamentos em Santo André*, 1990).

Em 2006, o bairro Jardim Milena ocupava 0,74 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 4.395 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 36 e 47).

#### *7.2.12 Vila Linda (ficha 54)*

O loteamento que deu origem ao bairro Vila Linda foi o primeiro desta região, aberto em 1948. Segundo depoimento de Octavio Paganini

a vila era muito pobrezinha. Não tinha luz, não tinha condução, não tinha padaria, não tinha nada. Pra comprar

uma folha de papel, um caderno, era preciso ir até o centro de Santo André. Da padaria Piauí para cá a (rua) Carijós não era pavimentada. Quando chovia, os ônibus não chegavam. Só vinham quando o tempo estava bom. A prefeitura não trazia obras com facilidade. Ia fazendo com o tempo. Não tinha esgoto. Usamos fossa negra direto. Faltava água. (MEDICI: 1992)

Inicialmente era uma pequena área, a qual foi, antes de 1970, cercada por outros loteamentos de limitada extensão: Jardim Guilherme, Conjunto Ana Maria, Jardim Nova Conceição, Jardim Liana, Vila Luisa, Vila Renata, Vila Áurea, Vila Eldizia, Vila Bela Vista e Jardim Progresso. Estes loteamentos possuíam um caráter popular (*Parcelamentos em Santo André* de 1970 e 1990).

Após 1990, os pequenos bairros no entorno da Vila Linda foram incorporados a este. Em 2006, o bairro Vila Linda ocupava 0,83 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 10.898 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *7.2.13 Vila Marina (ficha 55)*

O bairro Vila Marina, limitado pelo ribeirão Apiaí, foi loteado na década de 1950. Diferente do conjunto de bairros incorporados à atual Vila Linda, este permaneceu com sua designação e extensão e apresentou um projeto de loteamento estruturado (*Parcelamentos de Santo André*, de 1970 e 1990).

#### *7.2.14 Vila Helena (ficha 56)*

O bairro Vila Helena foi uma gleba loteada, em 1935, por José Balbino de Siqueira, o qual outorgou o nome em homenagem a sua esposa (GAIARSA: 1991).

Após 1990, incorporou o Jardim Cecília Maria, que tinha sido em 1955. As ruas de ambos os bairros foram abertas em duas ou três fases (*Parcelamentos em Santo André* de 1970).

Em 2006, o bairro Vila Helena ocupava 0,46 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 5.767 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### 7.2.15 Vila América (ficha 59)

O bairro Vila América foi loteado em 1928 em terras da família Gazelli, a qual chegou ao Brasil em 1883, sendo registrada a entrada de mais elementos da família até 1914.

O primeiro membro da família a adquirir terras em Santo André foi Benigno Guazzelli, em 1911. Casou-se com Rosa (Rosina) Bechelli e tiveram nove filhos: 1) Olímpia casada com Ernesto Cianeglio e tiveram filhos: Neide, Maria Lucia, Odair e Eliana; 2) Maria casou-se com Durval Penatti e tiveram filhos: Cláudio e Maria Aparecida; 3) Sauli casou-se com Helena e não tiveram filhos; 4) Joseph Casou-se com Aparecida e tiveram filhos: José Roberto, Ana Maria e Salete; 5) Jacomo Casou-se com Ivone e tiveram filhos: Rozemary e Wagner; 6) Sergio casou-se com Cleide e tiveram filhos: Rosângela, Rosana e Rogério; 7) Milton casou com Edite e tiveram filhos: Telma, Tais e Adriana; 8) Geni casou com Aldair e tiveram filhos: Denise e Cristini; 9) Oswaldo casou com Darcy e tiveram filhos: Daniella e Mirella.

Além de Benigno, vieram para o Brasil os seguintes membros da família Guazzelli: em 5/5/1883, Agostino e Stefano; em 27/1/1884, Samuele; em 3/5/1885, Samuele; em 11/1/1887, Luigi; em 4/1/1888, Carlo Domenico; em 18/3/1888, Antonio e Michele; em 19/10/1888, Antonio; em 8/12/1888, Giuseppe; em 15/7/1891,

Stefano; em 22/3/1893, Giovanni; em 14/4/1893, Emilio; em 22/2/1914, Lorindo.

A indicação dos nomes dos filhos e netos de Benigno revela que não há nenhum Américo entre eles. Já as pesquisas em registros de entrada de imigrantes confirmam que Américo, nome do avô do proprietário e homenageado no topônimo bairro Vila América, não veio para o Brasil, como consta nos arquivos do Memorial do Imigrante.

A partir da década de 1990, outros bairros foram incorporados à Vila América: Vila Pedroso, Jardim Bueno, loteamento Vezza, Jardim D. Maria (?) e loteamento Guazzelli (*Parcelamentos em Santo André* de 1970 e 1990).

Em 2006, o bairro Vila América ocupava 0,49 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 3.123 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### 7.2.16 Vila Luzita (ficha 66)

O bairro Vila Luzita foi loteado em 1938, sendo limitado pelo ribeirão Guarará e cruzado pela avenida São Bernardo (HENRIQUE: 1987).

A vila Luzita era um recanto campestre e com atrativos naturais, onde se destacava um lago com uma pequena ilha no centro. Era caracterizada como ponto de lazer. Eram famosos seus carramanchões com mesas de piquenique (depoimento de Nelson Zanoti).

Em 2006, ocupava 0,44 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 4.663 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).



### 7.2.17 Jardim Irene (ficha 69)

O loteamento do bairro Jardim Irene foi iniciado em 1951, sendo dividido em duas fases. Em 1990, parte deste bairro já estava ocupada por favelas e, nos anos seguintes, incorporou os pequenos bairros Vila Fernanda e Vila Alba (*Parcelamentos em Santo André*, 1970 e 1990).

Em 2006, o bairro Jardim Irene ocupava 0,41 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 6.672 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### 7.2.18 Vila Lutécia (ficha 79)

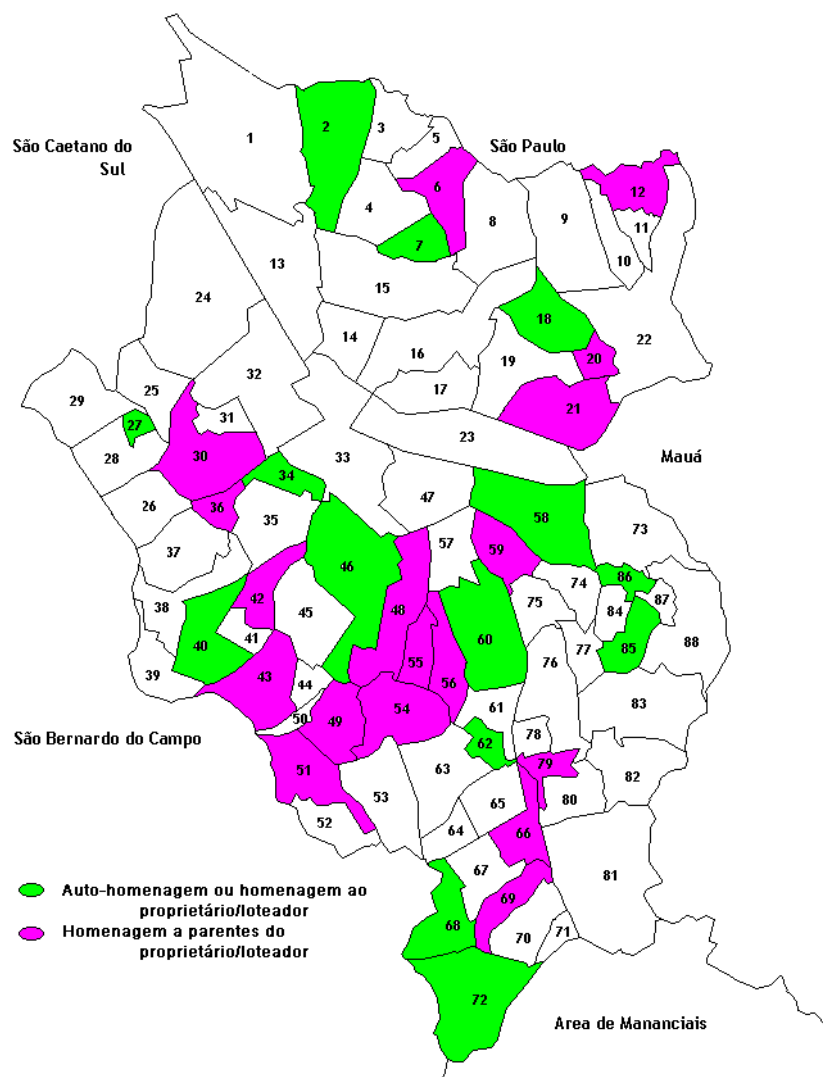
O bairro Vila Lutécia foi loteado oficialmente em 1979 (SANTO ANDRÉ: 2007, 36). Em 27 de março de 1966, contudo, o jornal News Seller, posteriormente Diário do Grande ABC, revelava a existência deste bairro:

A já populosa Vila Lutécia é completamente ignorada pelos poderes competentes. Trata-se de loteamento irregular. A vila foi criada, em forma de loteamento, pelo Sr Alberto Zirlis. Diante do terreno montanhoso, o prefeito Lauro Gomes, em 1964, resolveu embargar as construções, pois tinha consciência do perigo que as mesmas ofereciam, dada a irregularidade do terreno. Com surpresa, porém, a proibição foi relaxada e as casas construídas.

Em 2006, ocupava 0,23 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 2.731 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### 7.3 Conclusões parciais

Entre as causas de topônimos de bairros de Santo André identificadas, verifica-se um número significativo de auto-homenagens de loteadores ou proprietários ou homenagens a esses ou parentes desses: 31 dos 88 nomes de bairros analisados. 0



mapa 09. Auto-homenagens e homenagens a loteadores/proprietários.

No caso de auto-homenagem ou homenagem a loteador ou a proprietário, a maior parte destes topônimos foi atribuída na década de 1950, apesar de alguns deles serem registrados entre os primeiros

bairros de Santo André e outros formados por volta da década de 1980.

Além disso, verifica-se o predomínio de apenas da apresentação do apelido de família: 10 topônimos apresentam apenas apelido de família; um, apenas prenome; e três, a combinação de prenome e apelido de família.

Nota-se igualmente, a utilização de um primeiro formante caracterizador do bairro, em especial "Vila". Destes casos, excetua-se apenas o topônimo bairro Cata Preta, o qual, conforme explicitado, pode ser explicado em razão de não se tratar propriamente de auto-homenagem, mas homenagem póstuma a antigo proprietário das terras loteadas.

Já no caso de homenagens a parentes, entre os quais se concentram os últimos loteamentos realizados em Santo André, predomina a atribuição de apenas prenome, salvo o bairro Jardim Alzira Franco, e de mulheres, exceto o bairro Vila América.

Trata-se de loteamentos de metragem mais modesta e a existência de primeiro formante em todos os nomes registrados: sete ocorrências de "Jardim" e onze de "Vila".

## **8 Nomes sem relação propriamente dita com a região**

Neste capítulo, serão apresentados os nomes de bairros de Santo André que não têm relação direta com a região e as causas que levaram a sua atribuição. Revelam-se casos isolados de homenagem a personalidades públicas e, especialmente, topônimos formados visando à divulgação e à valorização dos lotes, estes últimos atribuídos quando a especulação imobiliária já tinha chegado à região.

### **8.1 Tradição e nacionalismo**

A solicitação de emancipação de Santo André foi embasada em uma suposta relação entre o bairro Estação de São Bernardo e a vila de Santo André da Borda do Campo, o que, se não se justificasse por uma questão administrativa, ao menos revelaria uma razão histórica e, especialmente, de tradição e nacionalismo.

Nomes não conhecidos anteriormente em ruas e bairros ou que não se mantiveram em uso ao longo dos séculos são atribuídos por loteadores e proprietários. Estes topônimos revelam o desejo de revestir de antiguidade o espaço, como é o caso dos bairros Parque João Ramalho, Vila Bartira e Vila Tibiriçá, atribuídos por um mesmo loteador.

Nomes em português que remetam ao nacionalismo adquirem outro sentido: o topônimo bairro Vila Progresso, por exemplo, implica em uma (inexistente) qualidade de vida. Os nomes em língua tupi dão sonoridade e graça especial a topônimos de centenas de

localidades brasileiras. Os nomes com tais causas toponímicas acabam inegavelmente por atender a uma finalidade de cunho mercadológico.

### *8.1.1 Parque João Ramalho (ficha 19) e Vila João Ramalho (ficha 70)*

O Parque João Ramalho era parte do sítio Jaçatuba de João José Barbosa Ortiz. Em 1955, este sítio dividido em três partes, que foram loteadas por Silvio Francisco. Atribui-se a cada lote um nome em homenagem as figuras míticas da região: João Ramalho, Bartira e Tibiriçá (SÁ: 2003; GAIARSA: 1991).

Antes de 1970, os bairros denominados Bartira e Tibiriçá foram incorporados à Vila Curuçá e ao próprio Parque João Ramalho (*Parcelamentos em Santo André* de 1970). O Parque João Ramalho foi urbanizado a partir do ano 1956 e contava, em 2006, com uma área de 0,85km<sup>2</sup> e uma população estimada em 16191 habitantes (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

Já o bairro Vila João Ramalho, loteamento limitado pelo ribeirão Guarará, possuía área de 0,55km<sup>2</sup> e uma população de 8608 moradores em 2006 (ibidem, 47).

### *8.1.2 Parque Marajoara (ficha 73)*

O bairro Parque Marajoara foi loteado em 1982, como parte do sítio dos Ribeiro. Em 2006, ocupava 1,13 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 6.951 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 36 e 47).

### *8.1.3 Vila Guarani (ficha 74)*

Originalmente, as terras ocupadas pelo bairro Vila Guarani eram pequenos sítios e chácaras e fazia parte da antiga Vila Homero Thon. Este bairro, caracterizado como bairro operário, foi loteado em 1950 por Ana Romana Marta, que recebera terras por herança (GAIARSA: 1991). Em 2006, ocupava 0,40 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 6.474 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### *8.1.4 Vila Progresso (ficha 77)*

O bairro Progresso foi loteado em 1950 para atender à crescente demanda por habitações populares. Em 2006, ocupava 0,31 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 4.828 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 36 e 47).

### *8.1.5 Vila Tibiriçá (ficha 78)*

O bairro Vila Tibiriçá, limitado pelo ribeirão Guarará e cruzado pela avenida D. Pedro I, era parte da propriedade denominada Sertão dos Beber. O loteamento foi realizado na década de 1950 e ocupado basicamente por migrantes trabalhadores (MEDICI: 1992, 67).

Em 2006, o bairro Vila Tibiriçá ocupava 0,21 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 2.272 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### *8.1.6 Vila Guaraciaba (ficha 83)*

As terras ocupadas pelo bairro Vila Guaraciaba foram, no começo do século XX, vendidas por António Miguel Maria e Benedito

Modesto. Esta área passou a integrar um loteamento estritamente residencial nos anos 1930, a Vila Humaitá.

As ruas da Vila Guaraciaba só foram abertas em 1951, e a área foi totalmente ocupada, com exceção do sítio Cassaquera, onde havia o Tancão da Morte, que foi transformado pela Prefeitura no Parque Municipal Guaraciaba (MEDICI: 1992, 64).

Em 2006, este bairro ocupava 1,24 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 8.279 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

## **8.2 Os nomes religiosos**

A atribuição de nomes de santos sem a construção de oradas no local é registrada em sete nomes de bairros de Santo André. É possível que parte destes casos seja de homenagens indiretas a parentes de loteadores ou de proprietários, santificando seus nomes. Revelam, por outro lado, a diversidade religiosa da população de São André.

### *8.2.1 Jardim Santo Antônio (ficha 04)*

O loteamento que deu origem ao bairro Jardim Santo Antônio foi aberto no final dos anos 1930, com o nome de Arraial Santo Antônio. Na década de 50, foi ocupado por migrantes vindos do interior e de outras cidades do ABC onde pagavam aluguel, em busca de terras baratas.

Neste bairro também foi comum a construção de barracos de madeira como forma provisória de habitação, enquanto não se

acumulava recursos para a substituição de tais barracos por casas de alvenaria (MEDICI: 1992, 25).

Em 2006, o bairro Jardim Santo Antônio ocupava 0,78 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 9.186 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### *8.2.2 Jardim Santo Alberto (ficha 10)*

A área do atual bairro Jardim Santo Alberto integrava, no século XIX e início do XX, a fazenda Oratório, que extrapolava a área atual de Santo André e atingia a zona leste de São Paulo e o município de Mauá (antigo Pilar).

Com o desmembramento da fazenda Oratório nas primeiras décadas do século XX, a área foi parcialmente ocupada pela fazenda da Juta, projeto de Nestor de Barros.

A fazenda da Juta atraiu pelo menos duas mil famílias do interior de São Paulo para o cultivo de juta, rami e outras fibras entre Santo André e São Paulo. Esta fazenda manteve-se em atividade entre 1929 e 1948, quando começou a abertura de loteamentos e a urbanização da área.

Parte destas terras foi comprada por Okada, um imigrante japonês, e loteada em 1955 por Alberto Pecorari, dando origem ao bairro Jardim Santo Alberto. Antes da urbanização, toda a área era conhecida por outros nomes, não oficiais, segundo mapa elaborado em 1984 por um antigo morador do Parque Novo Oratório, Domingos Moscardini.

A venda de lotes no Jardim Santo Alberto, graças a seu baixo preço, acabou sendo acelerada, apesar da existência de muitos problemas, como o da comunicação com o centro: o meio de



transporte coletivo mais próximo parava no Parque das Nações (MEDICI: 1992, 28).

Em 2006, o bairro Jardim Santo Alberto ocupava 0,39 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 5.809 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

### *8.2.3 Santa Maria (ficha 25)*

O loteamento que deu origem ao bairro Santo Maria foi aberto no início da década de 1920. Integrava o conjunto de terras do caboclo Nhonhô Maria, como era chamado Antonio Miguel Maria, caracterizadas como ponto de passagem entre Santo André e São Caetano.

Nestas propriedades, abrigaram-se vários loteamentos ao longo de duas grandes avenidas abertas para a ligação com São Caetano. Seus loteadores, os Pujol, chegaram a criar um sistema de transporte moderno para a época, baseado em bondes a vapor.

No bairro Santo Maria, havia um curandeiro muito popular, Vicente Rodrigues Vieira, também conhecido como São Vicente (MEDICI: 1992, 18; depoimento de Paschoalino Assunção).

Em 2006, o bairro Santa Maria ocupava 0,59 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 4.816 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

### *8.2.4 Jardim Bom Pastor (ficha 39)*

O bairro Jardim Bom Pastor foi loteado em 1950, em terras desmembradas da Vila Valparíso. No início do século XIX, o local em que se encontram estes bairros era propriedade de José Nóbrega de

Albuquerque, chamada sítio dos Nóbrega, e ficava fora do eixo do caminho do Pilar (MEDICI: 1992, 44).

Em 2006, o bairro Jardim Bom Pastor ocupava 0,50 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 4.494 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *8.2.5 Jardim Santa Cristina (ficha 64)*

O Jardim Santa Cristina foi loteado em 1966 e, em 2006, tinha uma área de 0,30km<sup>2</sup> e uma população estimada em 6258 habitantes (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *8.2.6 Jardim Teles de Menezes (ficha 65)*

Luís Olímpio Teles de Menezes, filho do Oficial do Exército Fernando Luís Teles de Menezes e de D. Francisca Umbelina de Figueiredo Menezes, nasceu na Bahia em 1828 e faleceu no Rio de Janeiro em 16 de março de 1893. Foi um jornalista conhecido, principalmente, como um dos pioneiros do espiritismo no Brasil (WANTUIL: 1981, 114).

O bairro Jardim Teles de Menezes foi loteado em 1978 e ocupava, em 2006, uma área de 0,50km<sup>2</sup> e com uma população estimada em 9733 habitantes (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *8.2.7 Jardim Santo Antônio de Pádua (ficha 87)*

O bairro Jardim Santo Antônio de Pádua foi o primeiro loteamento na virada dos anos 70 para 80. Era parte do antigo sítio

dos Ribeiros, registrado por Francisco Porciúncula na Paróquia de São Bernardo em 1856 (GAIARSA: 1991).

Em 2006, ocupava 0,14 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 2.409 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *8.2.8 Cidade São Jorge (ficha 88)*

O bairro Cidade São Jorge foi loteado em 1968 nas proximidades de uma olaria, cujos tijolos produzidos eram destinados as construções de Mauá e Santo André, e ao longo de uma pequena estrada, a Estrada da Olaria. Seus lotes eram de 250 m<sup>2</sup> e foram vendidos rapidamente. Era parte remanescente do sítio dos Ribeiro ou sítio Cassaquera (GAIARSA: 1991).

Possuía, em 2006, uma área de 1,17km<sup>2</sup> e uma população estimada em 11.761 habitantes (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### **8.3 Homenagens a personalidades públicas e a animais**

As homenagens realizadas em Santo André que não tratam diretamente da região, como se tem visto, são limitadas e de causas toponímicas esparsas. Revelam-se entre os casos isolados dois antropotopônimos em que o homenageado não figura entre moradores, loteadores ou parentes destes e um topônimo em homenagem a animal de proprietário.

Estes dois nomes cuja homenagem é realizada a indivíduos que não possuíam nenhum vínculo com a região são: Vila Príncipe de Gales, o qual foi atribuído por um loteador de origem inglesa, e Vila Sacadura Cabal, nome sugerido por um motorista de taxi e aprovado

em votação pública. O terceiro topônimo é Vila Curuçá, nome de cavalo favorito de proprietário.

### *8.3.1 Vila Curuçá (ficha 16)*

As terras ocupadas pelo bairro Vila Curuçá faziam parte do sítio Jaçatuba, que, em abril de 1856, foram herdados por João José Barbosa Ortiz. Em 1915, parte deste sítio foi vendida a Erasmo Assumpção e outra parte, em 1922, foi vendida a José Augusto Leite Franco.

O santista Erasmo Teixeira de Assumpção, bacharel em direito pela São Francisco, formado em 1894, era industrial, membro da Companhia São Paulo de Seguros, fazendeiro e banqueiro, tendo fundado com o coronel José Paulino Nogueira o Banco Comercial de São Paulo em 1912.

Além de parte do sítio Jaçatuba, Erasmo Teixeira Assumpção comprou muitas outras terras em Santo André, tendo como sócio seu irmão Antonio Álvaro Assumpção.

Curuçá, corruptela em tupi de "cruz", era o nome do cavalo predileto de Erasmo Teixeira Assumpção, que era grande apreciador e possuidor de cavalos. Erasmo Teixeira Assunção Bisneto, em entrevista, recorda-se de ter brincado muito na área das cavalariças, mas não se lembra dos nomes dos cavalos.

Já Medici (1992, 41) revela que, ao lotear parte de suas terras em 1928, Assunção atribuiu às ruas o nome de seus outros cavalos. Curiosamente, todos os nomes eram de origem tupi: Anhaia, Anhanguera, Anhembi, Apiaí, Arai, Aracati, Araguaia, Arujá, Aimberé, Baturité. Todas essas ruas já constavam no Álbum de São Bernardo de 1936.

Neste loteamento foi reservada uma parte da chácara que hoje abriga o Parque Regional da Criança. Quando Erasmo Assumpção se afastou da região por causa da crise imobiliária decorrente da crise do café, as cocheiras dos seus famosos cavalos foram invadidas e serviram de morada para famílias de baixa renda. A partir do final dos anos 1940, começam a chegar os primeiros nordestinos, atraídos pelas indústrias Rhodia, Kowarick e outras.

Em 2006, o bairro Vila Curuçá ocupava 1,42 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 13.577 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### *8.3.2 Vila Príncipe de Gales (ficha 26)*

O loteamento do bairro Vila Príncipe de Gales se deu em 1935, na interligação entre o centro de Santo André e o bairro dos Meninos (hoje Rudge Ramos, em São Bernardo). As terras e a empresa loteadora eram do inglês Charles Murray, que era o executivo principal da SPR. Logo este bairro passou a contar com luz elétrica, telefone, escola e igreja.

Em 1950 surge um novo loteamento nessa área, denominado bairro Tangará, no sítio Tangará, de propriedade do Coronel Diogo e adquirido por Charles Murray, com 437 lotes. Este loteamento não obteve sucesso, e a área foi declarada de utilidade pública, abrigando hoje a Fundação Santo André, mantenedora do Centro Universitário Fundação Santo André. Segundo um de seus moradores o sítio Tangará "tinha 18 alqueires e nove campos de golfe, onde chegavam a descer aviões" (MEDICI: 1992, 34).

Há uma informação (não confirmada) que, na propriedade de Murray, teriam se hospedado os dois príncipes ingleses, Edward e

Albert, daí o nome de Príncipe de Gales (depoimento de Nelson Zanoti).

Em 2006, o bairro Vila Príncipe de Gales ocupava 0,62 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 3.310 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

### *8.3.3 Vila Sacadura Cabral (ficha 28)*

O nome do bairro Vila Sacadura Cabral é homenagem ao aviador português que realizou a primeira travessia aérea de Lisboa até o Rio de Janeiro. Este bairro foi loteado em 1952.

O nome foi dado por sugestão do motorista de praça que transportou Sacadura Cabral durante estada do aviador em Santo André, que visitava o sítio dos Tangarás pertencente a Charles Murray, executivo da São Paulo Railway. O motorista ficou encantado com a simpatia do herói nacional e sugeriu seu nome aos moradores do local (MEDICI: 1992, 22).

Em 2006, o bairro Vila Sacadura ocupava 0,67 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 9.939 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

## **8.4 Nomes que se remetem a boas características**

A atribuição de nomes que remetam a boas características também é verificada em dois bairros de Santo André: Jardim das Maravilhas e Jardim Alvorada. São nomes que não se encontravam na região antes, conforme pesquisa realizada, e foram dados a fim de

atrair sensações agradáveis, não necessariamente condizentes com o local.

#### *8.4.1 Jardim das Maravilhas (ficha 05)*

Antes de iniciar o processo de urbanização do bairro Jardim das Maravilhas, as terras da região eram vendidas como sítios ou chácaras, em grandes porções, das quais os herdeiros de Leandro Soares eram proprietários de grandes extensões. O que viria a ser o distrito de Utinga não passava de um grande campo de boiada (depoimento de Paschoalino Assunção).

O loteamento Jardim das Maravilhas foi aberto no ano 1953 e ocupado por migrantes vindos do interior e de outras cidades do ABC. Eram lotes de baixo custo, nos quais eram construídos barracos de madeira.

Mesmo com a manifestação mais concreta da urbanização em Santo André a partir de meados da década de 50, os loteamentos ainda preservavam muitas chácaras. Esta característica rural recente pode ser exemplificada no depoimento de Maria Januária, migrante de Minas Gerais. Ela veio para Santo André em 1947 e lembra que o Jardim das Maravilhas era um pasto. Neste local não havia luz elétrica, nem qualquer outro benefício (MEDICI: 1992, 24).

Em 2006, o bairro Jardim das Maravilhas ocupava 0,34 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 4.094 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### 8.4.2 Jardim Alvorada (ficha 53)

O bairro Jardim Alvorada foi loteado a partir de 1964. Outro loteamento de mesmo nome – o bairro Conjunto Alvorada – foi registrado em 1970 em área distante daquele, sendo que este nome não foi mais registrado no mapa *Parcelamentos em Santo André* de 1990.

Em 2006, este bairro ocupava 0,89 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 12.457 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

### 8.5 Homenagem à diversidade cultural e corotopônimos

A existência de corotopônimos, nomes criados a partir de topônimo de outra localidade, foi registrada em oito bairros de Santo André. A escolha destes nomes atende ao desejo de atribuir características próprias a locais assim denominados ao bairro que é criado: descontração – Jardim Jamaica e Vila Valparaíso; resistência – Vila Palmares; tradição – Jardim Vila Rica; luxo – Vila Alpina, Jardim Las Vegas e Jardim Ipanema; e riqueza – Centreville. Destaca-se o topônimo bairro Parque das Nações pela homenagem a diversidade cultural presente em Santo André.

#### 8.5.1 Parque das Nações (ficha 15)

O bairro Parque das Nações foi loteado em 1925. Fazia parte da fazenda do Oratório e foi ocupado primeiramente por europeus de diversas origens, o que ocasionou a atribuição de seu nome. Muitos santistas também vieram para o Parque das Nações em busca de clima mais ameno, e, na época, este era um dos poucos loteamentos



que oferecia bons terrenos e possibilidade de construção de casas imediatamente (MEDICI: 1992).

Em 2006, ocupava 1,50 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 16.844 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *8.5.2 Vila Palmares (ficha 29)*

A área ocupada pelo bairro Vila Palmares era parte da fazenda Boa Vista. O loteamento se deu em 1930, embora haja uma planta de 1924, cuja posição das ruas é até hoje respeitada. Não tinha infraestrutura, nem saneamento básico. Foi a maior favela da cidade.

O nome de cunho histórico, homenageando o famoso Quilombo dos Palmares, foi sugerido pelo padre Rubens Chasseraux e votação dos moradores (MEDICI: 1992, 22).

Em 2006, o bairro Vila Palmares ocupava 0,95 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 15.335 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *8.5.3 Vila Alpina (ficha 31)*

O bairro Vila Alpina, ponto de passagem para São Paulo, foi loteada em 1923 por José Gonzaga Franco Filho. Entre 1942 e 1952, foram construídos no local conjuntos habitacionais do IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários –, os quais foram vendidos a trabalhadores da cidade e do interior do estado que vieram com a expansão da indústria local.

Ao longo dos anos 50 e 60, estes conjuntos habitacionais foram apontados como modelo de habitação popular e serviram como plataforma de muitos políticos e administrações, que estampavam

fotografias das construções em toda sorte de publicações (MEDICI: 1992, 30).

Em 2006, o bairro Vila Alpina ocupava 0,24 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 1.962 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *8.5.4 Vila Valparaíso (ficha 37)*

O bairro Vila Valparaíso era parte do sítio de Manoel José de Lima. A área era cortada pelo caminho do Pilar e acesso dos moradores da Vila de São Bernardo para a estação da SPR.

A Vila Valparaíso foi loteada em 1929 e era chamada de bairro dos gringos, em referência aos seus primeiros moradores, a maioria de origem europeia, especialmente alemães, lituanos e iugoslavos. O apelido do ônibus que servia o local era Cata Gringo (MEDICI: 1992, 44).

Em 2006, este bairro ocupava 0,77 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 7.773 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 47).

#### *8.5.5 Jardim Jamaica (ficha 44)*

O Jardim Jamaica foi loteado em 1970 e possuía, em 2006, uma área de 0,18km<sup>2</sup> e uma população estimada em 1.431 habitantes (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *.5.6 Jardim Las Vegas (ficha 52)*

O bairro Jardim Las Vegas foi loteado em 1981 e obrigou intensa organização popular, por ser um loteamento irregular. Apesar de localizado em Santo André, o acesso a este bairro só era possível pelo município de São Bernardo do Campo. Um problema enfrentado

pelos moradores era a erosão, que impedia a boa edificação de residências.

Em 1980, segundo o morador Benedito Mariano, um panfleto com informações não verdadeiras atraiu compradores:

Terrenos no bairro Baeta Neves, a mil metros do Paço Municipal de São Bernardo, com água encanada, luz, guias, sarjetas e outras melhorias. Lotes a partir de 125 m<sup>2</sup>, com 10% de entrada e 42 meses sem juros. Visite o Jardim Las Vegas. (MEDICI: 1992, 58)

Em pouco tempo, cerca de 1.500 lotes foram vendidos com facilidade. Em 2006, o bairro Jardim Las Vegas ocupava 0,45 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 6.443 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *8.5.7 Jardim Vila Rica (ficha 71)*

As terras que ocupam o bairro Jardim Vila Rica faziam parte de uma gleba pertencente ao banco Munhoz, empresa conhecida por lotear terras em São Paulo, principalmente nos atuais bairros de Pirituba, Lapa, Freguesia do Ó, Cachoeirinha e Bairro do Limão.

Em 1966, estas terras foram vendidas a Francisco e Miguel Serrano Idalgo, que as lotearam. O nome teve por motivação a antiga denominação de Ouro Preto (MEDICI: 1992, 72).

Em 2006, o bairro Jardim Vila Rica ocupava 0,16 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 1.480 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *8.5.8 Jardim Ipanema (ficha 76)*

O bairro Jardim Ipanema foi loteado em 1958 de forma lenta e ocupado predominantemente por migrantes e trabalhadores das indústrias da região. Era parte da propriedade denominada Sertão dos Beber e sua denominação se deve a busca de identificação com o bairro e a praia de mesmo nome na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil (MEDICI: 1992, 67).

Em 2006, este bairro ocupava 0,88 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 8.867 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

#### *8.5.9 Centreville (ficha 84)*

O bairro Centreville foi uma tentativa de fazer um loteamento para famílias de renda média e alta em Santo André. O seu lançamento contou com propaganda e matéria especial no programa dominical televisivo Fantástico da Rede Globo. O nome e todas as imagens utilizadas na divulgação deste loteamento faziam referência à comunidade homônima no estado norte-americano da Virgínia.

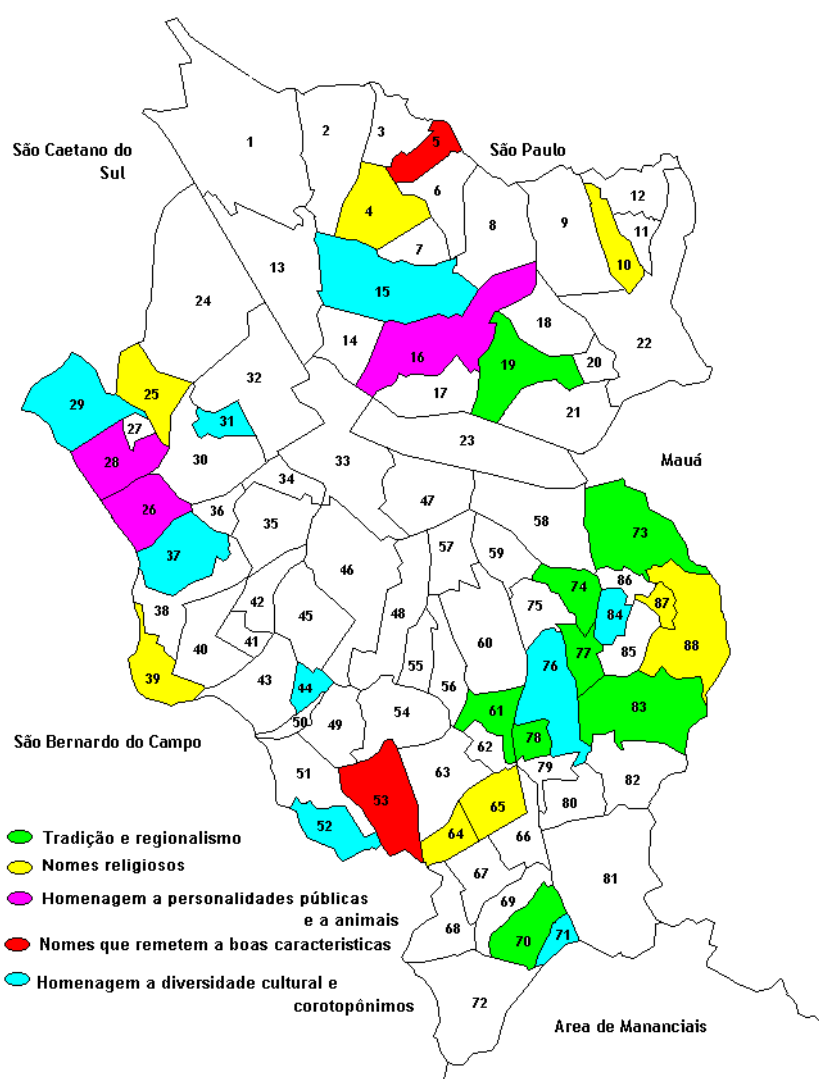
O loteamento começou a ser realizado nos anos 70, com financiamento da Caixa Econômica Federal. A empresa loteadora, porém, faliu, e os terrenos e casas abandonados foram invadidos em duas ocasiões: 16 de junho de 1982 e 12 de fevereiro de 1983.

As ocupações do Centreville deram origem à famosa Radio Peão, pois eram combinadas em assembléias com cerca de 200 trabalhadores e nenhuma informação vazou (MEDICI: 1992, 65).

Em 2006, o bairro Centreville ocupava 0,25 km<sup>2</sup> e tinha uma população estimada de 4.658 moradores (SANTO ANDRÉ: 2007, 46).

## 8.6 Conclusões parciais

A atribuição de nomes sem relação direta com a região revelou-se, assim como as causas toponímicas identificadas, esparsa e descontínua, tanto em relação ao tempo, ocorridas desde a década de 1920 até os últimos loteamentos registrados, quanto ao espaço, como se percebe no mapa a seguir:



mapa 10. Nomes sem relação direta com a região.

Certamente a especulação imobiliária levou à indicação da maior parte destes nomes. Nomes indígenas e que tivessem alguma relação com a vila de Santo André da Borda do Campo, apesar de

remeter a uma tradição inexistente, valorizavam as terras e, conseqüentemente, os loteamentos abertos.

Já os corotopônimos revelam localidades e, em muitos destes casos, qualidade de vida almejadas pelos moradores, as quais não condiziam com a paisagem encontrada nos bairros. Neste sentido, além do bairro Parque das Nações, percebe-se que outros quatro dos nove nomes com tais motivações toponímicas têm *Jardim* como primeiro formante, indicando, como visto no Capítulo 5, a busca por um modelo de loteamento que não condiz com o encontrado: Jardim Jamaica, Jardim Las Vegas, Jardim Vila Rica e Jardim Ipanema.

A atribuição de nomes que imprimam boas características tem as mesmas funções e características: o local que se deseja morar, articulado ao termo *Jardim* como primeiro formante: Jardim das Maravilhas e Jardim Alvorada.

A quinta causa toponímica analisada neste capítulo concerne a nomes religiosos sem a presença de orada na região. É possível que parte destes nomes seja a santificação de nomes de pessoas, retomando o culto ao ego andreense.

Entre estes nomes, por outro lado, destacam-se os bairros Cidade de São Jorge, o qual ratifica a popularização de São Jorge no país, especialmente por força do sincretismo religioso e pelos cultos afro-brasileiros e Jardim Teles de Menezes, um dos pioneiros do espiritismo brasileiro.

A referência a São Jorge – imagem recorrente no candomblé e na umbanda e representação de Ode, Ogum e Oxossi – e a Teles de Menezes indica que as homenagens não estão restritas ao universo católico e, por serem atribuídos a loteamentos de 1968 e 1978 respectivamente, revelam a diversidade religiosa e cultural da população que ocupou Santo André.

## 9 Conclusão

O ato de nomear é inerente ao ser humano; é fundamental para a indicação dos espaços e a tomada de posse de terras. Objetivando estudar os nomes próprios de lugar, a Toponímia registra os fatos e ocorrências que levaram um indivíduo ou uma população a nomear os elementos geográficos humanos ou físicos da paisagem em que se insere.

Nos últimos anos do século XIX, Leite de Vasconcelos apresentou pesquisas sobre a Toponímia portuguesa. Na década de 1920, Dauzat, que estudava a formação histórica de palavras francesas, reuniu grupo de jovens estudantes e passou a dedicar-se aos estudos onomásticos, iniciados na década anterior por outro pesquisador – Lognon –, também na França. Entre os resultados dos trabalhos de Vasconcelos, destacam-se as “causas que deram origem ao nome”; e de Dauzat, a classificação de topônimos segundo causas históricas.

Na década de 1980, no Brasil, Dick aproximou os estudos toponímicos de outras ciências lingüísticas, como a Lexicologia e a Terminologia. Propõe, a partir da observação dos nomes de lugar brasileiros, princípios teóricos e metodologia para estudos de topônimos. Ressaltam-se, também, os modelos taxionômicos, cuja perspectiva de análise se aproxima das apresentadas por Vasconcelos, que revelam os elementos privilegiados pelo homem na ocupação da terra e as crenças e as atividades por ele exercidas, indicando as motivações toponímicas mais recorrentes.

Entre os resultados de diversos estudos consultados, pesquisas sobre textos bíblicos, nos quais há referências de os lugares tomarem o

nome de seus possuidores, numa valorização do indivíduo sobre a terra e o solo, permitem compreender como a posse do território pode gerar diferentes modelos de engredramento de topônimos.

Com base nestas observações, 88 nomes de bairros do município de Santo André, em São Paulo, foram analisados. Primeiramente, constatou-se que, muito embora esta cidade cultue 500 anos de existência, a verdade é que nada liga a Santo André da Borda do Campo, fundada por João Ramalho, com a Santo André atual. Na época de sua emancipação, nem mesmo o lugar onde aquela se assentava corresponde ao indicado como tal.

O surgimento daquele que se tornaria o município de Santo André, ocorre em 1867 com o nome de *bairro da Estação de São Bernardo*. Há, portanto, quase 150 anos formava-se Santo André, o que o torna relativamente novo em termos históricos.

A formação deste aglomerado humano deve-se a necessidade de ligar São Paulo a seu porto, Santos, para escoar a produção do café paulista, principal produto brasileiro de exportação, a qual levou a construção de uma estrada de ferro, a São Paulo Railway (SPR).

A busca de terrenos adequados, quer quanto à topografia, quer quanto ao valor das terras, fez com que a escolha recaísse sobre o vale do rio Tamanduateí. Esta região, a leste da cidade de São Paulo, era ocupada por propriedades rurais, muitas das quais rodeadas por várzeas, quando não formadas por terrenos alagadiços.

Entre as freguesias atingidas pelos seus trilhos, encontrava-se a de São Bernardo, cuja sede definitiva, com igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem, se localiza ao longo da estrada do Oratório, que ligava São Bernardo a São Paulo (zona leste), e o



caminho do Pilar, que ligava São Bernardo a Mogi das Cruzes. A fazenda dos beneditinos, originalmente dada como sede da freguesia e possivelmente onde se localizava o povoado de João Ramalho, já era conhecida como São Bernardo Velho na década de 1860 e ficava a norte desta localidade.

A estação de São Bernardo foi construída pouco distante deste ponto, já que a SPR margeava o rio Tamanduateí e as estradas terrestres buscavam apenas cruzar os cursos d'água, próxima a grandes lotes de terra. Essa localização privilegiada foi o motor que impulsionou o crescimento do novo povoado, pois as terras eram baratas e a ligação com as cidades vizinhas era facilitada pela estrada de ferro.

Estes foram também os motivos que incentivaram empresas a adquirirem terrenos e construírem fábricas em torno da estação. As primeiras fábricas foram a Streiff, de cadeiras, e Seabra e Kowarick, ambas tecelagens.

A implantação destas indústrias abriu um grande mercado de trabalho o qual gerou um forte processo de migração. Um grande contingente de trabalhadores, tanto nacionais, vindos de diversas cidades paulistas e mesmo de outras regiões do Brasil, quanto estrangeiros, fixou-se na estação de São Bernardo em busca de trabalho.

Como consequência, houve a necessidade de fixação desses trabalhadores e suas famílias na região próxima aos postos de trabalho. Com o aumento de moradores nas proximidades da estação de São Bernardo, surge o bairro Estação de São Bernardo, base para o município de Santo André.

Estes acontecimentos foram decisivos para os pedidos por desmembramento de São Bernardo e a formação de um novo distrito. Muitos dos antigos grandes proprietários destas terras se dedicaram na emancipação do bairro-estação, entre eles destaca-se o empenho decisivo dos Fláquer.

Na época dos pedidos, o argumento central era a valorização de um (suposto) passado mítico das terras próximas à estação, ditas sede da povoação de João Ramalho, e antes do crescimento realmente significativo deste bairro.

Certa autonomia é adquirida em 1910, quando é criado o distrito já denominado Santo André. O boom imobiliário é verificado neste período. Na década seguinte, já município de Santo André, torna-se mais importante que São Bernardo.

Para estudar a denominação dos bairros de Santo André, realizou-se levantamento de mapas desta região desde 1906, nos quais foram identificados os bairros e seus nomes à época de sua instalação e o perfil dos aglomerados humanos formados ao redor do bairro da Estação de São Bernardo e suas relações com regiões contíguas.

Verificou-se a tendência à incorporação de um primeiro formante ao topônimo: Vila, Jardim, Parque, Condomínio, Sítio e Cidade. Estes formantes também são periodizados: primeiramente os bairros Vila são constantes, substituídos na década de 1950 pelos bairros Jardim e, em menor frequência, pelos bairros Parque; os bairros Condomínio e Cidade apresentam-se em apenas um topônimo cada, assim como o bairro Sítio, decorrente de toponimização de antigo nome e seu elemento geográfico.

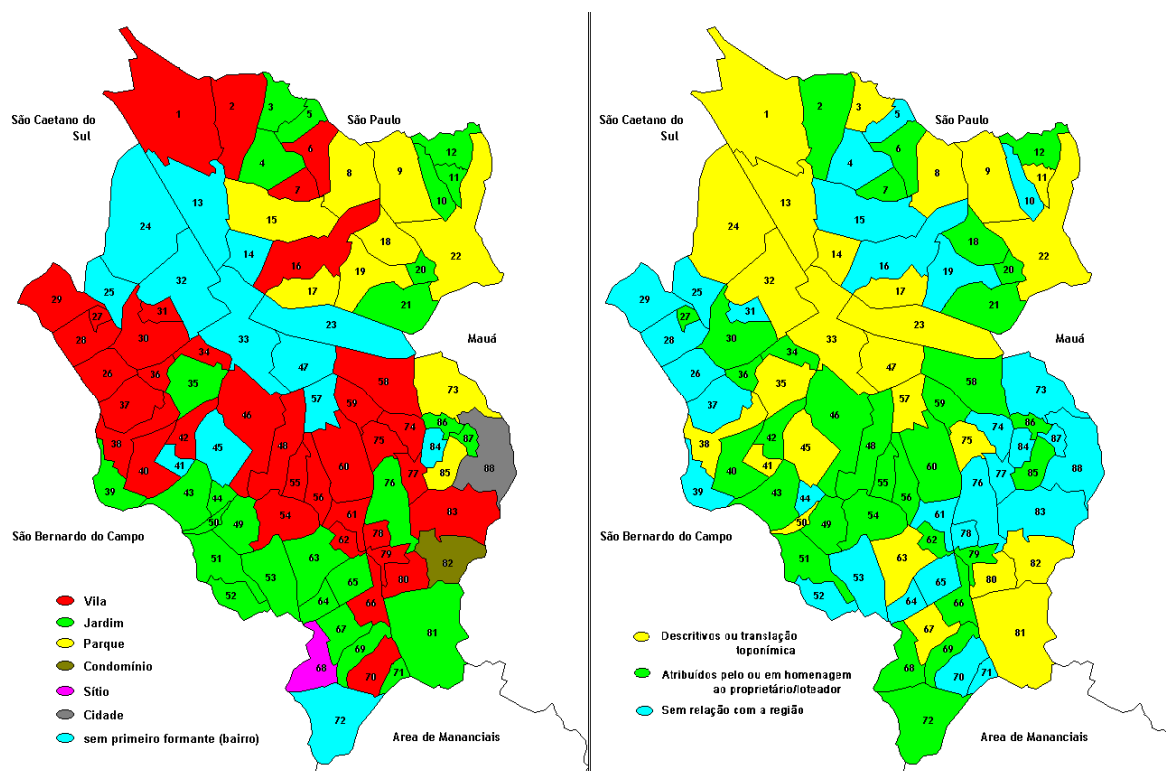
As causas toponímicas encontradas para a denominação dos bairros de Santo André foram, em sua maioria, relacionadas à exaltação do ego dos loteadores ou dos donos das terras e a homenagens a parentes destes. No primeiro caso, tem-se Vila Bastos, Vila Assunção, Vila Scarpelli, Bairro Silveira, Vila Pires, Vila Junqueira, Sítio dos Vianas, Parque Gerassi, Jardim Marek, entre outros e, no caso de homenagens a esposas, filhas e demais parentes, Vila Lucinda, Jardim Ana Maria, Parque Erasmo Assunção, Jardim Rina, Jardim Alzira Franco, Vila Alzira, Vila Guiomar, Vila Alice, Vila Gilda, Jardim Stela, Jardim Cristiane, Jardim Milena, Vila Marina, Vila Helena, Vila Jardim Irene e até mesmo a Vila América, que homenageia um ancestral da família que permaneceu na Itália.

Há também outras causas: topônimos dedicados a figuras míticas da região, como Parque João Ramalho, Vila João Ramalho, Vila Tibiriçá e Vila Bartira, e nomes existentes antes da urbanização da região, como Parque Oratório, Jardim Utinga, Jardim Itapoan e Silveira.

Poucos são os nomes sem qualquer relação com Santo André. Neste caso, verificam-se corotopônimos atribuídos a bairros loteados especialmente nas últimas décadas do século XX- Jardim Jamaica, Jardim Oriental, Jardim Las Vegas, Jardim Vila Rica, Jardim Ipanema, Condomínio Maracanã e Centreville –, em geral, com grande apelo imobiliário; hierotopônimos e hagiotopônimos sem vinculação com templos religiosos, entre os quais se confirma variedade cultural e religiosa pela presença de nomes não relacionados apenas com o catolicismo – Jardim Santo Antônio, Jardim Santo Alberto, Jardim Santa Cristina, Jardim Santo Antônio de Pádua, Cidade São Jorge e Jardim Teles de Menezes; e apenas dois casos de homenagem a

personalidades sem qualquer vínculo com Santo André – Vila Príncipe de Gales e Vila Sacadura Cabral.

O confronto das tendências de primeiro formante e de causa toponímica mostra que estes dois fatores acompanham, ao longo das décadas, a ocupação do espaço em Santo André:



mapa 11. Comparação entre primeiro formante e causa toponímica.

Ao longo da SPR, local primeiramente ocupado, verificam-se os poucos topônimos que não apresentam primeiro formante e maior concentração de nomes que se baseiam em elementos encontrados na paisagem, seja pela descrição ou translação toponímica.

Na década de 1930, o município expande a sul da estação de São Bernardo. Concentra-se neste ponto os bairro Vila e os nomes de loteadores e de proprietários. Ainda a sul, mais rumo ao município de

São Bernardo, encontram-se, especialmente, as homenagens a esposas e filhas destes. Estes toponímicos particularmente recorrentes na década de 1950 tendem a incorporação do primeiro formante Jardim paralelamente à Vila.

Os bairros Jardim e Parque encontram-se a norte da SPR e nos limites de Santo André com São Bernardo. Tratam-se das áreas ocupadas ao longo da segunda metade do século XX e que concentram nomes cuja causa não tem relação direta com o município.

Assim, em Santo André, cuja formação como aglomerado humano tem menos de 150 anos e onde houve a necessidade de rápido desenvolvimento, as tendências de formação de nomes acompanham a sua rápida urbanização. A quantidade restrita de topônimos cuja causa relaciona-se a elementos presentes anteriormente na paisagem, a concentração de nomes em homenagens a proprietários, loteadores e seus parentes e o predomínio de primeiro formante Jardim, seguido por Vila, revela formação recente de Santo André.

Para concluir, é conveniente frisar que, ao longo da história de várias sociedades, exemplos de fenômenos de mudança toponímica são encontrados. Uma observação sobre o hábito geral de povos conquistadores da Antiguidade de trocar os nomes dos locais subjugados, demarcando sua propriedade nesses territórios, aponta as invasões e conquistas como fator condicionante externo a essas mudanças toponímicas e, ao mesmo tempo, pode indicar caminhos para a compreensão do encaixamento social desse fenômeno.

## Bibliografia

### Bibliografia básica

BLIKSTEIN, I. *A Fabricação da Realidade*. São Paulo: Cultrix, 1990

CARDOSO, A. L. *Toponímia brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961 (Coleção General Benício : v. 9).

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux. Origine et evolution*. Paris: Payot, 1922.

\_\_\_\_\_. *Les noms de personnes. Origine e évolution. Prénoms – Noms de famille – surnoms – pseudonymes*. 4. ed. Paris: Librairie Delagrave, 1946.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

\_\_\_\_\_. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos*. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. O Léxico Toponímico: Marcadores e Recorrências Lingüísticas. Um Estudo de Caso: a Toponímia do Maranhão. In: *Anais da XLVII Reunião Anual da SBPC*, v. II. São Luís: 1995, p.338-47.

\_\_\_\_\_. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

\_\_\_\_\_. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. In: *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina*. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1996.

\_\_\_\_\_. Métodos e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: *Investigações. Lingüística e Teoria Literária*, v. 9. Recife: 1999. p. 119-148.

\_\_\_\_\_. A parassinonímia nas práticas onomásticas. In: *Cadernos do CNLF (Círculo Nacional de Lingüística e Filologia)*. Rio de Janeiro:

2000. p. 30-40.

\_\_\_\_\_. Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolingüística da toponímia brasileira. In: *Investigações Lingüística e Teoria Literária*. Recife, v.13-14. Recife: 2001. p.153 – 172.

\_\_\_\_\_. Aspectos de etnolingüística: a toponímia carioca e paulistana. Contrastes e confrontos. In: *Revista da USP*, n. 56. São Paulo: dez/fev 2002-3. p. 180-191.

\_\_\_\_\_. A língua de São Paulo. In: *Revista da USP*, v. 63. São Paulo: 2004a. p. 36-63.

\_\_\_\_\_. Rede de Conhecimento e Campo Lexical: Hidrônimos e Hidrotopônimos na Onomástica Brasileira. In: Isquerdo & Krieger (org). *As Ciências do Léxico - vol. II*. Campo Grande: ed. UFMS, 2004b. p.121-130.

DRUMOND, C.; NOGUEIRA, A. R. Estudo Toponímico do rio Tietê. In: *Separata dos Anais do Museu Paulista*. Tomo XXXI. São Paulo: 1982.

DRUMOND, C. *Contribuição do Bororo à toponímia brasílica*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1965 (Publicações do Instituto de Estudos Brasileiros; 1).

FURTADO, S. S. *A Toponímia e a Cartografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1960.

GONSALVES, D da L. *Um estudo da toponímia da porção sudoeste de Mato Grosso do Sul: acidentes físicos e humanos*. Mato Grosso do Sul: Dissertação de Mestrado – UFMS, 2003.

HENRIQUE, R. F. *Os bairros de Santo André: levantamento toponímico*. São Paulo: USP, 1987

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: ed. Nacional; ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

\_\_\_\_\_. *Semantics*. Cambridge: University Press, 1977.

\_\_\_\_\_. *Novos horizontes em lingüística*. Tradução de Geraldo Cintra.

São Paulo: Cultrix, 1976.

PAIS, C.T. Conceptualização, denominação, designação: relações. In: *Revista Brasileira de Lingüística*, v. 9, n. 1. São Paulo: 1997. p. 221-239.

POTTIER, B. *Linguistique générale: théorie et description*. Paris: Klincksieck, 1974 (Initiation à la linguistique: Série B, Problèmes et méthodes; 3).

RAMOS, J. M.; VENÂNCIO, R. P. Topônimos mineiros: uma fonte para a história social da língua portuguesa. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. (orgs.). *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*, vol. 4. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

RAMOS, R. T. Processos de mudança toponímica e sua abordagem pela teoria da variação e mudança lingüística. In. *Revista Philologus*, ano 13, n. 38. Rio de Janeiro: 2007.

ROMÃO DA SILVA, J. *Geonomásticos Cariocas de Procedência Indígena* (xerox parcial). Rio de Janeiro: Secretaria-Geral de Educação e Cultura do estado da Guanabara, 1965.

ROMÃO DA SILVA, J. Função e Destino de Utilidade Geográfica da Toponímia. In: *Boletim Geográfico; Conselho Nacional de Geografia-IBGE*. Ano XXIV, nº 187. Rio de Janeiro: jul/ago, 1965.

ROSTAING, C. *Les Noms de lieux*. 7.<sup>a</sup> ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1969 (Que sais-je?. N.º 176).

SALAZAR-QUIJADA, A. *La toponimia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1987.

\_\_\_\_\_. Restauração histórica da Vila de Santo André da Borda do Campo. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 9. São Paulo: 1904.



SAPIR, E. *Língua e ambiente. A lingüística como ciência*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

STEWART, G. R. *Names on the Land, a study on the etymology of American place-names*. New York: Armed Services Editions, 1945.

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VASCONCELOS, J. L. *Opúsculos*, vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

### **Bibliografia complementar**

ABREU, C. de. *Caminhos Antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

AMADO, J.; FIGUEIREDO, L. C. *Brasil 1500: quarenta documentos*. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

ARAÚJO, M. F. I. Os cem últimos anos na história da cidade e a formação da grande São Paulo. In: SÃO PAULO (Estado); Secretaria de Planejamento e Gestão; Fundação Seade. *Cenários da urbanização paulista: a região administrativa da Grande São Paulo*. São Paulo: Fundação Seade, 1992. p.15-51. (São Paulo no Limiar do Século XXI, 6).

ASSUMPÇÃO, P.; GAIARSA, O.; MANIAS NETO, C. *Famílias Ilustre e Tradicionais de Santo André*, vol. 2. São Bernardo do Campo: edições Memória Nacional São Bernardo do Campo, 1995.

AYROSA, P. M. da S. As "entradas" de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot - O Barão de Antonina. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 28. São Paulo: 1930. pp. 221-229.

\_\_\_\_\_. Um "croquis" da situação de N.S. Loreto. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 28. São Paulo: 1930, pp. 218-267.

AZEVEDO, A. (dir). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*, 4 vols. São Paulo: Nacional, s.d.

BEEVERS, R. *The Garden City utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. Basingstoke and London: Macmillan, 1988.

BARBOSA, N. A. M. *Subsídios Históricos*, vol. 1. São Bernardo do Campo: Prefeitura, 1971 (Mimeografado)

CATANI, A. M. Saudades de Santo André In: Catani, D. B.; Vicentini, P. P. (orgs). *Formação e autoformação: saberes e práticas nas experiências dos professores*. São Paulo: Escrituras, 2006.

CARVALHO, C. M. de. *Genealogia dos Distritos, Municípios e Comarcas Paulistas*. São Paulo: ed. Resenha Tributária, 1998.

CORTESÃO, J. *A Fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1995.

CORTESÃO, J.; CALMÓN, P. *História da América: Brasil*. Barcelona: Salvat Editores S.A., 1956.

FERNANDES, A. de A. *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, 2ª ed. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1997.

GUERREIRO, Fernão. *Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões*, vol. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1942.

GAIARSA, O. A. *Brasões e bandeiras do município de Santo André: história*. Santo André: Public, 2001.

\_\_\_\_\_. *Santo André: ontem, hoje, amanhã*. Santo André: PMSA, 1991.

\_\_\_\_\_. *A cidade que dormiu três séculos: Santo André da Borda do Campo, seus primórdios e sua evolução histórica*. Santo André:

PMSA, 1968.

GUIMARÃES, P. M. João Ramalho (Parecer). In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*, vol. VII. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1903.

GURGEL, A. L. João Ramalho perante a Historia. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico de S. Paulo*, vol. IX, 1904. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1905.

LEITE, Pe. S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tomo I. Lisboa: Livr. Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

MADRE DE DEUS, Frei G. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; USP, 1975.

MARTINS, J. de S. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MEDICI, A. *Migração Urbanismo Cidadania. A historia de Santo André contada por seus personagens*. Santo André: PMSA, 1992.

MONTEIRO, A. A. *Santo André: dos primórdios à industrialização – um estudo sobre os imigrantes ao longo da São Paulo Railway*. São Paulo: Tese USP, 1995.

PASSARELLI, S. H. F. *O diálogo entre o trem e a cidade: o caso de Santo André*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – USP, 1994.

PRADO, J. F. de A. *Primeiros povoadores do Brasil*, 4. ed. São Paulo: Nacional, 1966.

RAMOS, R. D. *Santo André: uma nova organização para a sua área central*. São Paulo: Tese de Doutorado – FAU-USP, 1975.

REVISTA FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ: Memória e Transformação, vol. 1, n. 1. Santo André: Centro Universitário, 2002.

ROBBE, J A. J. *Data da fundação da Vila de Santo André da Borda do Campo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1953.

SAMPAIO, T. et al. João Ramalho: Alcaide-mór de Santo André da Borda do Campo, era analphabeto? In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*, vol. VII, 1902. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1903.

SAMPAIO, T. Os Guayanãs da Capital de S. Vicente. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico de S.Paulo* (1903), vol. VIII. São Paulo: Typographia do "Diário Oficial", 1904, p. 158 a 169.

SANTO ANDRÉ (PREFEITURA). *Sumário de dados*. Santo André: Secretaria de Planejamento e Economia, 2007.

\_\_\_\_\_. *Santo André: cidade e imagens*. Santo André: Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, 1991.

SANTOS, W. dos. *Antecedentes históricos do ABC paulista: 1550-1892*. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1992.

SÃO PAULO (Estado). *Divisão administrativa e divisas municipais do Estado de São Paulo*. São Paulo: Casa Vanorden, 1928.

SEADE. *Sistema de População*. São Paulo: 2001.

\_\_\_\_\_. *O novo retrato de São Paulo*. São Paulo: 1992.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES. *Museu de Santo André Santo André: duas cidades, duas historias*. Santo André: Prefeitura Municipal, 1990.

SILVA, R. de A. A cidade de Santo André e sua função industrial 1905-1991. In: *Revista do Arquivo Municipal*, n.79. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941. p.201-216.

TAUNAY, A. de E. *Relatos monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1981.

\_\_\_\_\_. *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo, S.P.*, 2a. edição. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S.A., 1968.

\_\_\_\_\_. *A Grande vida de Fernão Dias Pais*. São Paulo: José Olympio, 1955.

\_\_\_\_\_. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1946.

\_\_\_\_\_. *São Paulo nos primeiros anos (1554 -1601)*. Tours: Arrault e Cia, 1920.

TORRES, M. C. T. M. *O bairro do Brás*. São Paulo: Prefeitura Municipal; Secretaria de Educação e Cultura, 1969.

VALLAUX, C. *Les Sciences Geographiques*. Paris: F. Alcan, 1929.

VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil: antes de sua separação e Independência de Portugal*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

WANTUIL, Z. *Grandes Espíritos do Brasil*. São Paulo: Ed. Federação Espírita Brasileira, 1981.

### **Documentos oficiais antigos**

ACTAS da Câmara da Villa de São Paulo (1592-1622), vol. 2. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1915.

ATAS da Câmara de Santo André da Borda do Campo, vol. 1. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1914.

ATAS da Câmara de São Bernardo. Santo André: Museu de Santo André, 1895 a 1902. (Manuscrito)

### **Relatos de viajantes**

ANCHIETA, J. *Cartas: Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CAMINHA, P. V. de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

CASTRO, E. *Diário de Navegação de Pedro Lopes de Souza*. Rio de Janeiro: 1940.

COUTINHO, G. Navegação de Pêro Lopes de Sousa. Estudo crítico pelo comandante Eugênio de Castro. In: *Boletim Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 58, nos. 9 e 10. Lisboa: 1839, pp. 351-373.

JUZARTE, T. J. *Diário da Navegação*. São Paulo: EDUSP, 2000.

LEITE, S. A fundação de S.Paulo: cartas inéditas de Nóbrega. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo* (1933-1934). São Paulo: Graphica Paulista, 1935, pp. 249 a 262.

MARQUES, M. E. de A. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. 2 vols. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

OVIEDO Y VALDÉS, G. F. de. *Historia General y Natural de las Indias: Islas y Tierra-Firme del Mar Oceano*. Asunción: ed Guarani, 1944.

VARNHAGEN, F. A. *Diário de Navegação de Pedro Lopes de Sousa*. Lisboa: 1839.

### **Memorialistas**

KULCSAR, R. O resgate da memória da Fundação Santo André. In: *Revista Fundação Santo André Santo André*, v. 1, n. 1, p. 11-29, 2002. Santo André: 2002, p. 11-29.

SÁ, W. de. *A minha história de Santo André*. Santo André: edição do autor, 2003.

RODRIGUES, M. *Linhas e trajetos: história do serviço de transporte coletivo em Santo André*. Santo André: Memórias Assessoria e

Projetos, 2001.

### **Entrevistas**

NELSON ZANOTI. *Os bairros de Santo André*. Santo André, de 2003 a 2006. Notas de entrevistas realizadas.

PASCHOALINO ASSUMPÇÃO. *Os bairros de Santo André*. Santo André, novembro de 2002. Notas de entrevista realizada.

### **Jornais**

DIÁRIO DO GRANDE ABC, de junho de 1968 a dezembro de 1969.

NEWS SELLER, de maio de 1958 a maio de 1968.

### **Dicionários**

CUNHA, A. G. *Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1978.

FERREIRA, A. B. de. H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (livro + CD-Rom). Curitiba: editora Positivo, 2004.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: editora Objetiva, 2007.

MICHAELIS Língua Portuguesa - Moderno Dicionário. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 2004.

### **Elementos cartográficos**

PASSARELLI, S. H. *Parcelamentos em Santo André – Bairro da Estação – 1906*; escala: 1:20000; 1994. Base Cartográfica: SANTO ANDRÉ Prefeitura Municipal, Levantamento Aerofotogramétrico de Santo André, 1990, em escala 1:10000.

\_\_\_\_\_. *Parcelamentos em Santo André – Sede de Distrito – 1930*; escala: 1:20000; 1994. Base Cartográfica: SANTO ANDRÉ Prefeitura Municipal, Levantamento Aerofotogramétrico de Santo André, 1990, em escala 1:10000.

\_\_\_\_\_. *Parcelamentos em Santo André – Sede de Município – 1945*; escala: 1:20000; 1994. Base Cartográfica: SANTO ANDRÉ Prefeitura Municipal, Levantamento Aerofotogramétrico de Santo André, 1990, em escala 1:10000.

\_\_\_\_\_. *Parcelamentos em Santo André – Sede de Município – 1970*; escala: 1:20000; 1994. Base Cartográfica: SANTO ANDRÉ Prefeitura Municipal, Levantamento Aerofotogramétrico de Santo André, 1990, em escala 1:10000.

\_\_\_\_\_. *Parcelamentos em Santo André – Sede de Município – 1990*; escala: 1:20000; 1994. Base Cartográfica: SANTO ANDRÉ Prefeitura Municipal, Levantamento Aerofotogramétrico de Santo André, 1990, em escala 1:10000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ – SDHU – DDPU – Gerência de Planejamento Urbano – Setores Fiscais – Área Urbana, 2006, em escala 1:12000.